

UNIVERSIDADE  
CABO VERDE



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

**MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA, GESTÃO DE DEFESA SOCIAL,  
DE INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

**NATAL EUGÉNIO SILVA BANS DE PORTELA E PRADO**

**“O TURISMO E A CRIMINALIDADE: O CASO DA ILHA DO SAL,  
CABO VERDE”**

**PRAIA-CABO VERDE**

**JANEIRO - 2019**

**NATAL EUGÉNIO SILVA BANS DE PORTELA E PRADO**

**“O TURISMO E A CRIMINALIDADE: O CASO DA ILHA DO SAL,  
CABO VERDE”**

Dissertação de Mestrado elaborada sob orientação do Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas, submetida ao Júri designado pela Universidade de Cabo Verde e Universidade Federal do Pará, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública: Gestão da Defesa Social, de Informação e Mediação de Conflitos.

**PRAIA - CABO VERDE**

**JANEIRO DE 2019**

## **NATAL EUGÉNIO SILVA BANS DE PORTELA E PRADO**

**O turismo e a criminalidade: o caso da ilha do Sal, Cabo Verde**, esta dissertação foi julgada e aprovada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Curso de Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social, Informação e Mediação de Conflitos, da Universidade de Cabo Verde.

Praia, 12. de novembro de 2019.

### **Banca Examinadora**

Professora Doutora Sílvia Lopes Mendonça, Universidade de Cabo Verde

#### **Presidente**

Professora Doutora Fernandina Lopes Fernandes, Universidade de Cabo Verde

#### **Arguente**

Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas.

#### **Orientador**

Professora Doutora Eufémia Rocha, Universidade de Cabo Verde

#### **Suplente**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho à minha família e a todos aqueles que me ajudaram direta ou indiretamente durante a pesquisa em campo.

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de mais, não poderia esquecer de apresentar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que me ajudaram, direta ou indiretamente, na realização da pesquisa e elaboração da dissertação. Em primeiro lugar a minha mulher e filhos, que me deram o apoio necessário para continuar, devido a tanta ausência e sacrifícios por motivos profissionais.

Aos meus ilustres professores sem exceção, que me deixaram o seu legado, ou seja os conhecimentos teóricos durante as aulas, bem como a Professora Doutora Eufémia Rocha pelos bons conselhos práticos para a elaboração do relatório da dissertação.

Aos meus colegas do curso de Mestrado pelo apoio moral e camaradagem.

Às pessoas e instituições que de forma direta ou indireta me ajudaram fornecendo dados, documentos, informações, entrevistas, sem os quais certamente não teria conseguido desenvolver o estudo, designadamente a Câmara Municipal do Sal, Cadeia do Sal, a Polícia Judiciária, a Polícia Nacional, ICCA, ONGs como as associações locais, entre outras.

Ao amigo Victor Osório e esposa pelo seu excelente apoio logístico durante a minha estadia no Sal, a todos os entrevistados que com a sua partilha de experiências e conhecimentos permitiram enriquecer este trabalho.

Por último, naturalmente, por ser o meu orientador, ao Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas pela sua paciência, por me aturar durante a realização deste trabalho e pela simpatia e amizade que sempre demonstrou para comigo.

*“A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido e não na vitória propriamente dita.” (Mahatma Gandhi)*

## RESUMO

A pesquisa refere-se ao relacionamento entre o turismo e a criminalidade, na ilha do Sal, Cabo Verde. A metodologia utilizada foi a pesquisa dos conceitos teóricos necessários para se entender o estudo em apreço, entrevistas aos agentes territoriais, como as autoridades policiais, técnicos e vereador da Câmara Municipal, organizações não-governamentais, como associações juvenis e alguns operadores turísticos. Preocupa-se, ainda, em fazer uma análise da evolução do turismo e a criminalidade nos últimos cinco anos, ao mesmo tempo que analisa os fatores sociais propiciadores do aumento da criminalidade, nomeadamente da situação social da ilha, do ordenamento do território, da migração, de forma a se entender o relacionamento entre o turismo e a criminalidade. Constatou-se que apesar do aumento da criminalidade, designadamente no caso dos crimes contra o património, como furtos e roubos, também o fluxo turístico aumentou na ilha. É carreado para o estudo alguma estatística oficial sobre a criminalidade e a evolução do turismo, para corroborar os dados recolhidos durante as entrevistas aos agentes territoriais e na observação direta em campo. Verifica-se que, no caso da ilha do Sal, o aumento da criminalidade de per si não tem sido causa de diminuição do turismo na ilha. O que se constata é que o tipo de violência associado a determinadas tipologias afugenta os turistas para outros destinos, nomeadamente o terrorismo, homicídios cometidos contra turistas, entre outros mais violentos, como aconteceu com alguns destinos no Norte de África, Tunísia e Egipto e, ainda, em alguns países da região ocidental africana, como Burkina Faso, Costa do Marfim e Níger. Pelo contrário, o que se tem verificado, apesar do aumento da criminalidade, é o aumento substancial do fluxo de turistas todos os anos para a ilha do Sal.

Palavras-Chave: Criminalidade, violência, Estado, risco e turismo.

## **ABSTRACT**

This research is about the relation between criminality and tourism at the Island of Sal, Cabo Verde. The methodology used was the research of theory concepts needed in order to understand the study in this case, such as the interviews of the territory agents, the police authorities, technicians and others mayors officials, Non-Governmental Organizations like juveniles associations, and some tourism operators. It also analyses evolution of tourism and criminality during the last five years, at the same time analyzing the social factors which act as the foundation for the crime increasing, such as the Sal's social situation, territory organization, migration, in order to permit an understanding of the relation between criminality and tourism. It is evident that instead of tourism decreasing when criminality increases, in the case of the property crimes, like robberies and thefts, the tourism flux continues to increase as criminality increases as well. Some tourism and criminal official statistics were brought to this study in order to confirm the data collected during the territory agents interviews and in direct field observation. It verified that in the Sal Island case study, the increasing of criminality does not result in tourism decreasing at the island. In opposite, the type of violence associated to some crime types shift tourism to other destinations, such as the terrorism, homicides against tourists and other violent crimes, like what's happened some destinies, for example North African countries, such as Tunisia and Egypt, or in West African Countries like Burkina Faso, Ivory Coast and Niger. In summary, even though criminality has increased, the fact is every year tourism has continued to grow.

**Keywords:** Criminality, violence, the State, risk and tourism

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1: Localização de Cabo Verde (imagem de <i>Google Earth</i>).</b> .....	16
<b>Figura 2: Mapa da ilha do Sal (Google Earth) .....</b>	16
<b>Figura 3: Oferta turística por ilhas de Cabo Verde (relatório Anual do BCV, 2016).....</b>	47
<b>Figura 4: Fotografias de assentamentos informais da localidade de Terra Boa (Fonte: <a href="https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2283948451892203&amp;set=a.1391449884475402&amp;type=3&amp;theater">https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2283948451892203&amp;set=a.1391449884475402&amp;type=3&amp;theater</a> ) .....</b>	61
<b>Figura 5: O sistema de ensino em Cabo Verde (Ministério da Educação, 2017).....</b>	64
<b>Figura 6: evolução dos inscritos no ensino pré-escolar no ano letivo de 2016/17.....</b>	66
<b>Figura 7: Evolução dos alunos inscritos no ensino básico, no ano letivo 2016/17 .....</b>	67
<b>Figura 8: evolução dos alunos inscritos no ensino secundário no ano letivo 2016/17. ....</b>	67
<b>Figura 9: Fotografia da cidade de Espargos, onde se vê os prédios em construção no âmbito do projeto “casa para todos” e mais ao fundo o bairro de Alto de Santa Cruz...</b>	73
<b>Figura 10: Fotografia do bairro do Alto de São João da cidade de Espargos. ....</b>	75
<b>Figura 11: Fotografia do Bairro do Alto de Santa Cruz, cidade de Espargos.....</b>	75

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1: Evolução da população de 15 anos ou mais, desempregada, por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2011 – 2017 .....</b>	51
<b>Tabela 2: Evolução da TAXA DE EMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2011 – 2017.....</b>	52
<b>Tabela 3: Evolução da TAXA DE SUBEMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2013 – 2017 ...</b>	52
<b>Tabela 4: Evolução da taxa de DESEMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2011 – 2017.....</b>	53
<b>Tabela 5: Distribuição da população de 15 anos ou mais, segundo situação na atividade económica por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2017.....</b>	53
<b>Tabela 6:: Características da população de 15 anos ou mais, EMPREGADA, por sexo, meio de residência, concelho e grupo etário. Cabo Verde, 2017. ....</b>	54
<b>Tabela 7: Distribuição da população de 15 anos ou mais (%), empregada, segundo o SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO frequentado por meio de residência, concelho e grupo etário. Cabo Verde, 2017. ....</b>	55
<b>Tabela 8: Distribuição da população de 15 anos ou mais (%), empregada, segundo ramo de atividade na ilha do Sal, Cabo Verde, 2017.....</b>	56
<b>Tabela 9: Estabelecimentos de ensino, número de alunos matriculados por sexo. ....</b>	66
<b>Tabela 10: Processos-crime delegados à PJ do Sal para investigação, crimes cometidos contra turistas na ilha do Sal de 2014 a Outubro de 2018. ....</b>	89

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1: Evolução da procura turística para Cabo Verde por origem e destino, 2011 a 2017.</b> .....	20
<b>Gráfico 2: evolução de entrada de hóspedes nos hotéis na ilha do Sal de 2010 a 2017. ....</b>	47
<b>Gráfico 3: Ocorrências da Polícia Nacional referente a toda a ilha do Sal, de 2010 a 2015.</b> .....	79
<b>Gráfico 4: evolução das denúncias de crimes de roubo e furto em Santa Maria de 2010 a 2015.</b> .....	80
<b>Gráfico 5: Ocorrências da PN no período de 2010 a 2015, referentes a todos os tipos de crime.</b> .....	82
<b>Gráfico 6: ocorrências de crimes sexuais, registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015...</b>	83
<b>Gráfico 7: ocorrências de crimes tráfico de droga, burlas, falsificações e outros, registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015.</b> .....	85
<b>Gráfico 8: ocorrências de homicídio registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015 .....</b>	87
<b>Gráfico 9: ocorrências por crimes contra o património, registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015.</b> .....	88
<b>Gráfico 10 : Representação gráfica de processos-crime delegados à PJ do Sal para investigação, crimes cometidos contra turistas na ilha do Sal de 2014 a Outubro de 2018.</b> .....	89

## **LISTA DE ACRONIMOS**

CMS – Câmara Municipal do Sal

DICS – Departamento de Investigação Criminal do Sal

ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente

INE – Instituto Nacional De Estatísticas

ISDR – *International Strategy Disaster and Risk*

NU – Nações Unidas

OMS - Organização Mundial da Saúde

OMT - Organização Mundial do Turismo

PJ – Polícia Judiciária

PN – Policia Nacional

ZDTI – Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral

## INDICE

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO .....	7
ÍNDICE DE FIGURAS .....	9
ÍNDICE DE TABELAS .....	9
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	10
LISTA DE ACRONIMOS .....	11
CAPITULO 1 – INTRODUÇÃO .....	14
1.1. - CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	14
<b>1.1.1. - Caracterização da ilha do Sal</b> .....	14
<b>1.1.2. – A escolha do tema</b> .....	17
<b>1.1.3. - Justificativa</b> .....	18
1.2. - Situação do problema .....	21
1.3. - Objetivos do trabalho .....	22
<b>1.3.1. - Objetivo geral:</b> .....	22
<b>1.3.2. - Objetivos Específicos:</b> .....	22
1.4. – Hipótese .....	22
1.5. - Abordagem Metodológica .....	23
1.6. - Protocolo Ético da Pesquisa .....	24
1.7. Desafios e dificuldades encontrados .....	25
CAPITULO II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DO TEMA .....	26
2.1. - O Estado e a Segurança Pública .....	26
2.2. – Biopoder e o Território .....	30
2.3. - Turismo .....	32
2.4. - Violência e Criminalidade.....	35
<b>2.4.1. – Violência</b> .....	35
<b>2.4.2. – Criminalidade</b> .....	37
2.5. - O Risco.....	39
CAPITULO III. – CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE TURISMO PRATICADO NA ILHA DO SAL, O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS....	43
3.1. Atividade turística na ilha do Sal .....	43
3.2. Como tem sido feita a implantação do turismo nos últimos cinco anos.....	43
3.3. - A evolução do fluxo de turistas .....	46
3.4. Legislação sobre propriedades em locais de utilidade pública .....	49

3.5. Caracterização do emprego da força de trabalho utilizada na atividade turística.....	50
<b>CAPITULO IV. - FATORES CAUSADORES DA CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL</b>	
.....	58
4.1. - Fatores sociais .....	58
4.2. - Caracterização do sistema de ensino em Cabo Verde.....	64
4.2. - A atividade turística e as modalidades de prostituição na ilha do Sal.....	69
4.3. Do Território .....	72
<b>CAPITULO V. - TIPOS DE CRIMES VERIFICADOS NA ILHA CONTRA E POR</b>	
<b>TURISTAS .....</b>	<b>79</b>
5.1. - Perfil dos criminosos nos crimes sexuais .....	83
5.2. - Perfil dos delinquentes do tráfico de droga .....	86
5.3. - Perfil dos delinquentes nos crimes de burla .....	86
5.4. - Análise dos processos-crime cometidos contra e por turistas na ilha do Sal .....	90
5.5. - Presos na Cadeia do Sal.....	91
5.6. - Onde ocorrem os crimes de furto e roubo .....	92
5.7. - Perfil dos jovens delinquentes nos crimes contra o património .....	93
5.8. - Prostituição infantil em Palmeira .....	94
5.9. - As autoridades policiais, desafios e dificuldades .....	94
<b>CAPITULO VI. – CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES .....</b>	<b>98</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>109</b>
APÊNDICE 1 GUIÃO APLICADO AOS FUNCIONÁRIOS DA PN, NA PESQUISA SOBRE O TURISMO E A CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL .....	109
APÊNDICE 2: GUIÃO APLICADO AOS FUNCIONÁRIOS DA PJ, NA PESQUISA SOBRE O TURISMO E A CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL .....	114
APÊNDICE 3: GUIÃO APLICADO A OUTROS AGENTES TERRITORIAIS, NA PESQUISA SOBRE O TURISMO E A CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL .....	119

# RELATÓRIO DE DISSERTAÇÃO

## CAPITULO 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1.- CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

#### 1.1.1. - Caracterização da ilha do Sal

Antes de se debruçar sobre o tema em estudo torna-se pertinente tecer algumas considerações sobre a localização geográfica da ilha do Sal, área de incidência do estudo, mas também do próprio país. Cabo Verde, com uma área total de 4033 Km<sup>2</sup>, localiza-se no meio do Oceano Atlântico, no cruzamento de três continentes – América, África e Europa – e a uma distância de 455 km da costa ocidental africana. O arquipélago, composto por dez ilhas e mais oito ilhéus, encontra-se dividido em dois grupos, Barlavento e Sotavento. A ilha do Sal encontra-se no grupo das ilhas de Barlavento, com uma área de 216 Km<sup>2</sup>, tendo o comprimento de 30 Km e de largura 12 Km a (Camara Municipal do Sal, 2018).

A ilha do Sal tinha sido abandonada até ao século XIX por falta de água potável. Este problema foi solucionado através de furos, transporte de água de outras ilhas através de lanchas, designadamente Monte Agarro, Santiago (Almeida, 2013)<sup>1</sup>, e mais recentemente com a dessalinização de água do mar. Mas em 1833 por causa da exploração do sal na localidade de Pedra de Lume, deu-se início ao povoamento com pessoas provenientes principalmente da ilha de São Nicolau. Até 1935, a ilha dependia da Boa Vista administrativamente. A construção do aeroporto internacional na ilha em 1939, que inicialmente servia somente como escala dos aviões com o itinerário Europa-América Latina e vice-versa, de iniciativa italiana, com a independência passou a ser denominado “Aeroporto Internacional Amílcar Cabral”. O aeroporto, sendo o primeiro internacional no país, atualmente, apesar de continuar a servir de

---

<sup>1</sup> Nota: web site NOS GUENTI, disponível em: <http://nosgenti.com/ilha-do-sal-uma-viagem-pela-historia/?fbclid=IwAR0LRKKTn4Ze4WNobHhUBZt7-S1MTXAb5uvn1na2LLg-dsFxVOKSUsGhXa8>

ponto de escala, tem uma vocação voltada para servir a exploração do turismo na ilha (ASA..., 2015 e NÓS GUENTI..., 2015).

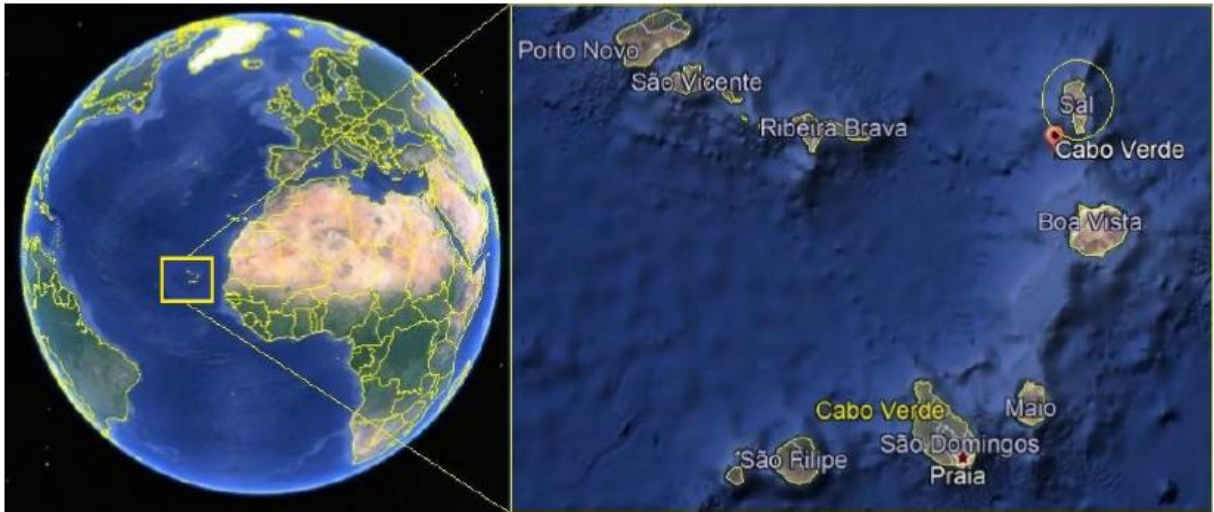
Com cerca de 25.765 habitantes residentes (INE, 2010), distribuídos por três cidades principais, Espargos, Santa Maria e Palmeira, o concelho é constituído por uma única freguesia - a Nossa Senhora das Dores. A cidade dos Espargos é a capital da ilha com maior número de habitantes - 17.081. Santa Maria, ao sul, é o centro turístico e o segundo maior centro populacional (6.258 habitantes), dispondo de uma excelente estrutura hoteleira. Palmeira, sendo uma vila essencialmente pesqueira de 1.420 habitantes residentes, encontra-se a oeste da Cidade dos Espargos. Pedra de Lume a 4 km a este de Espargos é uma localidade de 329 habitantes residentes. Existe ainda a localidade denominada por Murdeira, onde as moradias têm características de condomínio fechado, com moradores maioritariamente da classe média alta, com 248 residentes. (INE..., 2010).

Todavia, a estatística mais recente do ano 2017 do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), estima a população residente da ilha do Sal em 36768 (INE...,2018).<sup>2</sup> A população é maioritariamente masculina - 53,2% - sendo que a feminina é de 46,8%, com idade média de 28 anos. E, ainda, dos 53%, cerca de 8% da população residente é natural de outro concelho/país e 5,3% é imigrante.

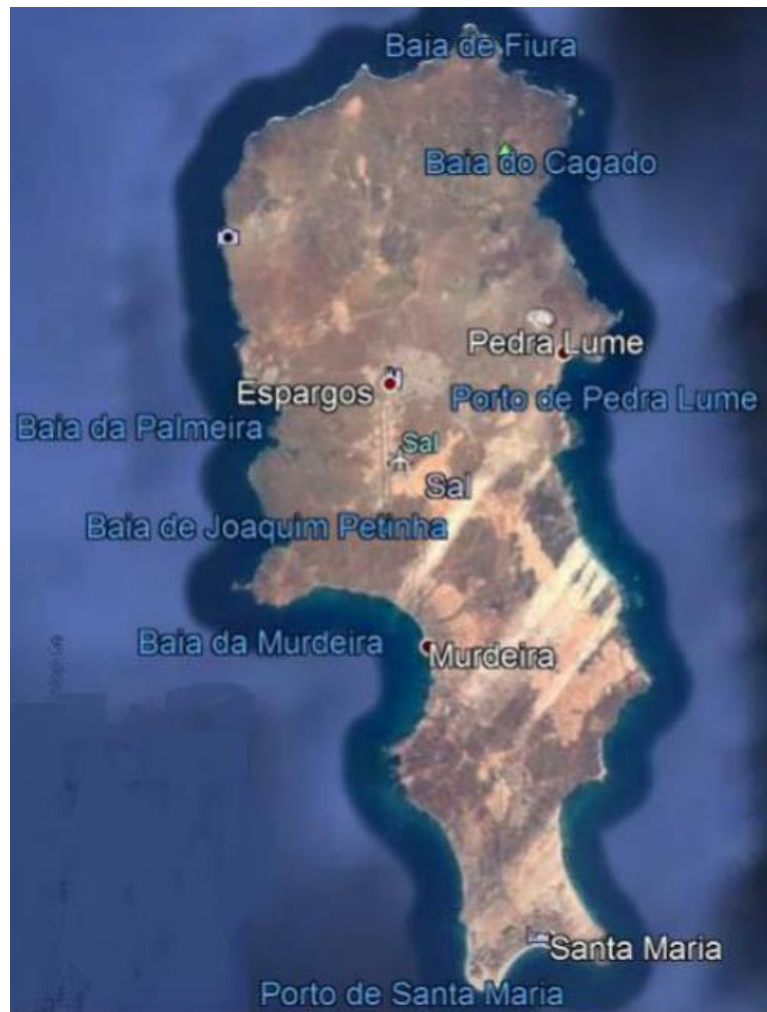
A ilha do Sal situa-se muito próximo do continente africano, fortemente influenciável pela corrente quente e seco do deserto do Sahara. Sendo muito plana, árida, com pouca pluviosidade, escassa vegetação, possui lindíssimas e extensas praias de areia branca. Tendo um clima ameno com pouca variação da temperatura, o verão geralmente é de temperatura amena, a variar de 24 de mínima a 30 graus de máxima; no inverno as temperaturas mínimas mais baixas oscilam entre 16 a 24 graus. Pode ocorrer um pouco de precipitação no inverno, mas esta é escassa nos meses de dezembro e janeiro (NAÇÕES UNIDAS..., 2010). Essas condições constituem um grande atrativo turístico, especialmente para os Europeus quando é inverno na Europa.

---

<sup>2</sup>Publicação de 2018 do INE, disponível em: [http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/09/brochura-sal\\_2018\\_.pdf](http://ine.cv/wp-content/uploads/2018/09/brochura-sal_2018_.pdf), acesso em 21-01-2019.



**Figura 1: Localização de Cabo Verde (imagem de *Google Earth*).**



**Figura 2: Mapa da ilha do Sal (*Google Earth*)**

### 1.1.2. – A escolha do tema

Sobre a contextualização do tema, é preciso sublinhar que os indicadores macroeconómicos demonstram que o turismo tem um papel fundamental para a economia do país, contribuindo com cerca de 20% do PIB, e é a ilha do Sal quem mais contribui para as receitas provenientes do sector turístico no país (INE, 2015).

Reconhecendo toda a vantagem que o turismo traz a Cabo Verde e especialmente à ilha do Sal, também é verdade que o tipo de turismo praticado na ilha, designadamente o turismo de massas, através do sistema *all inclusive*, tem sido algo de opiniões controversas. A corrente contra esse tipo de turismo entende que traz mais prejuízos do que vantagens à população e para a outra favorável, defende o contrário e considera que os hotéis onde se pratica esse sistema tem trazido mais emprego e melhor salário do que os que não o praticam e considere, ainda, que Cabo Verde tem ganho muito dinheiro com esse tipo de turismo, como é o caso do economista Victor Fidalgo (A Voz..., 2015). Apesar do reconhecimento da precariedade do sistema laboral, muitas pessoas consideram que Cabo Verde deverá aproveitar o sistema, senão outros destinos serão escolhidos como é o caso das ilhas Canárias, onde esse sistema já corresponde a 35% do PIB (Produto Interno Bruto). A corrente a favor do tipo de turismo de massas defende que Cabo Verde é que deverá aplicar as receitas também em benefício das populações, isto é, as grandes receitas arrecadadas nesse sistema de turismo devem ser usadas para aumentar as condições de vida da população local.

Apesar das contestações ao tipo de turismo de massa praticado na ilha, mas também é certo que o fluxo de turistas tem aumentado todos os anos. Todavia, e a bem da verdade, o problema do terrorismo nos países europeus e do norte de África, designadamente Egipto e Tunísia, tem sido apontado como a principal causa do decréscimo do turismo naquela região, desviando os turistas para outras regiões, designadamente Cabo Verde.

O Governo de Cabo Verde nessa altura tinha apontado como uma deficiência de infraestrutura, a segurança, realçando que:

[...] A capacidade de um destino turístico de atrair pessoas e negócios, de modo sustentável, está relacionada, entre outros fatores, com a infraestrutura local que lhe serve de suporte, destacando-se a saúde pública, o fornecimento de energia e água, comunicação e facilidades financeiras e segurança pública. Segundo a Organização Mundial do Turismo, atualmente o turista viaja em busca de novas experiências de vida e exige boas condições de segurança e de bem-estar. Assim sendo, a competitividade de um destino turístico depende não apenas da qualidade dos serviços ligados diretamente ao turismo, mas também da qualidade dos serviços essenciais de utilidade pública (PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM CABO VERDE..., 2013, p.17 e 38). [...]

### 1.1.3. - Justificativa

O Turismo, se por um lado traz vantagens ou impactos positivos à economia, por outro, propicia o surgimento de problemas relacionados com a droga, prostituição, criminalidade, e outros males, que preocupam a comunidade local e as autoridades, o que tem provocado de certo modo mudanças na estrutura social da ilha. Daí a importância da análise e compreensão dos fatores que podem propiciar o aumento da criminalidade na ilha e o seu relacionamento com o desenvolvimento do turismo.

Todavia, para além de se considerar que os malefícios como a criminalidade são resultantes da dinâmica turística da ilha, a própria população queixa-se de que seus direitos fundamentais são violados por operadores turísticos estrangeiros, que vedam espaços públicos, como praias, e que é impedida de frequentar esses locais. Mas os operadores turísticos também defendem-se, alegando que esses locais são propriedades privadas, o que gera uma certa tensão na ilha. Conforme uma reportagem publicada no jornal *on line* Notícias do Norte:

[...] A RCV denuncia que um investidor na ilha do Sal vedou o acesso à praia António Sousa com estacas. O gesto não agradou aos munícipes que derrubaram várias estacas permitindo o acesso à praia. Notícias de impedimento aos munícipes de acederem a praias não são novidade. Em Outubro passado, houve uma polémica envolvendo, desta vez, a praia de Porto Velho, na mesma ilha.

Em entrevista ao delegado marítimo Armindo Graça, o mesmo afirmou à estação radiofónica que “ninguém pode chegar numa zona de domínio público marítimo do Estado e fazer vedação como quiser”. É uma situação que garante que não pode continuar e que vão tomar todas as medidas para evitar que a situação possa continuar. Mesmo num terreno que seja concessionado, qualquer construção que seja feita dentro dessa concessão deve ser aprovada pela autoridade competente, explica (NOTÍCIAS DO NORTE..., 2015). [...]

Mais adiante no capítulo Capítulo IV, pode-se verificar que as versões entre a camada da população “queixosa” e das autoridades policiais e marítimas são diferentes, quanto aos

fatos. Porém, a segregação social existe e é uma realidade, conforme mais adiante se pode constatar.

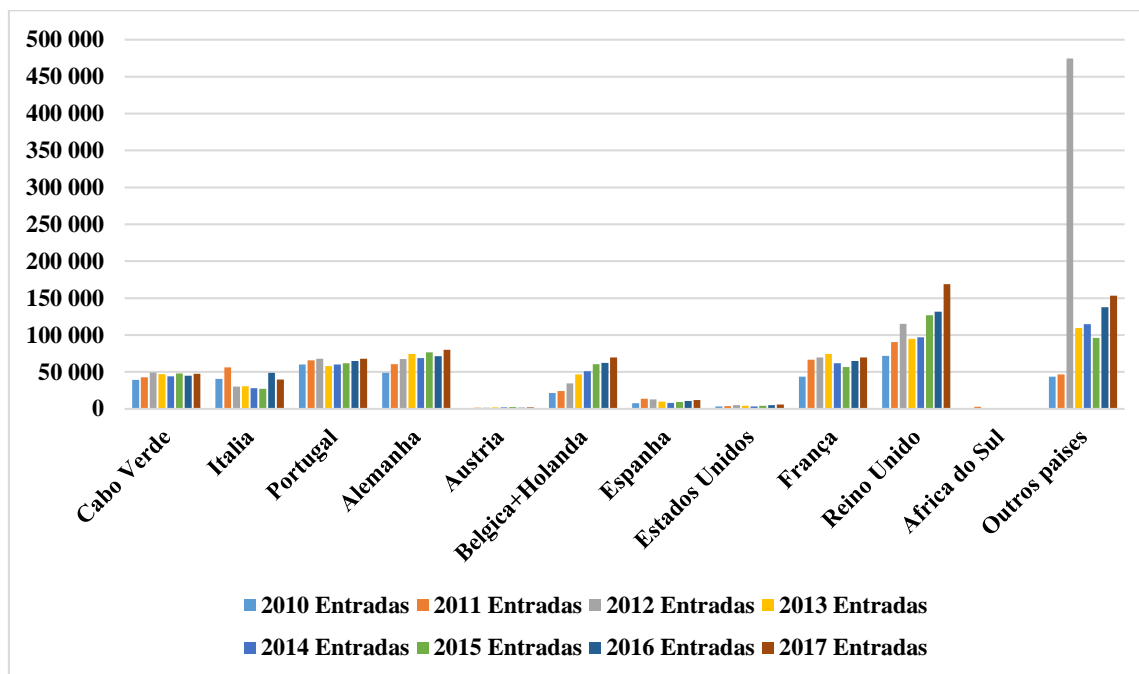
Por outro lado, a população e os agentes turísticos, locais reclamam da abordagem dos estrangeiros africanos da costa ocidental, que no seu entendimento têm importunado os turistas, com a abordagem para compra de produtos artesanais considerados nacionais mas que, na verdade, são do continente.

Problemas recentes de casos de violência contra turistas no Norte de África, como são os casos de Marrocos, Tunísia e Egípto, são exemplos claros do impacto negativo no desenvolvimento do turismo de um país. Essas ações criaram um sentimento de insegurança levando os promotores turísticos da Europa a procurar alternativas em outras paragens. O desvio dos turistas para outros destinos por causa dessa violência, causou um prejuízo enorme à Tunísia no valor de 515 milhões de Dólares Norte Americanos, conforme Zohra Bensemra (2015).

Na verdade, nos destinos turísticos, segundo Metin Kozak, John Crotts e Rob Law, muitos são os riscos de ocorrência de eventos que podem afetar os turistas e as populações, consequência do desenvolvimento do turismo, nomeadamente, problemas de saúde pública, de desastres naturais, instabilidade política, problemas sociais e culturais e principalmente de segurança (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007).

A percepção do risco pelos viajantes pode afetar negativamente o desenvolvimento do turismo. Além de outros fatores, o risco da criminalidade aparece como um dos principais motivos que influenciam o decréscimo do turismo num dado país (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007).

**Gráfico 1: Evolução da procura turística para Cabo Verde por origem e destino, 2011 a 2017.**



Fonte: INE (2017)

Conforme se pode ver pelo gráfico nº. 1 a origem dos turistas que visitam o Sal é a Europa, principalmente, Reino Unido, Alemanha, França, Portugal, Bélgica e Holanda entre outros, que constituem os alvos principais do terrorismo fundamentalista Árabe. As ocorrências de atos terroristas nos países da África Ocidental, são exemplos de que o risco é iminente e que o terrorismo constitui uma ameaça que merece medidas de prevenção por parte das autoridades oficiais. E é preciso ter em conta que muitos dos terroristas do Estado Islâmico são jovens radicalizados, recrutados na Europa e são geralmente cidadãos europeus.

O fluxo turístico para a ilha do Sal no período de janeiro a dezembro de 2014, foi de 539,6 mil turistas (INE, 2015), maioritariamente provenientes dos países da Europa, especialmente, Reino Unido, Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, França, África do Sul, e outros países. Aliás, a tendência é o aumento de ano para ano, conforme dados dessa instituição e do próprio Governo de Cabo Verde que afirmou numa reflexão sobre o turismo em setembro de 2015, que se pretendia atingir a meta de um milhão de turistas em 2016.

Neste contexto, fez-se uma análise das políticas públicas do Estado para a ilha do Sal, de forma a verificar se têm sido suficientes para evitar as desigualdades sociais, que podem propiciar o aumento de frustrações das populações mais desfavorecidas e dos jovens com poucas perspectivas de um futuro promissor, a procurarem a via da criminalidade.

A criminalidade e outros males a ela conexas, que poderão estar relacionados com o turismo, são problemas que afetam tanto a população local como os próprios turistas. A prevenção destes males é muito importante na medida em que agir proactivamente é a principal opção para não comprometer o normal desenvolvimento do turismo numa ilha onde o peso do sector é o mais importante para a economia.

A percepção de que existe poucos trabalhos científicos relacionados com o problema referente à ilha do Sal, também motivou a escolha do tema para a pesquisa, que pode contribuir com orientações para a melhoria da segurança pública nessa ilha. Citando alguns estudos, como por exemplo, a dissertação de José Manuel da Veiga de Barros (2007), sobre “Impacto do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da ilha do Sal”, que faz referência aos problemas sociais advenientes do aumento do custo de vida na ilha, fazendo uma menção superficial sobre o problema da criminalidade, bem como da pesquisa de Antónia B. Mosso Ramos (2011), sobre “o turismo e a percepção dos seus impactes pela comunidade local: o caso da ilha do sal, cabo verde”, que também não refere as consequências negativas que o turismo também pode trazer à ilha.

No capítulo seguinte, para melhor compreensão do tema, procurou-se municiar este trabalho com uma panóplia suficiente de referencial teórico necessário para compreensão do tema estudado.

## **1.2.-Situação do problema**

Face ao desenvolvimento do turismo na ilha do Sal, torna-se pertinente à discussão da problemática aqui proposta, a seguinte questão:

- De que forma o aumento do turismo no Sal tem influenciado a criminalidade na ilha?

O problema formulado é relevante na medida em que se procedeu à recolha de informações sobre o fenómeno, uma vez que a criminalidade afeta tanto a população local como os próprios turistas, mas também o turismo pode afetar, por sua vez, positivamente ou negativamente o *modus vivendi* da população local.

### **1.3.- Objetivos do trabalho**

#### **1.3.1. - Objetivo geral:**

Analisar a relação entre o turismo e a criminalidade, as tipologias dos crimes cujas vítimas são os turistas e a população em geral, as causas que propiciem a ocorrência desses crimes e suas implicações na ilha do Sal.

#### **1.3.2. - Objetivos Específicos:**

1.3.2.1. – Caracterizar o tipo de turismo praticado na ilha do Sal;

1.3.2.2. – Analisar e identificar as características da criminalidade na ilha;

1.3.2.3. - Entender como a implementação do turismo nos últimos cinco anos foi efetuada e se a ampliação dos problemas sociais na Ilha do Sal sempre acompanhou essa implementação.

No ponto a seguir foram formuladas as hipóteses de trabalho.

### **1.4. – Hipótese**

#### **1.4.1. - Hipótese principal:**

O aumento da criminalidade no Sal, conseqüentemente, provoca a diminuição do turismo nessa ilha.

#### **1.4.2. - Hipóteses Subsidiárias:**

1.4.2.1. – A conduta facilitadora do turista na ilha do Sal constitui uma oportunidade de ocorrência do crime e propicia o aumento da criminalidade.

1.4.2.2. - O turismo de massas praticado na ilha do Sal contribui para o aumento das desigualdades sociais e conseqüentemente da criminalidade.

## **1.5. -Abordagem Metodológica**

Sendo a pesquisa um estudo de caso, teve como base a compreensão qualitativa e exploratória do fenômeno estudado.

Além da pesquisa bibliográfica, fez-se a recolha dos dados estatísticos que foram obtidos junto de fontes oficiais relativos às ocorrências criminais e sobre a atividade turística na ilha do Sal, designadamente, Policia Nacional, Policia Judiciária, INE (Instituto Nacional de Estatísticas) e a Cadeia da Ilha do Sal.

A pesquisa em campo consistiu na aplicação de entrevistas, através de um guião com questões semiestruturadas, (abertas e fechadas), direcionadas aos objetivos de pesquisa. Foram aplicadas entrevistas a um técnico do ICCA, a cinco comerciantes (empresários) locais ligados ao setor da restauração, hotelaria, loja de *souvenires*, a cinco dirigentes de associações comunitárias e juvenis (ONG), a entidades da Câmara Municipal – um vereador e dois técnicos, a dois arquitetos e a dois engenheiros civis, dez efetivos da Polícia Judiciária e cinco da Polícia Nacional da ilha do Sal, o delegado marítimo da ilha, um ex-dirigente duma escola secundária e nove membros da população civil. Convém sublinhar que, a algumas dessas pessoas não foram aplicadas todas as questões existentes no guião, pois a abordagem constituiu meramente em conversas informais, onde se procurou dialogar com o entrevistado de forma descontraída, para propiciar o máximo de liberdade de expressão. E, deste modo, permitir retirar o máximo de informações que o entrevistado pudesse oferecer, sobre o tema em estudo.

A razão da escolha das pessoas entrevistadas teve a ver com a vivência e com o papel das mesmas na sociedade, que relacionam com questões ligadas ao turismo, à criminalidade e que devido à sua atividade podem reter informações importantes sobre o problema em estudo.

Procedeu-se à recolha de dados estatísticos sobre a criminalidade existente, a fim de analisar as variáveis que permitissem compreender o corelacionamento entre a criminalidade e o turismo.

Todavia, não foi possível recolher os dados da forma desejada porque algumas informações específicas não estão disponíveis, nomeadamente descrição do crime cometido contra turista ou não, *modus operandi*, somente os dados mais gerais e possíveis. Os serviços penitenciários também não responderam aos pedidos de colaboração, salvo a cadeia do Sal, mas cujos dados também não são esclarecedores.

Os dados da PN e PJ também não são esclarecedores para se chegar a conclusão de que o crime foi cometido por um turista ou se foi este o autor, salvo alguns casos. A maior parte dos dados encontrados foram contra estrangeiros e com base na análise das nacionalidades e do tempo de permanência na ilha, puder chegar mais ou menos a uma conclusão que se trata de um turista. Porém, uma dificuldade enorme encontrada é quando se trata de um cidadão português porque o nome é semelhante ao nacional de Cabo Verde.

#### **1.6. - Protocolo Ético da Pesquisa**

Este estudo, pela natureza das informações que podem ser tratadas e que envolvem seres humanos, exige uma atenção especial com relação às questões éticas. Neste sentido, é pertinente deixar claro neste estudo que:

- 1). A execução da pesquisa é de inteira responsabilidade do pesquisador, neste caso do Natal Prado, eximindo-se integralmente os sujeitos da informação, assim como a Coordenação do Curso, a Direção, a própria UNICV (Universidade de Cabo Verde), de qualquer equívoco ou falha que possa ocorrer no plano metodológico e/ou operativo desta pesquisa;
- 2). Os riscos sobre os resultados e conclusões obtidos neste estudo serão assumidos inteiramente pelo pesquisador da investigação;
- 3.) Os sujeitos da pesquisa não serão identificados por seus nomes oficiais, assim como suas informações serão mantidas em inteiro sigilo, considerando que os depoimentos dos mesmos só têm sentido como parte do conjunto global das informações;
- 4.) Os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos no processo de pesquisa e as demais pessoas interessadas no estudo poderão ter acesso ao relatório de dissertação em caso de necessidade na Coordenação do Curso.

## **1.7. Desafios e dificuldades encontrados**

Não deixaria de sublinhar as dificuldades encontradas durante a realização da pesquisa, principalmente, no trabalho de campo durante a observação e na recolha de dados e entrevistas, devido a minha profissão como funcionário da investigação criminal da Polícia Judiciária.

Durante a recolha de dados junto das associações comunitárias e dos demais agentes territoriais, encontrei algumas resistências por razões que se prendem com o receio normal de prestar declarações a um investigador criminal, pensando que isso implicaria ter eventuais consequências negativas por causa da sua colaboração.

Naturalmente aos colaboradores, foi-lhes explicado a razão da pesquisa e o seu objetivo, ou seja, para a defesa de dissertação do mestrado, de forma a encorajá-los a fornecer os dados ou informações dentro das suas possibilidades.

Todavia, foi um desafio que me obrigou a procurar não envolver a minha visão profissional da realidade e ser mais objetivo na perceção e análise dos dados e das situações reais no terreno, porém sem entrar em situações que me desviasse da ética profissional.

Algumas instituições oficiais não colaboraram enviando as estatísticas solicitadas, nomeadamente no que se refere aos presos na cadeia do Sal, por forma a permitir uma análise das razões da reclusão.

## CAPITULO II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DO TEMA

Para se entender melhor o presente estudo, é pertinente definir alguns conceitos importantes, designadamente, o Estado e a segurança pública, território e o biopoder, o turismo, a violência e a criminalidade, a prostituição e o risco.

### 2.1. - O Estado e a Segurança Pública

Antes de mais, torna-se relevante esclarecer sobre a etimologia da palavra Estado, isto é tem origem no latim *status* ou condição de estabilidade e do Grego Pólis, Cidade-Estado. Assim, convém lembrar alguns teóricos da antiguidade para definir o conceito de Estado, de forma a se entender a importância do seu papel na regulação e gestão da vida dos cidadãos. Muitos filósofos políticos da antiguidade defenderam nas suas concepções teóricas do Estado, a responsabilidade que lhe cabe na garantia da segurança dos seus súbditos. Desde Thomas Hobbes com a sua concepção do poder do Estado quase sem limites, ao ver o Estado como um poder muito forte –Leviatã - onde o cidadão prescinde dos seus direitos a favor do Estado e em troca recebe a segurança e a paz social, o chamado de pacto ou contracto social. No Estado Leviatã a visão é do primado da segurança sobre a liberdade e a quebra do pacto pressupõe a insegurança. Só nessa situação se pode pôr em causa o poder absoluto do “Estado Leviatã”. Não cumprindo essa condição, o Estado já não terá legitimidade para representar o povo.

Com essa concepção, considera-se que Hobbes tem uma visão de um Estado com soberania absoluta, com um poder indivisível, onde alguns detêm o poder absoluto. Embora existe um certo limite do poder do Estado Leviatã em Hobbes, que consiste no estrito respeito pelo Pacto Social.

Rejeitando as ideias de Hobbes surge John Locke contra o argumento do monarca com poder absoluto, conforme André-Louis Leroy (1985). Para ele o Estado da natureza é um negócio do *homem para o homem* e é um estado de liberdade em relação a todo o poder terrestre (LEROY, 1985 p.22), superior mas não um “Estado de Licença”. O homem embora dono de sua vida deve agir de forma a preservá-la porque é obra do Criador (Deus), e isto só é possível através da razão, privilégio que só foi atribuído ao homem e que o difere dos animais. A visão do Locke é que nenhum homem tem poderes arbitrários sobre o outro e nem contra si próprio.

Não pode destruir a vida e os bens de outrem, este é o verdadeiro significado da liberdade. Sendo assim, o homem não pode atribuir ao outro poder absoluto sobre outro, cada um é livre de escolher o governo. Para Locke o Estado da natureza não pode ser um regime arbitrário e da violência. O Estado tem que garantir a liberdade, além da paz e segurança. Os limites do poder do Estado em Locke vão mais longe, ao defender a separação de poderes. O verdadeiro limite para Locke é que o poder político do governo deve ser um poder de confiança, só deve estabelecer-se pelo acordo voluntário dos súbditos (LEROY, 1985 p.24).

Apesar de Locke prever a separação dos poderes do Estado, mas quem vem introduzir uma autêntica separação dos poderes, é o Montesquieu, na sua obra “Do espírito das leis”. Para ele o poder devia ser tripartido, consistindo assim no Poder Legislativo, Poder Executivo e o Poder de Julgar.

Todavia, para Jean Jacques Rousseau, no estado de natureza o homem era bom porque não tinha relações sociais, ou seja, a sociedade que o corrompeu. Mas se houver uma sociedade justa o homem será novamente bom. Para Rousseau o Estado deve ser feito através de uma democracia participativa. Para ele o homem deve ser um cidadão e ter participação política. O Estado deve seguir os interesses de todos (ROUSSEAU, 1989, p.25-26).

Conforme se constata, do pensamento dos filósofos referidos, o denominador comum no pensamento de todos é que ao Estado cabe a tarefa de segurança pública e que o seu poder deve ser exercido de forma limitada de maneira a não perder a confiança nele depositado pelo povo. Aliás, lembrando Max Weber (1864-1920), este considerou a questão da racionalidade burocrática, que deve ser fundada na legitimidade da dominação legal do Estado, o que pressupõe a criação de regras burocráticas baseadas na racionalização, mas que deve representar uma imposição legal, ou seja, são impostas por leis.

Cabo Verde, conforme estabelece a sua Constituição, é considerado um Estado de direito democrático. A Constituição da República de Cabo Verde estabelece as tarefas do Estado no âmbito da sua intervenção social, designadamente na educação, segurança alimentar, habitação, desporto, acesso aos serviços de saúde e da justiça, à segurança física. Só ao Estado cabe a aplicação da força, lembrando aqui Max Weber, sobre o poder de dominação. O Estado para garantir a segurança pública também conta com as polícias e em determinadas ocasiões as forças armadas mas sempre na dependência operacional das forças policiais, ou seja numa perspectiva de as apoiar e de coordenação operacional.

Essa intervenção social é feita através de políticas públicas eficientes. Estas consistem em ações desenvolvidas pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição da República e demais leis, ou seja, ações que visem garantir o bem-estar da população.

Sem dúvida que a execução depende da articulação entre os três poderes do Estado, mas é principalmente do governo que tutela as forças policiais e de que dependem em termos financeiros, sem desprimor de parcerias que podem dispor, nomeadamente com os municípios entre outras entidades. Mas é ao governo que cabe maiores responsabilidades no que se refere ao investimento nas forças policiais.

É preciso enfatizar que o Estado de Cabo Verde tem sido desde a sua independência e mesmo antes disso, um Estado que se preocupou em ter alguma participação social. Pode-se afirmar que, dentro das suas capacidades, ainda que considerado de rendimento médio-baixo, é um país pobre mas tem tentado até certo ponto ser um Estado do “Bem-estar social”.

Torna-se, ainda, pertinente, sublinhar que se pode fazer muito mais e os gastos sociais devem ser vistos não como despesas mas sim como investimentos. Aliás, para reforçar esta ideia, importa citar o pensamento da Sónia Draibe (2006) para realçar o conceito do Estado do Bem-Estar Social, designadamente o modelo Keynesiano, que entende ter sido o único que *“captou com precisão o círculo vicioso com que o económico e social se inscreve na dinâmica de crescimento económico e desenvolvimento social”*, ou seja, na medida em que os gastos sociais devem ser vistos como um investimento no sector económico (DRAIBE, 2006).

Conforme estabelecido na Constituição da República de Cabo Verde, uma das tarefas fundamentais do Estado é:

[...] “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo cabo-verdiano, designadamente dos mais carenciados, e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os fatores de discriminação da mulher na família e na sociedade.”<sup>3</sup> [...]

Essas ações desenvolvidas pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição da República e demais leis, ou seja, ações que visem garantir o bem-estar da população é que definem as políticas públicas, isto é o objetivo é assegurar uma justa

---

<sup>3</sup> Artigo 7º. N.º.1 alínea e) da CRCV.

distribuição de riqueza, dos serviços e equipamentos sociais. Sem dúvida que a execução das políticas públicas depende da articulação entre os três poderes do Estado, designadamente para a criação de Leis, sua fiscalização e sua execução.

Todavia, as políticas públicas constituem, como enfatiza Leonel Fadigas (2015), “*uma expressão da autoridade do Estado e determinam tanto as formas de representação da organização social como da sua organização política e administrativa*” (FADIGAS, 2015). Enfatiza, ainda, este autor que “*a autoridade do Estado é um fator de coesão social e de coesão territorial sempre e quando as políticas públicas têm direta ou indiretamente uma dimensão espacial*”. Daí que, quando a intervenção do Estado é insuficiente ou nula num determinado território, perde a sua autoridade nesse espaço e há sempre quem aproveita para ocupar esse vazio e, por vezes, os criminosos.

Loic Wacquant, no seu estudo sobre a intervenção do Estado Norte Americano, chamou a atenção para o problema da intervenção mínima do Estado nas políticas sociais e o quão pode ser nefasta para a prevenção da criminalidade. O autor demonstra como a prosperidade dos Estados Unidos da América fascinou os Europeus, mas que, todavia, gerou desigualdades e o desemprego de massas, dada a intervenção mínima do Estado, que reduziu as políticas sociais, inutilizando cirurgicamente os sindicatos, instituindo o trabalho assalariado e forçado – *Workfare* – para os beneficiários de ajuda social, criando um fosso cada vez maior entre ricos e pobres, onde uma minoria de ricos privilegiados detinha a maior parte da riqueza (WACQUANT, 1999, p.28).

No sentido de melhorar as condições de vida da população nas cidades e arredores, cabe ao Estado a criação das políticas sociais que devem ser vistas como um forte investimento na economia e não como despesas, pois só assim antecipa certos males que, inevitavelmente, virá a ter em caso de omissão. É o que defende Michel Foucault, “*É aí que o soberano vai intervir e, se ele quiser mudar a espécie humana, só poderá fazê-lo sobre o meio*” (FOUCAULT, 1978, p.30). Significa que a probabilidade de acontecer um assalto numa rua não iluminada é maior do que numa bem iluminada, uma vez que os delinquentes têm a maior probabilidade de se porem em fuga sem serem reconhecidos, o que dificulta a ação dos policiais *a posteriori*. Também é verdade que se o Estado não investir na educação da sua população jovem, sofrerá consequências no futuro, com o aumento do desemprego. E não é menos verdade, que já se encontra comprovado por outros autores, que estes fatores constituem causas de desigualdades e contradições que contribuem para o aumento da criminalidade (Clay A. Nunes Chagas, 2014).

Neste sentido, cabe ao Estado estrategicamente usar o biopoder, conceito introduzido por Foucault, isto é, a gestão da vida da população em sociedade, usando todos os mecanismos em seu poder para regulação e controlo no sentido de modelagem das populações, nomeadamente através de boas políticas sociais de forma igualitária (FOUCAULT, 1978 p.101).

Convém enfatizar que, o povo - a população – e o Estado não vivem um sem o outro. O ser humano como ser social que é, vive em família, constitui associações e instituições, com os seus interesses, assim como o próprio Estado, conforme defende Paulo Ferreira da Cunha, (2009, p.24).

Todavia, quando o Estado não dá a devida atenção aos interesses dos cidadãos esta indiferença pode dar origem a diversas consequências, tais como a hostilidade ou o surgimento de outras instituições, que podem ser legais ou criminosas, querendo desempenhar o papel do Estado, acabando, por vezes, até por o substituir (DA CUNHA, 2009, p.25-27).

Porém, também é preciso sublinhar que as pessoas não podem ser meras espetadoras, têm o dever como cidadãos de participar na vida política de diversas formas, principalmente através do exercício de voto. Embora nem todos os não participativos deixem de intervir por mera indiferença, mas sim por estarem desiludidos pela própria indiferença do Estado (DA CUNHA, 2009, p.27-29).

Por outro lado, face à indiferença do Estado a desordem e a insegurança se instalam, em vez de medidas preventivas, acabam por surgir preocupações e teorias de repressão, a que Da Cunha (2009, p.31) chamou de “*Law and order*”, para justificar políticas exageradas de restrições de direito do povo.

No ponto seguinte, mostra-se pertinente definir os conceitos de biopoder e território, no sentido de realçar a importância do papel do Estado.

## **2.2. – Biopoder e o Território**

O biopoder é um conceito criado pelo Michel Foucault, para designar a nova forma de dominação e controlo do território através do controlo da vida da espécie humana. Considera

que o primeiro território de dominação desde a antiguidade tinha sido o corpo dos homens, dos indivíduos, através da disciplina, do poder coercitivo.

Porém, depois dos séculos XVII e XVIII, a sociedade disciplinar transformou-se em sociedade de controlo, desenvolvendo-se uma nova forma de dominação e controlo do território-corpo, ou seja, o biopoder. O corpo é um elemento de produção de espaços e de relações, recria relações de poder e a partir destas também cria relações políticas, dando origem assim a recortes no espaço que se constituem territórios. Neste sentido, os territórios de poder, sendo não só corpo como também a espacialização do *modus vivendi*, das práticas da vida quotidiana dos sujeitos-corpos que se tornam territórios, estes se encontram ligados através do ordenamento - ordem espacial burguesa do controlo dos corpos e dos objetos dos sujeitos corpos (FOUCAULT, 1973).

O controlo espacial se dá pelo controlo dos corpos enquanto territórios que comportam vida e que devem ser treinados e disciplinados para uma maior produtividade e domínio, além de se manter uma determinada forma de organização e projeção espacial dotada de normas, regras que não permitem a desordem ou anarquia. O treinamento ou modelagem dos territórios-corpos, isto é, a população, se dá através de diversos mecanismos de controlo, nomeadamente políticos, económicos, simbólicos, formas sociais de controlo das populações, tais como escolas, universidades, hospitais, estabelecimentos de coerção como prisões, pela regulação através de leis e normas. Até o próprio tempo da população é controlado através dos referidos mecanismos, nomeadamente o trabalho.

Os “territórios corpos” são elementos inerentes à organização espacial e reprodução da sociedade. Daí que as políticas estratégicas do Estado, devem merecer especial atenção aos territórios corpos, designadamente a massa da população, não só os considerados perigosos que podem colocar em risco a “*ordem espacial burguesa e estatal*” (FOUCAULT, 1985)

Para Claud Raffestin (1980), o Território está diretamente relacionado ao espaço geográfico e delimitado a partir de uma relação de poder e o domínio exercido pelo Estado. O território é o espaço apropriado por uma relação de poder, que se encontra expressa em todos os níveis das relações sociais (RAFFESTIN, 1980). Existem múltiplas *territorialidades*, como as das prostitutas, as do narcotráfico, entre outras. E essas se organizam em rede que se interliguem pelo fluxo de informações e contato, variando-se no tempo e no espaço.

Importa realçar que, na opinião de vários autores, não há um consenso exato sobre o conceito do território. Porém, adotando a definição dada por Rodolfo F. Alves Pena, das várias noções, pode-se assim definir o termo como sendo:

[...] “O espaço geográfico apropriado e delimitado por relações de soberania e poder. Em alguns casos, o território possui fronteiras fixas e muito bem delimitadas [...]; em outros, seus limites não são muito claros (como o território delimitado por algum grupo terrorista ou por um consórcio de grandes empresas) [...] (PENA, 2015).

Neste sentido, o território de um país é a sua delimitação exercida por meio de um domínio reconhecido internacionalmente, ou seja, a sua soberania. Daí que importa demonstrar a diferença com o Estado, pois, este consiste num sistema de instituições públicas, nomeadamente, o governo, estabelecimentos de ensino, hospitais e outras, que têm a responsabilidade da administração do território, conforme enfatiza Eduardo de Freitas (2015).

Vistos os conceitos de biopoder e território também é pertinente definir quem são os seus principais atores conforme se define no ponto seguinte.

### **2.3. - Turismo**

Convém, antes, sublinhar que existem várias definições sobre o conceito de turismo, conforme vários autores. Segundo Licínio Cunha somente a partir de 1942, os professores Walter Hunziker e Kurt Krapt”, conseguiram atingir uma definição melhor elaborada,

[...] “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal”. (CUNHA, 2006) [...]

O turismo é considerado por muitos estudiosos como a principal atividade económica a nível mundial, por ser um sector que envolve, direta ou indiretamente um grande número de pessoas, empregos, infraestruturas básicas e de ligação, interrelacionando com outros sectores de atividade dependente dele ou de que depende, sendo também um promotor de riqueza para os destinos turísticos (Brígida R. Brito, 1999).

Para BRITO, deve ser definido como,

[...] “É um fenómeno humano, caracteristicamente social, que pressupõe deslocação temporária e limitada no tempo, sem que se verifique transferência do local de residência; a deslocação é efetuada por razões motivacionais, podendo ser diversa a origem da motivação desde que não de âmbito económico; pressupõe no viajante, a descoberta de elementos sócio-culturais diversos do seu quadro de referência de origem, podendo verificar-se processos de aculturação; traduz-se na relação entre o visitante e o meio ambiente natural; é uma atividade que pressupõe uma relação entre a produção e o consumo com a conseqüente troca entre quem visita e quem recebe.[...] (BRITO, 1999 )

A prática turística surge associada a um princípio elitista e terá surgido a partir do gosto, da curiosidade e do prazer de descobrir outras pessoas e outros lugares, apenas acessível a uma parte minoritária da população mundial. Posteriormente, verifica-se uma evolução com a maior disponibilidade financeira da população da classe média e da valorização do lazer e o aumento dos tempos livres, aliado ao aumento da facilidade de transporte, dá-se a massificação do turismo (BRITO,1999). Para esta autora,

[...] “Gradualmente assiste-se ao surgimento da *massificação* turística com critérios de oferta padronizados à imagem ocidental e europeizada, com valorização de destinos tabelados pelo valor mínimo, de forma a se tornarem acessíveis à maioria, com características, essencialmente, balneares e de veraneio, com ausência de preocupação com a preservação ambiental e/ou cultural das comunidades receptoras (BRITO, 1999).[...]

Dado ao impacto negativo desse tipo de turismo nos destinos, em termos ecológicos e sociais, surgem as preocupações de sustentabilidade com a diversificação do turismo, nomeadamente o turismo cultural, o termal, o religioso, o de praia, o de negócios, o de natureza e ecológico, entre outros tipos.

Todavia, surgem ainda novas formas do turismo consideradas alternativas, mais personalizadas e onde valoriza o individual ou pequenos grupos em oposição à massificação. Para Brito,

[...] “Por Novas Formas de Turismo pode entender-se uma multiplicidade de práticas turísticas tais como o turismo natureza, o turismo de aventura, o turismo verde, o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo rural, o turismo branco ou de neve, o turismo azul ou de mar.”(BRITO, 1999)[...]

As práticas alternativas também valorizam as energias alternativas, a produção local e a preservação do ambiente, permitindo ainda um melhor inter-relacionamento com as comunidades locais que coloca o ser humano no centro das atenções no sentido de preservar a dinâmica identitária dessas comunidades (UNESCO, 1997).

Entende ainda a autora que o turista massificado possui algum grau de irresponsabilidade, porque não está preocupado, nem atento ou interessado (BRITO, 1999), o que pode ser prejudicial para os destinos turísticos se não houver uma diversificação do tipo de turismo, com uma preocupação de sustentabilidade e responsabilidade.

Para a UNESCO (1997), a estratégia de desenvolvimento turístico ideal deve combinar vários fatores, nomeadamente o sucesso da experiência turística, as boas condições de proteção dos recursos naturais - o ambiente e a cultura - e a satisfação da população local. Isto pressupõe uma maior inter-relação entre o visitante e o visitado onde todos tiram vantagem, mas com respeito mútuo, conforme recomenda o Código Ético Mundial para o Turismo.

Para Brígida Rocha Brito,

[...]“o turismo é então o resultado do intercâmbio, da troca de bens, serviços, conhecimentos e experiências, em que todos os atores, por estarem envolvidos, têm direitos e deveres; têm uma função a desempenhar e, por isso, são imprescindíveis. (BRITO, 1999 )

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo consiste “*no conjunto de atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadias em lugares distintos do seu ambiente habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios ou outros motivos*” (OMT..., 2014).

Para o Instituto Nacional de Estatísticas, o turismo consiste nas “*atividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadias em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de lazer, negócios ou outros motivos*”. E define como turista, o “*visitante que permanece, pelo menos, uma noite, num estabelecimento hoteleiro coletivo ou particular no lugar visitado*”. E visitante, o “*indivíduo que se desloca a um lugar diferente de sua residência habitual, por uma duração inferior a seis meses, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado*” (INE..., 2015).

O que parece evidente nas diversas noções do turismo é que o visitante de um destino turístico deseja tirar o maior proveito do lazer do descanso, dos aspetos positivos que pretende com a viagem e, para o visitado, a população local neste caso, é tirar vantagens das oportunidades que lhe surge e de melhorar sua condição de vida, mas que o turismo “não ultrapassasse os limites” (CUNHA, 2007).

Conforme já referido anteriormente, o turismo traz muitas vantagens à economia do país, dado a sua maior contribuição para o setor económico e, principalmente, para a ilha do Sal. Eric Gould, Weinberg e David Moustard (2002), nos seus estudos sobre *Crime rates and local labor market opportunities in the United States*, o turismo pode promover a diminuição da criminalidade através da criação de novas oportunidades de emprego ou pelo desenvolvimento económico e social que trazem para os destinos.

Todavia, a preocupação de segurança existe em qualquer destino turístico, os crimes contra turistas ou cometidos por estes são uma realidade, o problema consiste na gravidade dos incidentes e nos fatores que propiciem a sua ocorrência e como podem afetar a imagem do próprio destino turístico. Muitos turistas regressam ao mesmo destino mesmo tendo sido vítimas de um crime de roubo. Conforme Rob I. Mawby, 50 a 60% das pessoas vítimas de crimes, nomeadamente, roubos ou assaltos, manifestam intenção de regressar ao destino turístico apesar da experiência negativa (MAWBY, 2000).

## **2.4. - Violência e Criminalidade**

No sentido de analisar a violência e a criminalidade na ilha, também é necessário a definição desses conceitos de violência e criminalidade.

### **2.4.1. – Violência**

A palavra violência deriva do Latim “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Etimologicamente deriva do termo “violação” (*violare*). Significa usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico. Quando ao sujeito, toda a pessoa de qualquer idade ou género pode ser alvo de violência, de natureza diversa desde a violência verbal, física, ou psicológica.

A violência manifesta-se de várias formas, designadamente em guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, homicídio, fome, agressão sexual, etc. Quando se trata de direitos humanos, a violência tem uma abrangência no campo da violação de direitos: civis

(liberdade, privacidade, igualdade); sociais (saúde, educação, segurança, habitação); económicos (emprego e salário); culturais (manifestação da própria cultura) e políticos (participação política, voto).<sup>4</sup>

Importa antes lembrar alguns conceitos teóricos, para esclarecer os diversos significados da violência, que pode ser física e simbólica. A violência física que é aquela exercida pela força, lembrando Weber, é ao Estado a quem detém o monopólio do exercício do poder de dominação pela força (WEBER, 1864-1920, p.525), e no caso de Cabo Verde, ela é legitimada pela Constituição da República<sup>5</sup>. Já a violência simbólica expressa-se na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho, sendo que o dominado não se opõe ao seu agressor, já que nem se apercebe quem é vítima deste processo (Pierre Bourdieu, 1989, p.11-15).

Cabe ao Estado, que tem a legitimidade do poder de impor pela força, sob quaisquer das formas já referidas, o papel de intervir como regulador das atividades políticas, culturais e socioeconómicas, de forma a criar melhores condições de vida e bem-estar de toda a população. Aliás, conforme Hobbes de nada vale o Pacto sem medidas coercitivas.

Para Hannah Arendt, a violência difere de autoridade, poder, força ou vigor, e necessita sempre de instrumentos, mas constitui uma manifestação do poder (ARENDR, 1970, p.4 e 22). Porém, o poder não se confunde com a violência, pois são incompatíveis. O espaço ocupado por um elimina necessariamente o outro.

Neste sentido, conforme defende a Hannah Arendt, a violência como técnica de controlo social só será bem-sucedida se tiver amplo apoio popular, porque

[...] *“é o apoio do povo quem confere poder às instituições de um país, e esse apoio nada mais é que a continuação do consentimento que deu origem às normas legais.”*  
[...] *“E só em último ratio deve ser usado a violência contra aqueles que recusam o consenso da maioria”* (ARENDR, 1970, p.25 e 32).

Conforme defende Raffestin (1993), não existe vazio de poder, a ineficiência de políticas públicas, nomeadamente no que se refere ao ordenamento do território, contribui para a territorialização de agentes ligados ao crime. Assim, onde o Estado tem uma intervenção ineficiente, outros agentes passam a se territorializar, estabelecendo relações de poder para

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.significados.com.br/violencia/>. Acesso em: 24 Jan. 2015 às 23:53.

<sup>5</sup> Artigo 31º, 36º., 37º., 242º e 244º. da CRCV

controlar a população e realizar suas atividades criminosas. Para este autor, qualquer representação no espaço já é uma apropriação, que revela a imagem desejada ou planeada de um território.

Chagas (2014) também enfatiza que as áreas de desigualdades sócioespaciais são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde características como a ilegalidade, a insuficiência da segurança pública e de bens necessários à vida, são fatores determinantes para o estabelecimento de zonas de tensões.

A autoridade do Estado resulte, portanto, da vontade coletiva livremente expressa e assumida, que deverá ser permanente e ajustada às necessidades e realidades sociais. Assim, a legitimidade do Estado resulte do compromisso social com os cidadãos, para a promoção do seu bem-estar. O vazio das ações do Estado acabam por constituir uma forma de violência contra os cidadãos.

De salientar que o Código Penal de Cabo Verde - Decreto Legislativo N° 4/2003 de 18 de Novembro de 2003, alterado pelo Decreto Legislativo n°. 4/2015 de 11 de novembro - trouxe um novo conceito de violência. Por exemplo, a verificação do crime de roubo existe não só quando há violência ou ameaça contra pessoas, mas também quando há violência sobre coisas (Art. 200° do CP), ou seja, existe violência sobre coisas quando, na execução do facto, ocorra escalamento, arrombamento e utilização de chaves falsas para aceder ao local onde a coisa se encontra, independentemente de se tratar ou não de casa habitada.

Definida a violência importante é ainda ver o conceito da criminalidade que é definido no ponto seguinte.

#### **2.4.2. – Criminalidade**

A palavra criminalidade deriva do vocábulo latino *criminalitate*, a qualidade do estado de criminoso, perpetuação de um crime e ainda o conjunto ou o grau dos crimes num determinado meio. Importa assim, desde já, distinguir os conceitos do crime e da criminalidade, uma vez que não têm o mesmo significado. O crime, para efeitos do Código Penal de Cabo Verde, é toda a conduta típica ilícita e culposa, praticada por um indivíduo, quer seja ação ou omissão, sujeita a uma pena. Típica porque é preciso que exista na lei qualificada como tal. O crime é o produto tanto da ação do indivíduo, como da sociedade. A criminalidade só existe

dentro de um estado social e consiste “*no conjunto dos crimes socialmente relevantes e das ações ou omissões que, embora não previstas pela lei, merecem a reprovação máxima*” (Roberto Lira, 1974).

No preâmbulo do Código Penal de Cabo Verde o legislador parece fazer uma divisão entre a grande, média e pequena criminalidade, definindo a primeira como aquela considerada de carácter transnacional, a média e a pequena aquelas puníveis com pena de multa e de prisão substituível por multa no caso da medida da pena ser de 1 ano, salvo quando o tribunal entender executar a pena por questões de prevenção geral.

Não há uma exata definição de criminalidade violenta no Código Penal de Cabo Verde. Porém, algumas condutas que voluntariamente atentarem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas ou outros fatos típicos e agravados pela circunstância de serem cometidos com violência, o legislador deixa ao poder discricionário do juiz para punir mais ou menos gravemente o crime. O Código Penal usa o critério com base na conduta do infrator quando considerada violenta. A construção deste conceito resulta da escolha dos crimes considerados violentos – por atentarem contra a vida humana ou a integridade física e a liberdade sexual, ou implicarem a subtração de bens por meio de violência (“violência contra as pessoas e contra as coisas em caso de roubo, agressão e abuso sexuais”).

Para a explicação das causas da criminalidade, existem várias teorias sociológicas de diferentes autores, pelo que, conforme José Araújo Lima (2017), importa realçar alguns que me parecem importantes mencionar no estudo em apreço, uma vez que, a meu ver, se complementam para a explicação causal dos fenómenos criminais, nomeadamente as teorias de “Aprendizagem social” de Edwin Sutherland, “de Autocontrolo” de Michael Gottfredson e Travis Rirch, “de Anomia” de Robert Merton e de “Anomia Institucional” de Steven Messner e Richard Rosenfelt (LIMA, 2017).

Para Edwin Sutherland (LIMA, 2017, p.218), na sua teoria de Associação diferencial (ou aprendizagem social), a conduta criminosa é adquirida por meio de aprendizagem que resulta da socialização num determinado meio social. Para Sutherland a causa determinante do crime entre as classes desfavorecidas é “desorganização social”.

Porém, já Travis e Gottfredson entendem que o comportamento criminoso se deve ao grau de autocontrolo demonstrado por uma pessoa, que irá determinar a sua maior ou menor propensão ao crime. Para estes autores, o autocontrolo – impulsividade e imediatismo - tem

origem no meio da socialização familiar, isto é, uma pessoa com baixo autocontrole deve-se a uma educação negligente ou defeituosa, que lhe leva ao egoísmo, que se preocupa somente com os próprios interesses, ou seja, uma boa educação molda o indivíduo para ser altruísta para com os interesses de outrem. Defendem que pessoas egoístas têm um baixo autocontrole e não hesitarão em escolher quaisquer meios, mesmo que ilegítimos ou criminosos, para atingir seus objetivos (LIMA, 2017, p. 221 e 222).

Já Robert Merton sugere a teoria de anomia, ao defender que determinadas estruturas sociais exercem uma pressão específica sobre alguns membros da sociedade levando-lhes a adotar condutas desviantes das normas de comportamentos aceites. Ou seja, a tensão entre as metas legítimas recomendadas pelo sistema social e as reais oportunidades para as alcançar através dos meios legítimos, levaria ao rompimento com as normas. (LIMA, 2017, p. 227).

Todavia, Steven Messner e Richard Rosenfeld consideram que uma sociedade é anômica, quando são influenciadas pelos valores associados ao “sonho americano” – ser bem-sucedido, individualismo, universalismo e materialismo – onde a dimensão económica domina as outras dimensões sociais – família, religião e outras instituições de proteção e apoio social – e onde se dá maior relevância ao sucesso económico, não se importando com a forma legítima ou ilegítima, de o atingir. Numa sociedade em anomia, as decisões do sistema de justiça deixam de possuir o efeito dissuasor (José Neves Cruz, 2017, p. 91 e 92).

Poder-se-ia mencionar várias teorias, já que abundam muitas, mas convém realçar que não poderão ser vistas isoladamente para a explicação dos fenómenos criminais, mas sim de uma forma conjunta, visto que se complementam.

## 2.5. - O Risco

Para a definição do conceito recorreu-se principalmente a estudos levados a cabo por autores como Abraham Pizam (2002), Metin Kozak, John Crotts e Rob Law (2007), Ronald Glensor e Ken Peak (2004) e Richard George e Irma Booyens (2014), entre outros.

Assim, o **risco** é a probabilidade de ocorrer determinados eventos negativos futuros (TERMINOLOGIA DO ISDR<sup>6</sup>, 2009). Embora até certo ponto fala-se de incertezas, mas o

---

<sup>6</sup> *International Strategy Disaster and Risk*

risco pode ser mensurável, conforme defendem Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (2009 p.21). Há que o distinguir de ameaça, que consiste em fenómeno, substância, atividade humana ou condição perigosa que podem causar a morte, lesões ou outros impactos na saúde, danos materiais, perda de meios de subsistência e de serviços, transtornos sociais e económicos ou danos ambientais (ISDR, 2009).

Muitos são os riscos de ocorrência de eventos que podem afetar os turistas e as populações, consequência do desenvolvimento do turismo, nomeadamente, problemas de saúde pública, de segurança, de desastres naturais, instabilidade política, problemas sociais e culturais nos destinos turísticos (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007).

Vários são, também, os exemplos de eventos que se pode citar, tais como: o *tsunami* que ocorreu nos locais turísticos da Ásia; o aquecimento global que provocou enchentes e secas em áreas outrora de clima ameno; epidemias como a de 2003, da gripe asiática (SARS – síndrome respiratória aguda grave), e a gripe suína, com origem no México em Abril de 2009 (Alexandre Panoso Netto e Luiz Gonzaga G. Trigo, 2009, p.12), a Cólera em 1995 e Dengue em 2009 em Cabo Verde, são eventos que criam o pânico nos viajantes.

Pode-se exemplificar, ainda, vários problemas tais como, os crimes contra a propriedade. Teoricamente o aumento exponencial de visitantes pode estar diretamente relacionado com o aumento de ocorrências criminais nos destinos turísticos, como são os casos de assaltos, roubos a residências e burlas.

Geralmente os turistas, porque estão de férias para relaxar, desleixam-se mais no fator segurança aumentando o risco de ocorrência de furtos e roubos. Muitos são os fatores que motivam os criminosos a procurar os turistas, apesar do principal ser o económico, tais como a probabilidade de apresentar denúncia ser menor ou de testemunharem contra os autores ser também reduzida (GLENSOR e PEAK, 2004, p.2 e 3).

Outro fator importante é a ignorância dos conselhos úteis de segurança por parte dos turistas, o que aumenta o risco de ocorrência de crimes contra os mesmos. Frequentam espaços hostis, locais de venda de álcool e droga, compra do sexo, facilitando a ocorrência criminal contra eles.

Artur Correia, então secretário executivo do Comité de Coordenação no Combate à Sida (CCS-Sida), no ateliê “VIH-Sida: ganhos e desafios”, na ilha de São Vicente, Cabo Verde, considerou que o concelho da Praia e as ilhas turísticas apresentam, atualmente, as maiores preocupações na dinâmica da transmissão do VIH-Sida (CORREIA, 2015). O Secretário

executivo referiu que a CCS-SIDA está alerta para esse facto tendo iniciado um trabalho de formação de pares a nível das prostitutas e prostitutos de usuários de droga para minimizar os efeitos negativos do turismo, nomeadamente o turismo sexual.

O crime contra os turistas pode impedir o desenvolvimento do turismo dado que prejudique a imagem dos países destinatários. A própria comunicação social que publicita inadequadamente e de forma exagerada a segurança pode pôr em causa a percepção de segurança pelos cidadãos nos locais de destino (GLENSOR e PEAK, 2004, p.3 e GEORGE e BOOYENS 2014, p.454).

Todavia, outro risco com o tipo de turismo de massas é o fato de frequência de “turistas desviantes”, os que visitam os destinos turísticos com o propósito de cometer crimes ou causar distúrbios, principalmente os turistas cujo motivo da viagem é a participação em eventos – musicais ou desportivos – os que procurem a compra do sexo ou de droga (GLENSOR e PEAK, (2004, p.5).

Conforme referido pelo autor, o turista também pode ser ele próprio o desviante ou criminoso e o desafio que existe aqui é a capacidade de identificá-lo antes da viagem. E aqui entra a questão da capacitação dos policiais, de forma a recolher e analisar as informações atempadamente antes que ocorram os crimes ou se se pensar mais seriamente a ocorrência de um incidente terrorista.

Todavia, não só a ocorrência dos eventos já citados, mas também a própria percepção do risco pelos viajantes pode afetar negativamente o desenvolvimento do turismo (PIZAM, 2002, p.126).

Muitos operadores turísticos omitem informações sobre a situação real dos riscos em determinados destinos, o que de certa forma prejudica a imagem dos destinos e do próprio desenvolvimento do turismo nesses locais. A forma como a comunicação social dá a cobertura aos eventos pode contribuir positiva ou negativamente para o incremento do turismo (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007).

Para esses autores, a própria categoria dos viajantes também contribui para a forma como percebem os riscos, pois depende do género e da própria experiência do viajante, fatos provados através de estudos em campo, ou seja, as mulheres são os turistas que mais mudaram os seus planos de voo face à sua percepção de risco sobre ocorrência de doenças, incidentes de segurança ou desastres naturais, em relação aos homens. E o mesmo acontece com os viajantes mais experientes.

Todavia, o que tem maior impacto negativo no turismo, em primeiro lugar é a probabilidade de ocorrência de eventos ligados à saúde pública, nomeadamente doenças contagiosas e pandemias e logo a seguir incidentes de segurança como o terrorismo, seguido de desastres naturais e outros fatores (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007).

Conforme também ficou espelhado neste capítulo, existem determinados fatores que influenciam na percepção do risco pelo turista que podem influenciar a sua decisão de cancelar ou escolher um outro destino turístico para suas férias. E destaca-se alguns, como a ocorrência de um evento negativo e a falta de honestidade ou omissão de informação da situação real do local de destino. Daí que se torne importante e necessário que as propagandas turísticas sejam honestas de forma a não defraudar os visitantes, pois a divulgação negativa “boca-boca” pode ter a força da própria ocorrência duma catástrofe.

No capítulo a seguir faz-se uma resenha do que tem sido a atividade do turismo nos últimos cinco anos na ilha do Sal.

### **CAPITULO III. – CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE TURISMO PRATICADO NA ILHA DO SAL, O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.**

#### **3.1. Atividade turística na ilha do Sal**

Conforme se pode verificar o conceito de turismo, tanto na definição dada pelo INE como pela OMT e pelos autores referenciados neste estudo, divide-se em quatro partes importantes: as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadias; quanto aos lugares destinos que devem ser diferentes do seu ambiente habitual; o tempo de permanência nesses espaços, que deve ser por um período de tempo consecutivo inferior a um ano; e por último o motivo da viagem, ou seja com fins de ócio, negócios ou outros motivos.

Quanto ao turista, o conceito também tem a ver com o lugar de viagem que deve ser diferente do seu ambiente habitual e não deve ser para uma atividade remunerada. O tempo de permanência deverá ser de pelo menos uma noite num estabelecimento hoteleiro coletivo ou particular no lugar visitado e não ultrapassar seis meses.

#### **3.2. Como tem sido feita a implantação do turismo nos últimos cinco anos.**

O tipo de turismo na ilha do Sal é essencialmente de “Sol e Mar” onde toda a infraestrutura turística está organizada junto à praia para facilitar que o turista tire o maior proveito do mar o mais rápido e facilmente possível. Esse tipo de turismo tem proporcionado empregos à população local, mas tratam-se de empregos precários e mal remunerados dado ao nível de vida na ilha que é relativamente caro. Especula-se sobre se esse tipo de turismo é o mais adequado para a ilha e para as populações em termos de melhoria de qualidade de vida, uma vez que cria a fragmentação do espaço por estar organizado para atrair o turista.

Apesar do desenvolvimento económico que o turismo traz à ilha do Sal, esta encontra-se excessivamente dependente do sector, uma vez que a população local ocupa os empregos, direta ou indiretamente ligados ao turismo, considerados de nível mais baixo e em que a qualidade dos empregos maioritariamente é precária (RAMOS, 2011). Este fato, conforme mais

adiante se pode constatar, é corroborado pelos dados estatísticos do INE. E conforme o estudo de Ramos, aliado a esse facto, a consequência mais visível dos impactos negativos do turismo na população salense é o aumento do preço dos bens de primeira necessidade em consequência do aumento do custo de vida.

O turismo pode promover a diminuição da criminalidade através da criação de novas oportunidades de emprego ou pelo desenvolvimento económico e social que trazem para os destinos (GOULD, WEINBERG E MUSTARD, 2002).

Convém sublinhar que, tanto os operadores turísticos como os donos e gerentes dos *resort hotels* alegam que a ilha do Sal pouco ou nada tem para oferecer aos turistas fora dos hotéis, e a ilha possui uma deficiente infraestruturaração que impede os turistas de interagirem com a população local, fazendo despesas fora dos hotéis que permitiriam aos residentes da ilha tirar melhor proveito da atividade turística.

O tipo de turismo de massas do sistema *all inclusive* que se verifica no Sal traz benefícios à população, conforme opinião de vários entrevistados. Todavia, o problema é não haver muita oferta no exterior que motiva os operadores a levar os turistas à rua que, aliás só podem estar interessados, porque o turista ao comer na rua, pode até poupar nas despesas do hotel que já não terá de preocupar com mais alimentação e bebida. Conforme refere um funcionário da Câmara Municipal do Sal, [...] “*existe pouca oferta no exterior dos hotéis*”.

A ideia é aproveitar o turismo de massa, mas com a preocupação fundamental de variar o tipo de turismo, designadamente para o gastronómico, histórico e cultural, desportivo, ambiental como o ecoturismo, entre outros tipos. Segundo o referido funcionário da Câmara Municipal do Sal,

[...]“há uma preocupação com a sustentabilidade do turismo no sentido de levar os turistas o mais próximo possível da população, para que os agentes territoriais locais tirem vantagens e ganhem com o turismo de massa. Daí a Câmara Municipal ter criado um plano do turismo com a preocupação de implementar outros tipos de turismo de forma a dar a população possibilidade de ganhar com a atividade, especialmente com a criação de um programa que possibilite aos pequenos operadores abrirem seus empreendimentos turísticos perto das praias, principalmente em Santa Maria, isto é, trazer o turismo para próximo do cidadão.”[...]

Todavia, esse programa é ainda pouco visível, uma vez que poucos empresários locais, possuem empreendimentos nas zonas consideradas de elite de Santa Maria, designadamente perto do mar, onde predominam os estrangeiros maioritariamente oriundos da Europa.

O funcionário da CMS entrevistado entende que [...]“o tipo de turismo com base nos ZDTI<sup>7</sup> já não é adequado”, pelo que se está a explorar outros tipos de turismo já referidos. O novo plano da CMS tem em vista acabar com a estratificação de “zona de Elite” e “zona de Pobre”, de forma a acabar com a segregação social, causadora de desigualdades e frustrações das populações.

Todavia, outro risco com o tipo de turismo de massas praticado no Sal é o fato de frequência de “turistas desviantes”, os que visitam a ilha com o propósito de cometer crimes ou causar distúrbios, nomeadamente aqueles que procuram a compra da droga e do sexo, a participação em eventos – musicais ou desportivos (GLENSOR e PEAK, 2004, p.5).

Por outro lado, outro problema que surge é a capacidade de resposta aos incidentes terroristas em toda a sua extensão, ou seja, se existem infraestruturas de saúde para acolher as vítimas ou a capacidade de evacuação dos feridos se necessário. Embora tenha sido uma intenção de governo de Cabo Verde cessante, antes das eleições legislativas, e o próprio Governo atual, de desenvolver o setor turístico de forma a receber um milhão de turistas por ano, surge uma outra questão, a logística de alimentação, farmácias, entre outros serviços, se são suficientes para os turistas, para além da população local.

Torna-se, ainda, pertinente equacionar se as forças policiais são suficientes para dar resposta às questões de prevenção e repressão nas ilhas mais turísticas. Muitas questões podem ser colocadas relacionadas com a capacidade das ilhas consideradas mais turísticas para responder a toda a dinâmica do turismo de massas, neste caso a ilha do Sal. Embora o Governo e a Câmara Municipal da ilha dizem que sim e que existe capacidade hoteleira na ilha, mas isso por si só basta?

Conforme foi demonstrado no Capítulo II, essas desigualdades e frustrações geram violência. As áreas de desigualdades sócioespaciais, aliadas à insuficiência de políticas públicas do Estado, são locais propícios para o estabelecimento de zonas de tensões (CHAGAS, 2014).

Os próprios hotéis durante a concessão de terrenos para construção, são exigidos a fazerem a ligação à rede pública de esgotos em Santa Maria, e se não houver infraestrutura terão de criar seus próprios meios de tratar os seus resíduos produzidos. Infelizmente até agora a rede de esgotos não chegou às outras localidades da ilha.

---

<sup>7</sup> Nota: ZDTI – Zona de Desenvolvimento Turístico Integral.

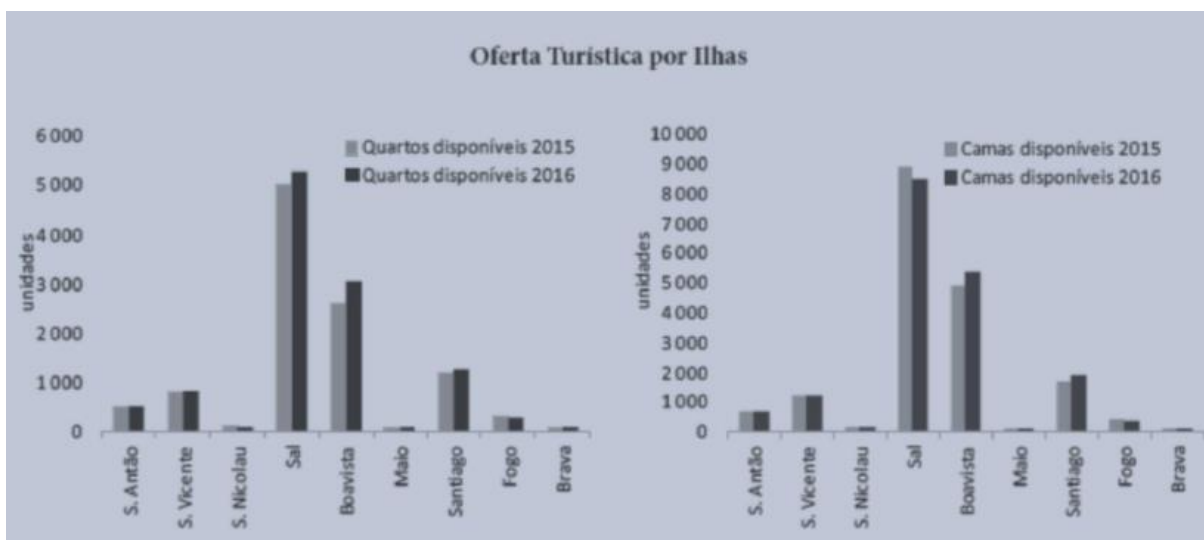
Uma taxa calculada a partir do número de quarto dos hotéis foi implementada com uma preocupação social e ambiental. Ou seja, um hotel com mais quartos paga uma taxa maior porque em princípio irá produzir maior quantidade de lixo.

### **3.3. - A evolução do fluxo de turistas**

Segundo o Banco de Cabo Verde, o aumento da procura turística internacional por Cabo Verde superou tanto o crescimento da procura turística mundial, como a região de África Subsariana que até aumentou consideravelmente (em 10,7 %). O BCV aponta algumas razões desse aumento, designadamente o aumento do rendimento disponível dos viajantes, dentre outros fatores de índole económicos, “*pela preferência de turistas por destinos mais seguros*” (Relatório do BCV, 2016). Mas é importante ter presente o fator da percepção do risco pelos turistas, resultante dos atos terroristas que ocorreram nos principais *resorts* dos países da CEDEAO, tais como Burkina Faso, Níger e Costa do Marfim.

Em termos dos países emissores de turistas para o Sal, o Reino Unido lidera a lista e logo a seguir Itália, França, Alemanha, Áustria, Portugal, Espanha e outros, conforme se pode verificar pelo gráfico nº. 1 (p.20).

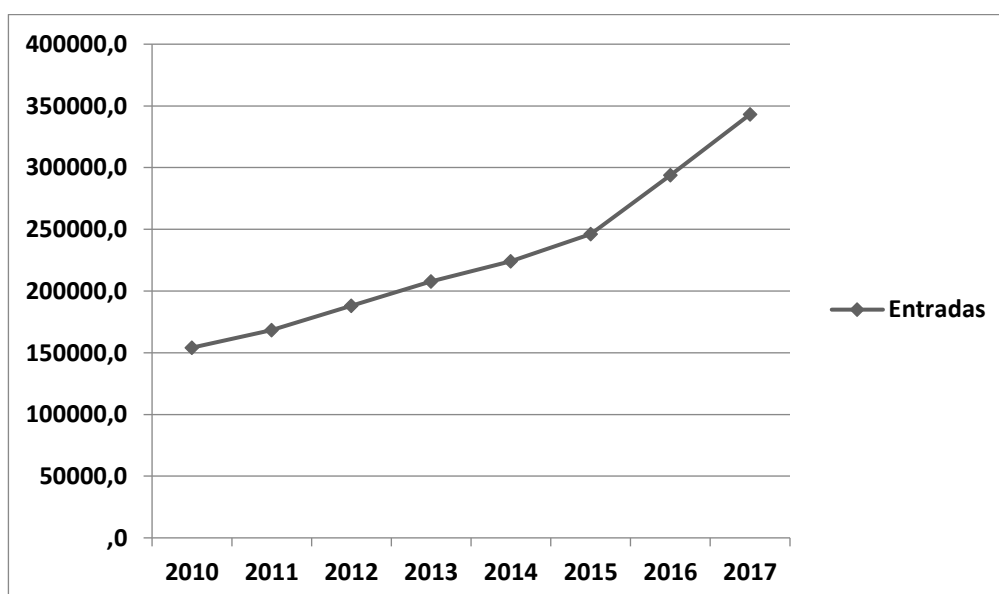
A maior fatia do investimento externo na ilha do Sal foi dirigida às infraestruturas turísticas, principalmente no turismo de sol e praia – 71% (fonte ver BCV, INE...). Esse tipo de turismo tem atraído mais o turista de classe média/baixa, que parece gastar 700-1000 Euros, no país. A figura 5 a seguir mostra claramente que a ilha do Sal possui mais infraestruturas hoteleiras que as restantes ilhas de Cabo Verde.



**Figura 3: Oferta turística por ilhas de Cabo Verde (relatório Anual do BCV, 2016)**

Pelos dados estatísticos do INE, constata-se que o fluxo de turistas tem aumentado todos os anos. Conforme se pode ver pela representação gráfica a seguir, verifica-se que o aumento do fluxo de turistas para a ilha do Sal é uma realidade, apesar do aumento da criminalidade, principalmente na tipologia dos crimes contra a propriedade, como o furto e o roubo, conforme se pode ver mais adiante no Capítulo V.

**Gráfico 2: evolução de entrada de hóspedes nos hotéis na ilha do Sal de 2010 a 2017.**



Fonte: INE (2018)

Outro tipo de turismo de maior qualidade, considerado altamente sustentado, tem sido alvo de discussões em várias conferências realizadas em Cabo Verde (EITUR 2016). Em todas essas discussões o denominador comum é a qualidade dos serviços prestados, ou seja, para maior atratividade é preciso que haja serviços de qualidade fora dos hotéis. E essa atratividade deve ter maiores condições em termos de segurança pública, no sentido lato e qualidade dos serviços prestados fora dos hotéis, nomeadamente, maior segurança em termos de ordem pública, energia e água 24 horas, hospitais, iluminação pública, saneamento, ordem no comércio informal, resolução do problema dos animais que andam soltos pelas ruas, nadadores salvadores nas praias e sinalização adequada das praias, embelezamento da urbanização, das vilas e aldeias, segurança alimentar com maior fiscalização dos bares, restaurantes e hotéis, criação de condições dos transportes públicos, fiscalização e controlo do serviço de táxi, imposição de taxímetro para impedir a burla aos passageiros (turistas), criar facilidades do transporte aéreo e marítimo entre as ilhas, que deveria ser subsidiado pelo Estado.

Para que esses serviços cheguem à população local, é preciso a intervenção do Estado, criando legislações e serviços de fiscalização e controlo dessas atividades, sob pena de não chegarem à população local e haver uma tendência de ampliação da desigualdade e conseqüentemente o aumento da violência e da criminalidade.

No sentido das populações beneficiarem com o turismo é preciso envolver os estabelecimentos hoteleiros em ações de intervenção social, principalmente com os seus empregados que são, maioritariamente, oriundos da população.

Conforme o funcionário da Camara Municipal entrevistado,

[...] “os hotéis têm sido envolvidos em programas sociais, para ajudarem as populações, por exemplo um dos estabelecimentos hoteleiros localizados na ponta Preta, na cidade de Santa Maria, realiza todos os anos festas de Natal para os filhos dos empregados, onde são distribuídas prendas às crianças, e esta ação tem tido um impacto positivo no seio dessas famílias. Todos os hotéis deviam preocupar mais com seus empregados, em termos de ajudas com alojamento, envolverem-se mais na política habitacional, aproveitamento da comida que não foi consumida para doação a nível social” [...]

Na opinião de alguns dos cidadãos entrevistados na ilha do Sal,

[...] “as condições de transporte facilitariam a diversificação do turismo nas outras ilhas bem como do turista nacional e seria uma forma de facilitar que o turista não ficasse somente confinado aos *resorts*, por falta de condições e oferta no exterior”. [...]

O turismo de massas tem sido objeto de muitas discussões, sendo como ponto fulcral o fato de saber se é o tipo mais adequado para Cabo Verde.

Todavia, as consequências negativas apontadas ao turismo não têm a ver somente com o tipo de turismo, mas também com as políticas públicas pouco claras e ineficientes. O aumento de migração para a ilha do Sal, devido à demanda de mão-de-obra não foi acompanhado de condições para receber os migrantes na ilha. O aumento do custo de vida local era previsível, e o baixo salário recebido pelos trabalhadores ligados ao setor poderia e pode ser regulado pelo Estado, evitando que os trabalhadores acabem por morar em assentamentos informais, sem condições dignas de habitação, trazendo como consequência problemas de segurança pública, como criminalidade, saúde pública deficitária, problemas de saneamento, falta de infraestruturas básicas, como acesso à água e energia, falta de urbanização e iluminação pública, problemas de ambiente, entre outros.

O Estado não tem feito a devida “modelagem” da vida da população, conforme mais adiante se pode verificar no Capítulo IV sobre os fatores propiciadores da criminalidade. Cabe ao Estado estrategicamente usar o biopoder, ou seja, a gestão da vida da população em sociedade, usando todos os mecanismos em seu poder para regulação e controlo no sentido de modelagem das populações, nomeadamente através de boas políticas sociais de forma igualitária (FOUCAULT, 1978 p.101).

#### **3.4. Legislação sobre propriedades em locais de utilidade pública**

Torna-se pertinente fazer uma pequena referência à legislação aplicável aos bens de domínio público em Cabo Verde, principalmente sobre a venda e concessão para exploração comercial desses bens, no sentido de analisar a atuação dos agentes territoriais na ilha do Sal. De facto a lei cabo-verdiana prevê que as praias são bens de domínio público do Estado, conforme o artigo 3º. alínea e) da Lei 44/VI/2004 de 12 de Julho<sup>8</sup> e artigo 10º n.º 1 alínea e) Decreto-Legislativo nº 2/2007, de 19 de Julho.<sup>9</sup> E sendo assim, o seu acesso não pode ser vedado ao público, ou seja, aos cidadãos em geral. Aliás, estabelece o artigo 13º. nº.1 do mesmo

---

<sup>8</sup> Lei 44/VI/2004 de 12 de Julho, publicada no Boletim Oficial nº. 20, I série de 12 de Julho de 2004, da República de Cabo Verde.

<sup>9</sup> Decreto-Legislativo nº 2/2007 de 19 de Julho, publicado no Boletim Oficial nº 26, I série da República de Cabo Verde de 19 de julho de 2007

diploma legal que “*Salvo disposição legal em contrário, os terrenos pertencentes ao domínio público são a todos acessíveis, independentemente de autorização ou licença.*”

As autoridades marítimas da ilha e os policiais da Polícia Nacional, principalmente da cidade de Santa Maria onde ocorrem geralmente conflitos entre privados e a população civil, afirmam que, na realidade, se verificam algumas ocorrências, mas o motivo por trás destes conflitos é diferente do que é divulgado na comunicação social. A razão de fundo não é que a população não pode frequentar as praias, o que acontece é que alguns cidadãos querem usufruir dos espaços que são reservados aos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros e são impedidos.

Segundo um entrevistado ligado ao setor marítimo,

*[...] “a população também não ajuda, porque usam as partes privadas que não devem, tais como acessos a piscinas e outros, e complicam a situação, porque os guardas naturalmente não deixem que entrem nesses locais, o que gera tensão, e conflitos” [...]*

Todavia, o que se observe *in loco* é que, a população, para aceder às praias, praticamente passam no meio dos espaços de lazer dos estabelecimentos, porque são lugares quase fechados. Essa situação naturalmente causa segregação social, o que pode afastar de *per si* a população local e, conseqüentemente, causar frustrações ou sentimento de revolta por se sentir dificultada em aceder os espaços públicos. Essa tensão é um dos fatores causadores da violência, da desordem pública e eventualmente da criminalidade, conforme enfatiza Raffestin (1978), Arendt (1970) e Chagas (2014).

Esse problema ficaria minimizado se houvesse um planeamento adequado de acesso a estes espaços antes da sua adjudicação ao privado para exploração, ou pelo menos que ficasse estabelecido nos contractos ou protocolos de concessão. Porém, e conforme um representante local das autoridades marítimas, “*as propriedades privadas existentes atualmente nas orlas marítimas foram concedidas para exploração ou vendidas há muito tempo, mesmo antes da independência de Cabo Verde*”.

### **3.5. Caracterização do emprego da força de trabalho utilizada na atividade turística**

A maior percentagem da população da ilha do Sal encontra-se empregada nos estabelecimentos hoteleiros, mas a situação laboral é precária, sendo que são empregos sob o

regime de contrato. A maioria da população ocupa os empregos de um nível salarial mais baixo, conforme mais adiante se pode constatar pelas Tabelas 1 a 9. Nestas tabelas, demonstra-se a situação da população empregada no Sal, tendo em consideração o contexto nacional.

Porém, para entender os dados é preciso também definir os conceitos de taxas de emprego, de subemprego e de inatividade, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE):

[...] A **Taxa de emprego** (rácio emprego/população), é definida como a relação entre a população empregada e a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais). É a capacidade da economia para criar empregos. A **Taxa de desemprego** dos jovens refere-se a pessoas entre os 15 e 24 anos que estão desempregados, disponível para o trabalho e ativamente à procura de trabalho. A **Taxa de subemprego** como o número total de empregados que trabalharam menos de 35 horas por semana e que declararam estar disponíveis a trabalhar mais horas em outra atividade em relação à população empregada, expresso em percentagem. E a **taxa de inatividade** é a percentagem da população que não faz parte da mão-de-obra. A população inativa é uma categoria residual de pessoas que não têm um emprego ou que estão no desemprego. Inclui todas as pessoas que, por causa de uma incapacidade física, não são capazes de trabalhar e todos aqueles que, por razões pessoais, como de estudo, responsabilidades familiares ou de idade, não querem trabalhar. [...] (INE...,2017)”

As tabelas a seguir ilustradas demonstram a situação do mercado de trabalho na ilha do Sal, de 2011 a 2017. Para melhor compreensão, os dados representados são os valores referentes ao Sal, os relativos no geral a Cabo Verde, bem como as ilhas com maiores e menores taxas, a fim de permitir uma comparação com a situação da ilha em estudo.

**Tabela 1: Evolução da população de 15 anos ou mais, desempregada, por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2011 – 2017**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>CABO VERDE</b>	24.926	37.915	36.388	34.327	27.599	36.955	28.424
<b>CONCELHO</b>							
São Vicente	6.213	11.263	8.254	4.731	5.585	6.499	5.127
<b>Sal</b>	<b>1.729</b>	<b>2.885</b>	<b>1.872</b>	<b>2.696</b>	<b>1.330</b>	<b>1.699</b>	<b>1.511</b>
Praia	7.900	10.909	15.076	14.186	11.063	17.245	12.500
Santa Catarina Fogo	152	212	65	96	40	173	124

Fonte: INE, IMC 2011 - 2017.

**Tabela 2: Evolução da TAXA DE EMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2011 – 2017**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>CABO VERDE</b>	51,9	52,1	50,3	48,8	51	54,2	51,9
<b>CONCELHO</b>							
Ribeira Grande	35,9	32,9	27,8	31,7	34,4	45,6	44,4
Paul	37,9	41,9	42,5	37,9	44,4	46,2	47,9
<b>Sal</b>	<b>63,3</b>	<b>64,1</b>	<b>69,4</b>	<b>69,4</b>	<b>64,5</b>	<b>74,4</b>	<b>71,1</b>
Boavista	67,1	63,5	73,4	65,3	65,5	75,5	70,6
Praia	50	53	49,3	53	54,6	54,1	55,9
Brava	38,6	39,6	32,8	36	32,5	29,1	28,9

Fonte: INE, IMC 2011 - 2017.

Da análise dos dados desta tabela, constata-se que o Sal é uma das ilhas de Cabo Verde com uma das melhores taxas de emprego.

**Tabela 3: Evolução da TAXA DE SUBEMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2013 – 2017**

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>CABO VERDE</b>	21,7	16,3	16,7	19,4	16
<b>CONCELHO</b>					
Ribeira Brava	8,6	12,3	16,5	6,8	3,4
<b>Sal</b>	<b>9,1</b>	<b>4,1</b>	<b>4,3</b>	<b>7,4</b>	<b>6,3</b>
Boavista	8,4	3	3,9	8,8	4,3
São Miguel	50,6	36,2	22,2	45,6	51,7

Fonte: INE, IMC 2011 - 2017.

Pelos dados desta tabela, verifica-se que a taxa de subemprego na ilha do Sal, no contexto nacional, é muito menor que nas restantes ilhas.

**Tabela 4: Evolução da taxa de DESEMPREGO da população de 15 anos ou mais (%), por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2011 – 2017**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>CABO VERDE</b>	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15	12,2
<b>CONCELHO</b>							
Sal	12	17,7	10,9	14,4	7,8	8,3	7,4
Praia	13,8	17,2	22,8	20	15,7	22,1	16,2
São Vicente	18,3	28,9	22,1	13	14,5	16,2	12,1
Mosteiros	5	1,5	3	8,9	4,4	7,7	7,1

Fonte: INE, IMC 2011 - 2017.

Os dados desta tabela permitem concluir que a situação do desemprego do Sal no contexto nacional é relativamente melhor em relação às outras ilhas.

**Tabela 5: Distribuição da população de 15 anos ou mais, segundo situação na atividade económica por meio de residência, concelho, sexo e grupo etário. Cabo Verde, 2017.**

	POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS	SITUAÇÃO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA			
		POPULAÇÃO ACTIVA			POPULAÇÃO INACTIVA
		TOTAL	EMPREGADA	DESEMPREGADA	
<b>CABO VERDE</b>	392.355	232.198	203.775	28.424	160.157
<b>CONCELHO</b>					
São Vicente	63.079	42.385	37.258	5.127	20.694
Sal	26.529	20.369	18.858	1.511	6.160
Praia	115.537	77.072	64.572	12.500	38.465
Santa Catarina Fogo	3.565	1.657	1.533	124	1.909

Fonte: INE, IMC 2017

**Tabela 6:: Características da população de 15 anos ou mais, EMPREGADA, por sexo, meio de residência, concelho e grupo etário. Cabo Verde, 2017.**

	Distribuição (%)		Idade média (anos)			Média de anos de estudo			Duração média no emprego (meses)		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
<b>CABO VERDE</b>	55,8	44,2	38,1	37,6	38,7	8,3	8,2	8,5	111	116	104
<b>CONCELHO</b>											
<b>Sal</b>	<b>56</b>	<b>44</b>	<b>36,3</b>	<b>36,3</b>	<b>36,3</b>	<b>8,4</b>	<b>8,3</b>	<b>8,5</b>	<b>71</b>	<b>74</b>	<b>66</b>
Boavista	61,2	38,8	35,8	35,5	36,2	7,5	7,4	7,6	79	79	79
Santa Cruz	58,2	41,8	38,2	35,5	41,9	7,4	7,4	7,6	155	149	164

**Fonte:** INE, IMC 2017.

Verifica-se pela Tabela acima que a taxa de empregados por género, o sexo masculino representa 56% e feminino de 44%, sendo que a média de idade dos empregados é de 36 anos em todos os sexos.

**Tabela 7: Distribuição da população de 15 anos ou mais (%), empregada, segundo o SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO frequentado por meio de residência, concelho e grupo etário. Cabo Verde, 2017.**

País e Concelho	TOTAL				MASCULINO				FEMININO			
	NÍVEL DE INSTRUÇÃO				NÍVEL DE INSTRUÇÃO				NÍVEL DE INSTRUÇÃO			
	Sem nível	Básico / Alfabetização	Secundário	Superior	Sem nível	Básico/Alfabetização	Secundário	Superior	Sem nível	Básico / Alfabetização	Secundário	Superior
<b>CABO VERDE</b>	4,2	41,8	40,5	13,6	3,1	42,8	41,7	12,3	5,5	40,5	39,0	15,1
Ribeira Grande	6,0	45,3	32,6	16,1	6,3	47,9	32,6	13,1	5,4	39,4	32,6	22,6
<b>Sal</b>	<b>1,0</b>	<b>38,8</b>	<b>49,4</b>	<b>10,7</b>	<b>1,0</b>	<b>37,9</b>	<b>52,0</b>	<b>9,1</b>	<b>0,9</b>	<b>40,1</b>	<b>46,2</b>	<b>12,8</b>
Tarrafal	9,9	46,0	36,4	7,7	7,8	39,7	45,5	7,0	11,6	51,3	28,9	8,2
Praia	3,5	31,3	45,6	19,7	3,7	31,1	45,4	19,8	3,2	31,4	45,9	19,5
Ribeira Grande Santiago	12,5	60,0	22,9	4,6	10,0	61,2	24,4	4,4	15,2	58,7	21,3	4,8

**Fonte:** INE, IMC 2017.

Da análise da Tabela nº.7 acima, verifica-se que a taxa de empregados que possuem o nível do ensino básico / alfabetização é de 38,8 % do sexo masculino e 40,1% feminino, e do ensino secundário 49,4% masculino e 46,2% feminino, o que se explica, uma vez que os empregos são de nível mais “baixo” – menos remunerados - conforme a seguir se constata pela Tabela nº.8.

Verifica-se, também, que a taxa dos empregados com o nível de ensino superior é muito baixa em relação ao ensino básico e secundário, isto é, os empregados com ensino de nível superior são 10,7%, sendo 9,1 de sexo masculino e 12,8% feminino.

A maioria dos empregados são de sexo masculino (56%), embora a diferença não é muita, pois os empregados de sexo feminino representam uma taxa de 44%, sendo que a média de idade dos empregados é de 36 anos em todos os sexos.

**Tabela 8: Distribuição da população de 15 anos ou mais (%), empregada, segundo ramo de atividade na ilha do Sal, Cabo Verde, 2017.**

	<b>SAL</b>
Indústria Transformadora	7,3
Construção	6,2
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	10,4
Transporte e Armazenagem	8,9
<b>Alojamento e Restauração</b>	<b>34,4</b>
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	9,6
Administração Pública e Defesa Segurança Social	6,1
Educação	3,6
Famílias Empregadores de Domésticos	3,3
Outras atividades	10,2

**Fonte:** INE, IMC 2017.

Pelas tabelas acima ilustradas, pode-se facilmente constatar que a ilha do Sal, comparativamente aos demais concelhos do país, apresenta um dos melhores indicadores em termos do mercado de trabalho, tendo em atenção a população existente. Apresenta as melhores taxas de emprego, desemprego e subemprego do país.

Porém, é preciso realçar que os empregos, na sua maioria, estão relacionados com as atividades de restauração e alojamento, ou seja, em hotéis, restaurantes e bares representando os 34,4%. Estes são empregos precários, resultantes de acordos verbais (16,9 %) ou por contrato a termo (37,7%), ou seja, a maioria dos empregados encontra-se numa situação laboral de incerteza (INE...,2017).

## **CAPITULO IV. - FATORES CAUSADORES DA CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL**

### **4.1. - Fatores sociais**

O tipo de turismo predominantemente implementado tem sido o de massas, voltado para o mar. Embora traz vantagens à ilha em termos económicos, o aumento de emprego resultante desse tipo de turismo acaba por ter um aspeto negativo, por ser de carácter precário, conforme demonstrado no capítulo anterior. Por causa do aumento do fluxo de turismo na ilha, verificou-se também um aumento do nível do custo de vida, o que causou dificuldades à população local, empurrando-a para os guetos (RAMOS, 2011).

Com a implantação do turismo nos últimos anos, verificou-se também um aumento da migração das outras ilhas para o Sal, principalmente por falta de mão-de-obra local e devido à dinâmica do próprio turismo. Os problemas sociais resultantes de más condições de habitação da população migrante e a mais desfavorecida trouxe outros problemas sociais. Por exemplo, em Santa Maria, os imigrantes das outras ilhas e provenientes da Costa Ocidental do continente africano ocuparam o prédio onde funcionava o antigo hotel Aeroflot. Os ocupantes tinham sido obrigados a desocupar um prédio pertencente a um privado, que pediu o apoio da Polícia e das autoridades sanitárias para expulsá-los, que foi apelidado pela população da cidade de Santa Maria, de “casa para todos”, nome do programa de casas sociais do governo de Cabo Verde.

Neste contexto, à semelhança de outras ilhas de Cabo Verde, como Santiago, São Vicente e Boa Vista, também na ilha do Sal nota-se uma certa concentração das ações do Estado nos centros das cidades, com o devido planeamento e criação de melhores condições de vida. Como consequência, na periferia dos principais centros urbanos da ilha do Sal constata-se a proliferação de bairros “desordenados”, como são exemplos os bairros de Alto de Santa Cruz, Alto de São João e Terra Boa, onde as populações vivem em condições pouco dignas e de extrema pobreza, sem acesso à água, esgotos, ruas sem iluminação e pavimentação. Nota-se que a ação do Estado nesses bairros é menos evidente ou quase nula, inclusivamente no ordenamento territorial. Essa ação diferenciada provoca a segregação social e marginalização da camada mais pobre da população que vive confinada a esses bairros, não por imposição

direta mas porque não há uma opção melhor, onde se pode também desfrutar das condições de vida das áreas urbanizadas, nomeadamente escolas, estabelecimentos de saúde, entre outras (LIMA, 2007; MATOS, 2011).

Os aspetos negativos como a criminalidade, a prostituição, próprios de um destino turístico como o Sal, sempre acompanharam o desenvolvimento do turismo, uma vez que o turista é proveniente de um meio mais favorecido em termos económicos. A segregação existente por causa dos empregados dos hotéis serem nacionais, que vivem num nível baixo de pobreza e não conseguem ter o que vêm nos estabelecimentos hoteleiros, quando chegam em casa e não os têm, naturalmente isso causa frustração. Os próprios filhos que ficam sozinhos, crianças sem idade para frequentar a escola que ficam abandonadas em casa, ou com idade escolar e abandonam a escola, como consequência, resultam jovens sem perspectivas de vida, acabando por enveredar pela via do crime ou prostituição.

Estes fatores são semelhantes aos apresentados por instituições do Estado, como o ICCA e outras ONG, designadamente as associações juvenis que têm tido um papel importante na orientação dos jovens. Conforme entrevistas a líderes dessas entidades, constata-se que as crianças ficam a guarda de familiares, como tios, padrastos ou mesmo vizinhos, enquanto a mulher trabalha, que geralmente é uma mãe solteira e encontra-se ocupada durante o dia ou à noite para ganhar o sustento. Consequentemente as crianças ficam numa situação vulnerável e, sozinhas, saem à rua e aproveitam as excursões dos turistas para pedir dinheiro. Os jovens menores acompanham os jovens mais velhos que já estão na vida da delinquência, resolvem também enveredar pela via do crime.

Na cidade de Santa Maria, jovens de 14 aos 16 anos ou mais, juntam-se em grupos para paródia de dia e noite, grupos esses apelidados vulgarmente de “gangs”, que não se trata do mesmo que os *thugs* na cidade da Praia<sup>10</sup>, mas sim, grupos de amigos vocacionados somente para diversão. O motivo para esse agrupamento, são pontos ou características comuns como, o “curtir” a mesma música, fumar *padjinha* (*Cannabis*), entre outras formas de conduta. O deslumbramento causado pelo *modus vivendi* dos turistas em férias na cidade de Santa Maria, levam os jovens a procurar o ócio da vida noturna que a cidade proporciona aos visitantes,

---

<sup>10</sup> Todavia, torna-se pertinente sublinhar que os grupos os grupos de *thugs* da cidade da Praia, conforme Redy Lima, também inicialmente começaram do mesmo jeito, ou seja, grupos que se juntavam para “curtirem” a música *rap* (LIMA, 2007). E isto deve constituir um motivo para que os policiais, e outras entidades, prestam uma certa atenção na evolução desses grupos.

deixando de frequentar a escola muito cedo, por vários fatores, nomeadamente devido à ausência dos pais por causa da vida laboral que os obrigam a trabalhar durante o dia ou a noite.

Isso acontece não só com os jovens adolescentes, mas também com crianças e, como consequência abandonam a escola e, muitas vezes, são alvos de violência física e sexual. Os adolescentes começam a frequentar as casas de diversão noturna muito cedo, para terem uma noite de paródia "financiada", onde ganham algum dinheiro e passam a ostentar vestuários e calçados de marcas relativamente caros comparativamente a sua situação económica. Em consequência, a habituação ao vício e a vida fácil é inevitável. Embora os jovens nessa situação não consideram esse modo de vida como prostituição, porque acham que o "cliente" não passa de um namorado que paga somente as contas no final da paródia.

Situação semelhante acontece com os rapazes que consomem estupefacientes – *cannabis*, *crack* e MD (*ecstasy*) - ou outras drogas ilícitas ou lícitas como o álcool. E há, ainda, jovens que passam a ter encontros com turistas, femininos e masculinos, enfim, a vida noturna lhes facilite a obtenção de dinheiro através da prostituição.

Em termos preventivos, as ONG têm feito um papel fundamental para tentar evitar que jovens escolham a via da delinquência.

Da entrevista a um líder associativo, constata-se que a sua associação motiva os jovens a se organizarem, participando e convidando outros a tomar parte nas atividades, como desporto, concursos de *miss*, campanhas de limpeza de rua, entre outras atividades.

Conforme refere a líder associativo entrevistada,

[...]“A ideia é não falar em pais ou encarregados de educação e nem em autoridades policiais ou outras entidades públicas, para evitar que sintam receios e desta forma afugentá-los. Gradualmente vão introduzindo palestras pelo meio das atividades culturais, desportivas e de lazer de forma a passar informações relativas, por exemplo, ao risco que a vida de ócio pode acarretar, designadamente doenças sexualmente transmissíveis e também a gravidez precoce.”[...]

Nos bairros mais carenciados encontram-se ONG, como a Associação Unidos para o Futuro das Crianças de Terra Boa, a AACTB -Associação A Crianças Terra Boa<sup>11</sup> - a Associação de Chã de Matias que estão a desempenhar um papel muito importante junto da população jovem, no sentido de prevenção do abandono escolar e da vida de risco, com vista a evitar a escolha do caminho da delinquência, do vício e do ócio, da prostituição ou cair no

---

<sup>11</sup> Nota: consulte o web site da associação neste link  
<https://www.kinderzentrumterraboa.com/portugu%C3%AAs/centro-de-crian%C3%A7a/>

desemprego. O objetivo é a recuperação dos jovens já em risco e prevenir que outros escolhem a via do ócio ou da criminalidade.



**Figura 4: Fotografias de assentamentos informais da localidade de Terra Boa (Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2283948451892203&set=a.1391449884475402&type=3&theater>)**

Pelas informações das autoridades municipais, o Plano da Câmara Municipal do Sal não contempla a criação de infraestruturas nesta localidade por estar construída em zonas de muito risco de inundações durante as chuvas e a solução passa por realojamento dessas populações.

As duas associações existentes encontram-se a trabalhar em condições difíceis, sedeadas em instalações que não são as melhores, mas servem como creches para os mais novos, as monitoras cuidam das crianças e jovens enquanto os pais estão a trabalhar até altas horas da noite, como empregados em casas particulares e estabelecimentos da ilha, principalmente nos empreendimentos turísticos como hotéis, *resorts*, restaurantes, bares, entre outros.

O trabalho feito pelas associações é muito importante na medida em que, não só mantém os jovens ocupados, como tratam da alimentação, higiene e da educação escolar, onde são ensinados valores essenciais para a vida em sociedade.

A Associação Unidos para o Futuro das Crianças de Terra Boa, funciona num espaço arrendado com algumas dificuldades, apoia cerca de 80 crianças e adolescentes, de 1 a 16 anos da idade, garantindo refeições quentes, vestuários, sapatos, alimentos e materiais escolares às crianças. Esse apoio proveniente das doações principalmente de turistas e da Câmara Municipal da ilha do Sal.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> [http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id\\_cod=63722](http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=63722)

Quanto à outra Associação a Crianças de Terra Boa, foi criada em 2013 e apoia cerca de 200 crianças e adolescentes.

Algumas excursões (*tours*) são organizadas para levar turistas a visitar essas associações, que podem apadrinhar as escolas e crianças, que consiste em oferta de ajudas como materiais escolares, vestuários, brinquedos e alimentos.

Há relatos de situações de turistas que visitam essas associações vestidos de forma inadequada, somente com fatos de banho, fotografam as crianças e depois *postam* essas fotografias em páginas de internet. A Presidente da Associação Crianças de Terra Boa numa entrevista à Radio Televisão de Cabo Verde (2018)<sup>13</sup>, afirma ter entregue na Procuradoria da Comarca do Sal queixas-crime de casos que indiciem abuso sexual de crianças de estrangeiros residentes na ilha.<sup>14</sup>

Entrevistadas algumas monitoras, afirmam que criaram regras internas de conduta<sup>15</sup> que os visitantes devem ter.

Segundo uma das monitoras,

[...] “criamos regras como proibição de entrada nas instalações da associação de pessoas – inclusive turistas - mal vestidas com “roupas menores”, como se estivessem nas praias, proibição de fazerem fotografias para publicação sem consentimento dos pais, de forma a proteger as crianças e os jovens, entre outras.”[...]

As monitoras procuram combater, com a elaboração dessas regras, condutas negativas por parte de alguns turistas, pelo que são colocadas à entrada de forma a prevenir que tenham condutas do tipo que pode prejudicar as crianças inocentes.

Devido à ausência dos pais que trabalham até tarde nos hotéis ou mesmo pais negligentes ou famílias desestruturadas, onde a mulher é mãe e chefe de família, não consegue dar uma educação correta aos filhos por estar ausente a trabalho e não tem como colocar os jovens sob cuidado de uma instituição ou escola, os filhos ou deixam de ir à escola puro e simplesmente, ou não vão porque já sabem a hora em que as excursões de turistas vão estar nessas localidades e aproveitem para pedir dinheiro ou outras coisas, acabando, até por subtrair objetos aos turistas, quando a ocasião o permite – “*a ocasião faz o ladrão*” - no ditado popular.

---

<sup>13</sup> Idem

<sup>14</sup> Aquando da conclusão deste relatório, tive conhecimento através da comunicação social que a Associação Unidos para o Futuro das Crianças de Terra Boa foi encerrada por ordem do tribunal.

<sup>15</sup> Nota: pode-se consultar as regras para os visitantes do centro no link :

<https://www.kinderzentrumterraboa.com/portugu%C3%AAs/centro-de-crian%C3%A7a/>

Em termos de ocupação dos jovens, por via das federações do desporto, tem havido algum investimento na promoção do desporto, em algumas modalidades como futebol, voleibol, atletismo e desportos náuticos.

A Câmara Municipal, assim como as ONG, realizam atividades socio-educativas e culturais para ocupação dos tempos livres dos jovens, mas o problema se põe quando à sua intensidade, ou seja, se têm sido suficientes.

Constata-se que o Estado - Câmara Municipal e o Governo - não tem tido uma atuação suficiente e eficaz junto da população jovem para prevenção e recuperação daqueles que estão em risco. Sem dúvida que o papel do Estado é também motivar e apoiar as ONG, cujo papel tem uma grande importância, mas a ineficiência de políticas públicas para ocupação do tempo livre, útil e saudável dos jovens é uma realidade e as consequências são visíveis, jovens sem perspectivas de futuro, vida de ócio, prostituição, criminalidade entre outros males.

É inegável a importância da educação dos jovens para qualquer Estado, aliás constitui uma das suas tarefas fundamentais garantidas constitucionalmente e, ao ser negligenciada, isto é, se não se investir na educação da camada jovem, as consequências são nefastas no futuro, não só para a sua economia com o aumento do desemprego, mas também para o aumento das desigualdades e contradições que contribuem para o aumento da criminalidade (CHAGAS, 2014).

Importa fazer uma caracterização do sistema de ensino em Cabo Verde, para se entender melhor o acesso à escola como serviço público, na ilha do Sal.

## 4.2. - Caracterização do sistema de ensino em Cabo Verde

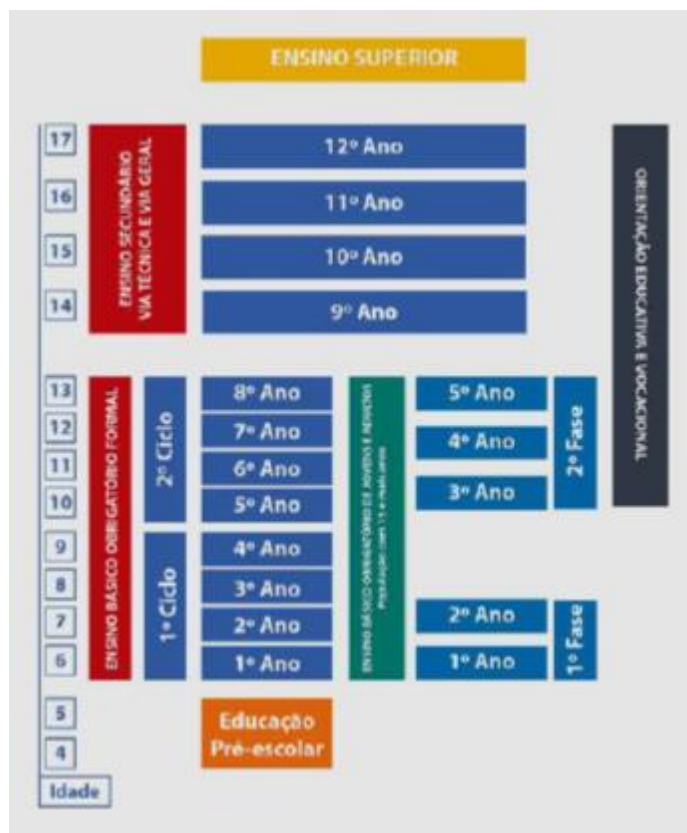


Figura 5: O sistema de ensino em Cabo Verde (Ministério da Educação, 2017).

O acesso à educação é obrigatório para crianças até ao oitavo ano de escolaridade, ou seja, sem custos de propina – taxa escolar - para as famílias (PEDS, 2017-2021, p.120)<sup>16</sup>. As escolas primárias nas cidades atualmente encontram-se relativamente bem localizadas, de fácil acessibilidade e não muito distante das comunidades.

Porém, nos bairros informais não existem escolas públicas, nem áreas de lazer para ocupação dos jovens, onde algumas ONG criaram espaços que funcionam como autênticas escolas para crianças e adolescentes, com o apoio da Camara Municipal, da população civil e turistas, que contribuem através de doações.

Embora, nestes espaços, a Camara Municipal prevê a criação de áreas desportivas e de lazer, jardins infantis para crianças, escola EBI – Ensino Básico Integrado - escolas profissionais com cursos de valorização social, o fato é que ainda não constituem uma realidade.

<sup>16</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2017-2021), do Governo de Cabo Verde.

A Câmara Municipal dispõe de uma escola profissional situada em Espargos que trabalha em parceria com a Juventude, Delegação da Educação, Centro de Recurso Integrado de Educação e Formação Tecnológica. Para que os jovens tenham acesso a essa escola, devem entrar em contacto com o pelouro de Juventude e Desporto da Câmara. Embora a frequência da escola não é gratuita mas a quantia que se paga pela propina – taxa escolar – é relativamente pouca, uma vez que, no dizer da funcionária entrevistada, *“a Câmara Municipal através de parcerias consegue financiamento para os cursos profissionais”*.

Segundo uma funcionária da CMS entrevistada, *“resultante de parcerias entre a Câmara e a Universidade de Cabo Verde e UNI Mindelo, foram criados polos universitários para o ensino superior na ilha”*. Os polos estão localizados em Espargos desde 2017.

Em relação aos jardins-de-infância, a câmara dispõe de um em Espargos, África 70, Palmeira e Pedra Lume, uma Ludoteca e um jardim também em Santa Maria. A Câmara ajuda, ainda, os alunos no transporte escolar.

Conforme a seguir se pode constatar pelos dados estatísticos disponíveis no *website* do Ministério da Educação<sup>17</sup>, no ano de 2017 existiam 22 estabelecimentos de ensino na ilha do Sal, designadamente em Palmeiras, Espargos, Pedra de Lume, Feijoal, Murdeira e Santa Maria., e havia **7791** alunos matriculados.

A distância entre a casa e a escola, no ensino secundário, tem sido um fator de abandono escolar, na opinião de um entrevistado na Câmara Municipal, conforme referiu *“em Santa Maria o problema ficou resolvido, na Palmeira só parcialmente, onde os alunos vão até sexta classe no estabelecimento local, mas em Pedra de Lume os alunos têm que se deslocar a Espargos”*. Ainda, na opinião de um agente policial, *“a distância entre a escola e casa constitui uma causa de ocorrências de casos de abuso e agressão sexual contra jovens de sexo feminino.”*

---

<sup>17</sup> Nota: Dados do Sistema de ensino no Sal, facultados pela Direção Nacional do Ensino, sobre a ilha do Sal, disponível em: [http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com\\_jdownloads&view=category&catid=4&Itemid=574](http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_jdownloads&view=category&catid=4&Itemid=574), acesso em 17/01/19 às 12:00.

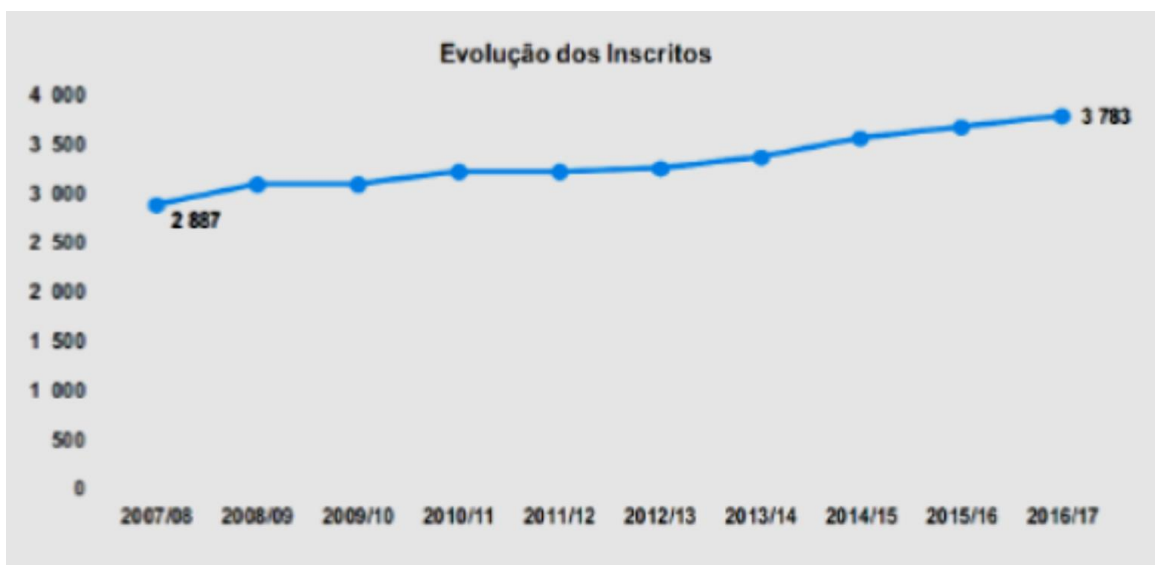
Tabela 9: Estabelecimentos de ensino, número de alunos matriculados por sexo.

Estabelecimentos	Quantidade	Alunos	Sexo (%)	
			Masculino	Feminino
Ensino pré escolar	14	1572	49,7	50,3
Ensino Básico	6	3783	53,4	46,6
Ensino Secundário	2	2436	46,3	53,7
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>7791</b>		

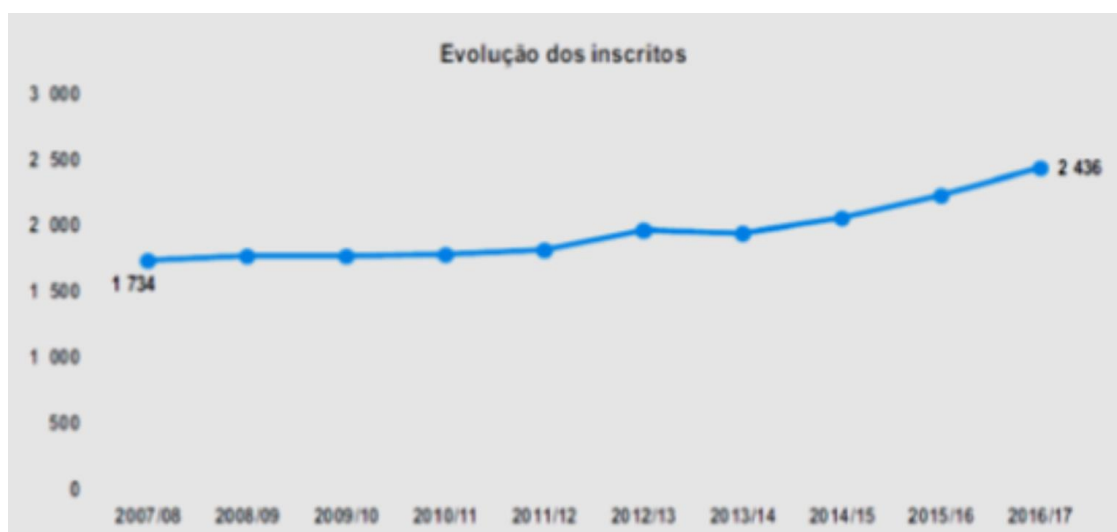
Fonte: Ministério da Educação, direção geral do ensino (2017)



Figura 6: evolução dos inscritos no ensino pré-escolar no ano letivo de 2016/17.



**Figura 7: Evolução dos alunos inscritos no ensino básico, no ano letivo 2016/17**



**Figura 8: evolução dos alunos inscritos no ensino secundário no ano letivo 2016/17.**

Pelas informações do Ministério da Educação, verifica-se que a taxa de abandono escolar no ensino básico foi de 1,4%, sendo que 91,1% ficaram aprovados e 7,5% reprovados.

Já no ensino secundário, a taxa de abandono escolar foi de 7,7%, sendo 70,4 aprovados e reprovados 21,9%. Consta-se que, neste nível de ensino, a taxa de abandono é a mais elevada, comparativamente aos outros.

Conforme dados do INE de 2012 a 2016<sup>18</sup>, a nível nacional, a taxa de abandono escolar mais alta verificou-se no concelho de S. Filipe, ilha do Fogo (1,9), embora a ilha do Sal não apresenta uma taxa tão alta (1,1), não deixa de ser uma preocupação. A distância entre a escola e o local de residência também foi apontada por um entrevistado da Câmara Municipal do Sal e por pessoas da sociedade civil entrevistadas, como causa de abandono escolar. As monitoras das Associações de apoio a crianças de Terra Boa também mencionaram a questão do abandono escolar pelos jovens e crianças desse bairro informal, que pelo fato dos pais trabalharem durante o dia e a noite, fiquem sozinhos sem qualquer orientação e vão a escola quando querem. Com efeito, na opinião de vários entrevistados, devido à ausência dos pais, os filhos ficam nas ruas a pedir dinheiro aos turistas e, aliciados pelos delinquentes mais velhos, os mais jovens acabam por se envolverem na delinquência.

Na verdade, conforme defende Edwin Sutherland (LIMA, 2017, p.218) com a sua teoria de Associação diferencial (ou aprendizagem social), a conduta criminosa é adquirida por meio de aprendizagem que resulta da socialização num determinado meio social.

Redy Wilson Lima também realçou o quão foi o grau de influência do meio social e cultural no surgimento e iniciação dos *Thug Gangs* na cidade da Praia (LIMA, 2007). Aliás, os agentes policiais entrevistados também confirmam a existência de grupos de jovens delinquentes à semelhança dos da cidade da Praia. Todavia, também da mesma forma que os grupos da Praia, conforme Redy W. Lima refere no seu estudo, viriam a ser desmantelados.

Importa também salientar que, segundo agentes policiais da PJ entrevistados, pelas denúncias que dão entrada na instituição, as jovens meninas que têm que percorrer a distância relativamente longa para se deslocarem à escola, em ruas e caminhos ermos, sozinhas, acabam por ser vítimas fáceis dos criminosos sexuais.

Vários são os estudos sobre criminalidade na cidade da Praia, efetuados por alguns autores cabo-verdianos e estrangeiros, onde a questão de falta de iluminação das ruas e estradas da cidade da Praia é sobejamente apontada como um fator causador da perpetuação de crimes, como é o caso dos estudos de Redy Wilson Lima (2007), Clay Chagas (2014), entre outros, problema que continua a subsistir em quase todas as ilhas de Cabo Verde.

A educação é um dos mecanismos da formação social do indivíduo essencial enquanto ser humano, como enfatizou Jean Jacques Rousseau, [...] “*Tudo o que não temos ao nascer, e*

---

<sup>18</sup> Conforme o Anuário Estatístico de 2017 do INE.

*de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação” [...], ou seja, o homem nasce desprovido de tudo e só através da educação pode ser “moldado” (ROUSSEAU, 1999, p.10). E os jovens residentes nos assentamentos informais da ilha do Sal, nas condições sociais - de desigualdade de oportunidades – em que vivem, uma estratégia para prevenir que escolhem o caminho da criminalidade ou recuperar os que já lá estão, é fundamentalmente pela via da educação. Dada à condição económica das famílias moradoras nesses bairros, na sua maioria monoparentais e com uma situação laboral precária, não se pode esperar delas o investimento nos jovens em situação de abandono escolar, porque realmente não conseguirão sem ajuda.*

Dá a necessidade de haver políticas públicas fortes vocacionadas para a recuperação desses jovens, quer através de medidas de ocupação de tempos livres - desporto ou atividades culturais, ou outras - de educação profissional, como uma estratégia de os sujeitar a estímulos positivos, com o objetivo de os afastar da influência da delinquência. A formação profissional é uma forma importante de inserir os jovens no mercado de trabalho. O acesso é aberto a todos e os candidatos podem concorrer para que a formação seja financiada, através de um programa de promoção de emprego e formação profissional, conforme já referido por uma funcionária da Câmara Municipal do Sal.

#### **4.2.- A atividade turística e as modalidades de prostituição na ilha do Sal**

Foi possível constatar, não só pelos relatos dos entrevistados durante este trabalho, mas também pela observação direta nas ruas com maior movimentação de turistas, nas esplanadas e bares da cidade de Santa Maria, que a prostituição é uma realidade, assim como acontece em outros destinos turísticos semelhantes, como por exemplo na cidade do Saly, no Senegal, Rio de Janeiro, no Brasil, entre outros. Alguns entrevistados afirmam que os turistas quer femininos ou masculinos, já trazem desde os países de origem os contactos dos prostitutas ou prostitutas que vão contactar na ilha. Segundo uma entrevistada, *“os contactos são passados de boca em boca ou através de redes sociais entre os turistas que já tiveram a experiência e recomendam aos amigos.*

Os casos de denúncias de agressões e abusos sexuais analisados na Polícia Judiciária demonstram que algumas vítimas já tinham os contactos dos denunciados e andavam com eles como se de “namorados” tratassem. Todavia, constata-se que, geralmente, os presumíveis

clientes são abordados na rua e nos locais de diversão como bares, *pubs* e discotecas, pelos prostitutos e prostitutas.

Apesar da prostituição não ser punida quando praticada por um adulto, isso já não acontece quando envolve menores, pois é crime à luz do direito penal cabo-verdiano - Art. 144º e 149º. do CP quando se trata de menores de 15 anos.

Considera-se prostituição a troca de favores sexuais que, na grande maioria das vezes, consiste na troca de sexo por dinheiro. Considerada a “profissão mais antiga do mundo”, a troca de favores sexuais pode ser por outras coisas, como por exemplo, favores profissionais, informações, bens materiais, etc. Embora historicamente a prostituição é mais frequente no sexo feminino, também os homens se prostituem (CECARELLI, 2008), como muito frequente se relata na ilha do Sal em particular.

Segundo Cecarelli, em algumas civilizações como o Egito e a Mesopotâmia, sacerdotisas prostitutas eram consideradas sagradas, o que as vinculava a divindades e recebiam presentes em troca de favores sexuais. As *hierodule* na Grécia antiga eram escravas que ofereciam serviços sexuais em ocasiões especiais, eram vistas como sagradas e que encarnavam a deusa do amor Afrodite e respeitadas pela sociedade por evocarem o amor, o êxtase e a fertilidade. Diferenciavam das escravas *deikteriades*, pois estas eram prostitutas, mas pertencentes aos cidadãos comuns e como tal com menos regalias (CECARELLI, 2008).

Ainda segundo esse autor, a prostituição era vista como um meio de obter rendimento como qualquer outro e era controlada pelo Estado, sujeita também ao pagamento de imposto. Havia diferentes categorias embora eram obrigadas a vestirem-se de forma a serem devidamente identificadas como tal. Destacavam as *hetairas* que trabalhavam nos bordéis do Estado, caracterizadas pela sua inteligência, boas gestoras dos seus bens e que se articulavam bem no meio político. As *hetirae* viriam a ser consideradas as mulheres mais instruídas da Grécia, dada a sua formação, pois frequentavam escolas, onde aprendiam a arte do amor, a literatura, a filosofia e a retórica. Por essa razão e por terem uma grande relevância social e respeitadas, as mães apoiavam as filhas a seguirem a carreiras das *hetirae*.

Mas, como acima foi referido, a prostituição também teve e tem como ator o sexo masculino, que pode ter clientes masculinos ou femininos. Era o caso dos denominados *pórnois*

também na antiga Grécia, que também eram controlados pelo Estado e pagavam taxas (CECARELLI, 2008).

Todavia, já na cultura judaica a prostituição era severamente e por vezes punida com a pena de morte. E a moral cristã sempre condenou a prostituição, uma vez que era tida como a responsável pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, que punham em causa a saúde pública o que, de certo modo, ainda hoje acontece. Aliás, no século XVI, por força da ação conjunta das igrejas católica e protestantes, a prostituição viria a cair na clandestinidade (CECARELLI, 2008). Porém, com a revolução industrial que aumentou as desigualdades sociais entre géneros, em termos de condições de trabalho e consequentemente ao aumento da prostituição, como uma alternativa.

A prostituição viria assim a aumentar por toda a parte e consequentemente trouxe problemas de saúde pública e de tráfico de mulheres e crianças o que levaria os países a adotarem medidas de forma a limitar a sua prática ou a diminuir os problemas causados por essa atividade, e muitos legalizam a sua prática. A liga das Nações em 1921 designou um comité para se ocupar do problema do tráfico de mulheres e crianças e a ONU adotou uma convenção no sentido de erradicar a prostituição (CECARELLI, 2008).

É preciso sublinhar que, apesar da prostituição não ser punível, a lei cabo-verdiana pune quem “fomentar, favorecer ou facilitar o exercício de prostituição ou prática de atos sexuais, e ainda a exploração de menor para fins pornográficos ou para espetáculos”, conforme os artigos 148º. e 150º. do Código Penal de Cabo Verde.

A prostituição em Cabo Verde também é antiga e as desigualdades entre homens e mulheres, entre outros fatores, foram causadores da prática em algumas ilhas principalmente onde a entrada de estrangeiros era mais elevada, como, por exemplo, São Vicente, devido a sua atividade portuária (ALMEIDA, 2014, p.34).

No caso particular da ilha do Sal, notícias veiculadas na comunicação social, denunciam-se situações de prostituição infantil na ilha, principalmente nos principais centros urbanos como Santa Maria e Palmeira, sendo clientes os turistas estrangeiros e prostitutas as jovens locais (FREDERICO, 2015). Foram entrevistados agentes de autoridade da ilha e confirmaram que existem situações que parecem indiciar a prática de prostituição com menores, nomeadamente por terem estado a bordo de embarcações, mas que na realidade não chegaram a atuar e nem denunciaram a ocorrência à Polícia Judiciária.

Segundo um agente policial, [...] *“as meninas entram nas embarcações de recreio que estão no porto da Palmeira e passam horas dentro e quando saem o aspeto delas denotam claramente o que andaram a fazer”*[...]

Além de jovens nacionais, também se encontram envolvidos na prostituição imigrantes de sexo feminino provenientes do continente africano, que chegam à ilha de forma irregular, para satisfazer a demanda dos turistas, de todos os géneros, masculinos ou femininos.

Uma outra modalidade de prostituição é aquela praticada por jovens que procuram os turistas para troca de favores sexuais, quer por uma noite de “paródia” ou por troca de presentes, ou meramente por uma questão de fonte de aumento do rendimento económico.

### **4.3. Do Território**

Conforme já referido no Capítulo I, no ponto 1.5., foram entrevistadas pessoas dos diversos quadrantes da sociedade civil. Na opinião de quase todos os entrevistados, as causas da criminalidade são várias e comuns, nomeadamente, a ausência dos pais que vão ao trabalho e deixam os filhos sozinhos porque não têm recursos para os deixar numa instituição, como as creches ou jardins-de-infância. Vão à escola quando querem e ficam nas ruas a pedir dinheiro aos turistas. Aliciados pelos delinquentes mais velhos, os mais jovens acabam por se envolverem na criminalidade. As jovens meninas que têm que percorrer a distância relativamente longa para se deslocarem à escola, em ruas e caminhos ermos, sozinhas, acabam por ser vítimas fáceis dos criminosos sexuais. A gravidez precoce torna-se um problema e é uma realidade na ilha nos bairros mais carenciados.

Conforme um engenheiro civil abordado,

*[...] “Há muitas famílias monoparentais nos bairros informais, os pais vão trabalhar e somente regressam à noite, ficando os filhos menores sozinhos em casa, faltam as aulas, ficando na rua e mais tarde entram na via da delinquência”. [...]*

Os projetos de casas sociais têm um objetivo positivo e importante, mas a forma como são implementados causa segregação social, o que pode causar frustrações no seio dos beneficiários que é a população mais carenciada. A forma como as casas estão a ser construídas, todas na mesma localidade ou a preparação dos lotes de terreno para distribuir a população dos assentamentos informais, não é a mais adequada, isto é, todas são iguais e com rótulos ou

designações, tais como "casa para todos" ou "casa verde", o que resulta em autênticas marcas de onde as pessoas são provenientes, o que tem rotulado os moradores como "conflituosos", "problemáticos" ou "criminosos", entre outros estigmas. Isso causa a uma certa exclusão social que leva os jovens a criarem sentimentos de raiva e de revolta contra os moradores mais abastados. Os próprios vizinhos dos moradores desses bairros sociais, acabam por se sentirem superiores aos demais.

Parece existir um certo complexo de superioridade por parte dos moradores dos blocos residenciais mais caros – classe B e C – o que, por vezes, resulta na construção de muros à volta das casas à semelhança dos condomínios fechados, para manter a separação física dos vizinhos dos bairros sociais. Isto leva a ocorrência de conflitos e confrontos entre os vizinhos.

Para um dos entrevistados,

[...] “O Estado devia ouvir a classe dos engenheiros, arquitetos e, a própria população antes de desenhar os projetos. Seria recomendável que fossem construídas casas condignas e dispersas por localidades, para que eliminasse a criação de rótulos que identifique a origem das famílias de forma a evitar a segregação social e a discriminação negativa. O fato de distribuir lotes de terreno no mesmo local, somente vai substituir barracas de chapas de metal ou de madeira por cimento, mas os problemas sociais continuarão.” [...]



**Figura 9: Fotografia da cidade de Espargos, onde se vê os prédios em construção no âmbito do projeto “casa para todos” e mais ao fundo o bairro de Alto de Santa Cruz.**

Na verdade, no âmbito duma conferência internacional sobre o tema “Arquitetura bioclimática em Cabo Verde”, que teve lugar na UNICV em 2015, onde se reuniu em mesa redonda arquitetos e engenheiros, pelas conclusões publicadas, pode-se constatar que nem sempre são consultadas essas classes antes da atribuição de lotes de terreno ou de elaboração de alguns programas de habitação social (ATA DA CONFERÊNCIA, 2015)<sup>19</sup>.

E conforme disse o arquiteto Pedro Gregório Lopes,

[...] “os lotes que as Câmaras atribuem não permitem os arquitetos fazer um projeto confortável [...] “o projeto Casa Para Todos, ficou desastroso pelas dificuldades de ventilação, luminosidade e conforto biológico” (ATA DA CONFERÊNCIA, 2015).[...]

Todavia, há que reconhecer que a distribuição de lotes de terreno, acaba por ser uma medida melhor que nada que parece beneficiar os moradores dos bairros informais, uma vez que haverá sem dúvida alguma organização do espaço adequado, com melhores vias de acesso, ruas pavimentadas e eventualmente iluminadas, menos becos que podem impedir a atuação policial.

Porém, só isso não chega para resolver os problemas, porque a segregação social continuará. Uma melhor solução passa pela construção de moradias condignas dispersas em várias localidades de forma a evitar que as famílias sejam facilmente rotuladas como "conflituosas ou criminosas" devido à sua origem menos favorecida. Os delinquentes procuram refúgios nesses bairros e aproveitam de todos os fatores já referidos que deixem os jovens vulneráveis, ou seja, apesar de melhores condições de habitabilidade, também concentram os mesmos problemas sociais que dificultarão a integração na sociedade.

Esse tipo de programa habitacional implantado noutras paragens, tais como por exemplo na cidade de Lisboa, em Portugal, onde apesar de melhores condições de habitabilidade, os problemas de extrema pobreza, estigmatização e exclusão social continuaram a subsistir, dado que, praticamente, se deu o realojamento de pessoas oriundas dos mesmos bairros, habituados aos seus usos e costumes, onde viviam em “casas térreas” com vizinhos e depois viram-se obrigados a mudar para prédios de andares, onde tiveram que tentar se adaptar a uma nova rotina de vida (CARDOSO e PERISTA, 1994).

Importa salientar que, alguns autores, como Redy Wilson Lima (2007), Nardy Sousa (2013), Gilson Correia e Carlos Tavares (2016) e Gilson Correia e Clay Chagas (2015), em estudos sobre a criminalidade na cidade da Praia, sublinharam o problema da forte

---

<sup>19</sup> Ata da conferência internacional: Arquitetura Bioclimática em Cabo Verde.

estigmatização dos bairros periféricos e informais e seus residentes e o quão pode ser nefasto e propício para a prática de crimes, aumentando a criminalidade nessa cidade.



**Figura 10: Fotografia do bairro do Alto de São João da cidade de Espargos.**



**Figura 11: Fotografia do Bairro do Alto de Santa Cruz, cidade de Espargos.**

O ordenamento do território, conforme defende Fernanda Oliveira, enquanto política pública, visa prosseguir três objetivos, nomeadamente;

[...] Distribuição regional, em termos geográficos, das atividades económicas; do desenvolvimento socioeconómico entre partes e regiões; melhoria da qualidade de vida; gestão responsável dos recursos naturais e da proteção do ambiente e a utilização racional do território (OLIVEIRA, 2015, p.17).[...]

Para a autora, a função que mais destaca é a correção de equilíbrios territoriais inter-regionais “*de forma tornar compatíveis os interesses públicos de desenvolvimento económicos da melhoria da qualidade de vida*” (OLIVEIRA, 2015, p.17), dos cidadãos.

Importa salientar que, na ilha do Sal, a vida noturna está centralizada na cidade de Santa Maria, obrigando os turistas a frequentarem o centro da cidade onde se concentra a maior parte dos bares, restaurantes e outros estabelecimentos de lazer. Pode-se observar que os bares funcionam até altas horas da noite e com o som da música a sair para fora dos estabelecimentos.

O Estado poderá intervir com o devido ordenamento do território e fomentando a abertura de estabelecimentos em outras áreas da cidade e da ilha, bem como aplicando as normas de postura municipais quanto aos ruídos noturnos em caso de infrações, promovendo assim o descanso e o bem-estar da população local.

Através da criação de praças e jardins de lazer, recintos desportivos, nos bairros, contribuiria para criação de formas de ocupação de jovens e adultos, promovendo desta forma a cultura da educação física. Ao intervir no aumento do policiamento, investindo numa boa iluminação pública também contribuiria para a segurança da população local e dos turistas.

Os espaços de lazer de acesso aos turistas e a população estão localizados em lugares considerados de elite, dominados principalmente pelos estrangeiros europeus, junto às principais praias balneares de Santa Maria, muito próximos dos estabelecimentos hoteleiros – *resorts* - e que, por vezes, obrigam a população a passar dentro dos mesmos para aceder aos referidos espaços de lazer, embora são lugares de acesso livre ao público. Estes espaços são criados a pensar na frequência somente dos turistas.

Uma das pessoas ligadas ao setor marítimo entrevistadas, referiu que a frequência de algumas praias por parte da população tem sido motivo de tensão entre esta e alguns operadores turísticos. A população acaba por não se sentir livre no seu próprio território o que gera revoltas e frustrações. Citando um dos entrevistados:

[...]“o uso de lugares de domínio público, como praias, que foram vendidos a privados antes da criação da legislação sobre o setor, tem sido motivo de tensão entre a população e operadores turísticos privados, pois a população para aceder às praias passa em passeios dos estabelecimentos ali existentes e que não devem. E ainda porque os guardas também não ajudam e abordam e impedem a população local de usar os passeios, em consequência origina conflitos, e na maior parte das vezes é preciso a intervenção da PN:” [...]

Por outro lado, as demandas de infraestrutura ficam restritas a um pequeno espaço onde acontece a circulação dos turistas, como é o caso dessa zona considerada de elite, o que de certa forma demonstra claramente o que tem sido a política de controlo do Estado. Embora, conforme referido no Capítulo III, o próprio vereador da Câmara Municipal do Sal entrevistado, refere que uma estratégia do município é permitir que os espaços considerados de elite, sejam aproximados da população, ou seja, que a população local possa tirar proveito desses espaços, quer em termos económicos quer a nível cultural e social.

Porém, nas periferias das cidades a iluminação é deficiente, com muitas zonas de elevado risco, visto que são locais onde os criminosos atuam e facilitem a fuga deles sem serem reconhecidos. O estudo de Correia, Chagas e Soares (2015), sobre o “Desordenamento territorial e sua relação com a criminalidade: o caso da cidade da Praia”, demonstra o quão a ocupação desordenada do espaço urbano pode ser propício ao surgimento da criminalidade e outros problemas. E que a violência exercida nesses espaços pode alastrar-se para outros considerados de elite (CORREIA, CHAGAS e SOARES. 2015, p.327 e 331).

Da observação direta, pôde-se constatar que, ao nível do desporto, existe um grande esforço das autoridades locais e dos privados, em desenvolver outras modalidades como o futebol e o voleibol de praia, além dos desportos náuticos, o que tem sido muito importante para a ocupação da população jovem local.

Conforme se pode constatar também no Capítulo III, as ONG têm feito um trabalho importante na modelagem – biopoder - da população jovem, nomeadamente na criação de creches para crianças, mas que também servem como escolas para adolescentes.

Destarte, apesar de prevista na CRCV<sup>20</sup>, esta intervenção parece ser limitada, visto que nem todos conseguem beneficiar dos programas sociais. Nunca é demais insistir que se pode

---

<sup>20</sup>No artigo 189º da alínea b) da Constituição da República de Cabo Verde se estabelece que o governo tem como uma das suas principais tarefas a satisfação das necessidades básicas da população e pela manutenção da ordem e tranquilidades públicas.

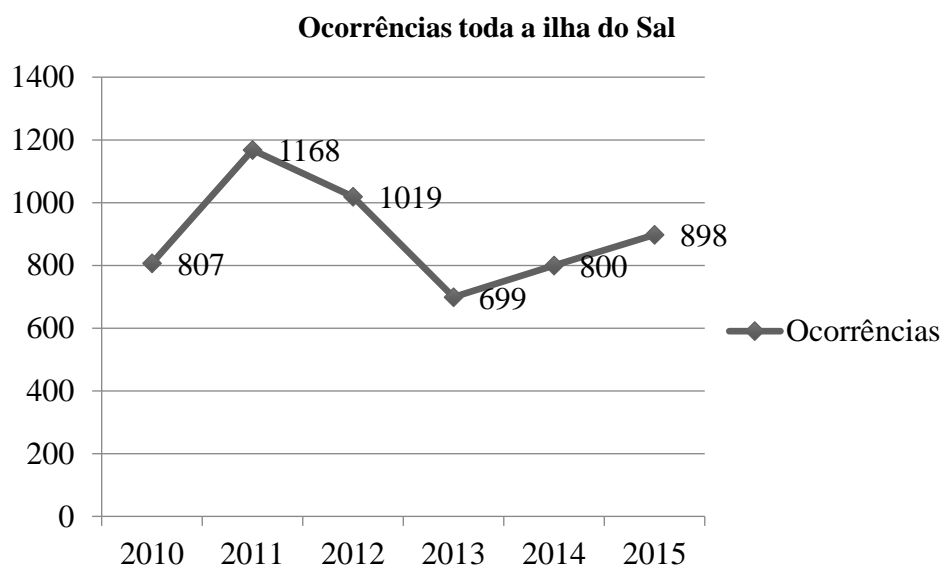
fazer muito mais e os gastos sociais devem ser vistos não como despesas mas sim como investimentos (DRAIBE, 2006).

No capítulo seguinte, faz-se uma caracterização das tipologias criminais que mais ocorrem na ilha do Sal.

## CAPITULO V. - TIPOS DE CRIMES VERIFICADOS NA ILHA CONTRA E POR TURISTAS

Os dados da Polícia Nacional mais adiante apresentados, não especificam quais são realmente os crimes cometidos contra turistas e nem tendo estes como presumíveis autores. Trazem uma informação das tipologias criminais, mas não especificuem os autores ou as vítimas.

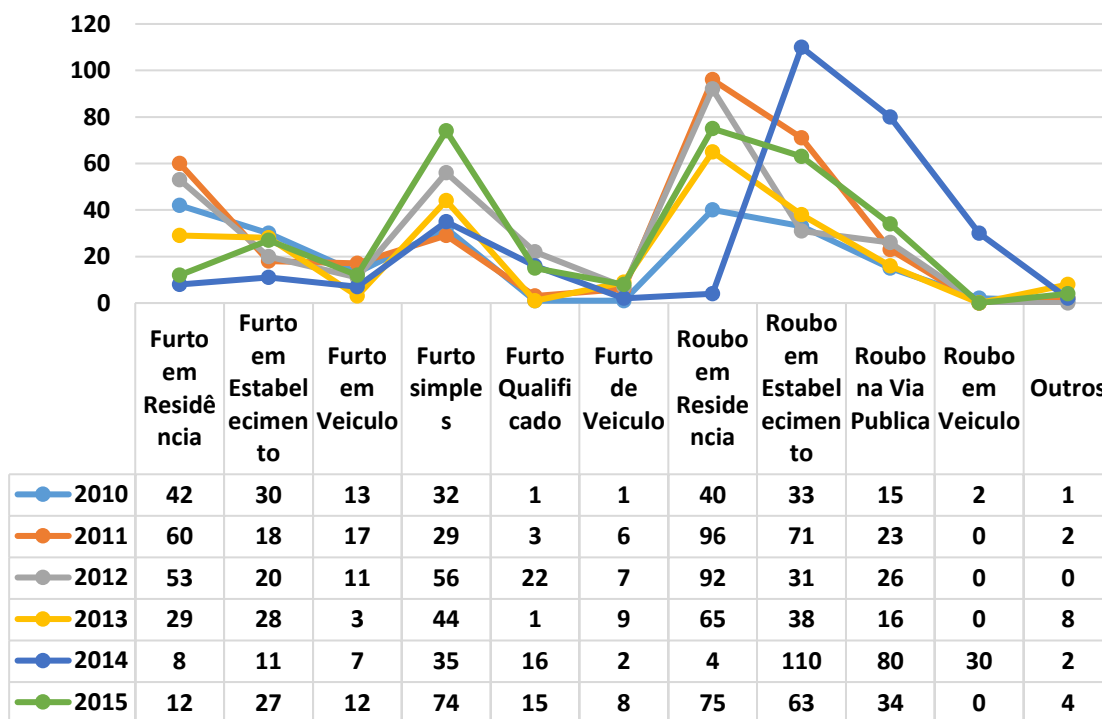
**Gráfico 3: Ocorrências da Polícia Nacional referente a toda a ilha do Sal, de 2010 a 2015.**



**Fonte: Polícia Nacional (2017)**

O gráfico representa as denúncias e ocorrências que a PN teve conhecimento no período de 2010 a 2015, referente a toda a ilha do Sal. Da análise do gráfico, verifica-se que a tendência da criminalidade na ilha é o crescimento, apesar do aumento não ser acentuado. Convém realçar que os crimes contra a propriedade, designadamente furtos e roubos, ocorrem com maior frequência.

**Gráfico 4: evolução das denúncias de crimes de roubo e furto em Santa Maria de 2010 a 2015.**



**Fonte: Polícia Nacional (2017)**

Da análise do gráfico facilmente se compreende que, na cidade de Santa Maria, a tendência das ocorrências por crimes contra o património, designadamente roubos e furtos, é o crescimento, de ano para ano, apesar de um pequeno decréscimo no ano de 2013, à semelhança do que se verificou por toda a ilha.

Através do *web site* do “*Office of foreign Affairs*” do Reino Unido<sup>21</sup>, país onde a maior parte dos turistas são provenientes, as autoridades fazem um alerta para que os viajantes britânicos tomem precauções por causa de frequentes crimes de furtos, roubos e fraudes como burlas relativas a compra de propriedades. Essa informação deve ser feita também pelos operadores turísticos que promovem o destino ilha do Sal, pois a falta de honestidade na promoção do destino turístico tem consequências devastadoras para o próprio destino turístico (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007).

<sup>21</sup> Nota: disponível no *web site* <https://www.gov.uk>.

Pelos dados da Polícia Nacional, verifica-se que muitas casas que se situam dentro dos condomínios fechados são assaltadas. Consta-se que a proliferação de condomínios fechados principalmente na cidade de Santa Maria onde existem propriedades pertencentes a nacionais e estrangeiros que não residem habitualmente na ilha do Sal, vêm como forma de proteger suas casas através da contratação de seguranças privadas.

Na verdade, *à priori* trata-se duma medida normal e importante para prevenção de ocorrências de roubos, aliás a “falta de vigilância dos bens” torna-se num dos fatores que propiciem essas ocorrências como roubo, conforme defendem Cohen Lawrence e Marcus Felson, (1979). com a sua teoria de “oportunidades”. Estes espaços estão localizados maioritariamente em Santa Maria e na Murdeira e, geralmente, possuem um único guarda - “*securita*” – que faz a segurança de todo o perímetro. O guarda vigia praticamente a entrada do edifício e, na maior parte das vezes, estão desarmados.

Salienta-se que alguns condomínios fechados possuem muros relativamente baixos e nem sempre com vigilância eletrónica. Os moradores praticamente delegam a vigilância nas empresas de segurança, ou seja, nos guardas de serviço, que sozinhos e desarmados ficam vulneráveis. Consequentemente os moradores não tomam os devidos cuidados que, geralmente, deverão ter quando as casas ficam vazias.

Por outro lado, pode-se constatar que a iluminação é fraca, aliada à vegetação dos jardins que fazem sombra e, atendendo, ainda, ao facto da presunção da convivência de alguns guardas com os delinquentes, conforme relato de alguns entrevistados, alguns condomínios fechados acabam por se transformarem em autênticos lugares ermos e convidativos à atuação dos criminosos. Conforme referiu um empresário entrevistado, “*fui lançado o desafio para montar uma empresa de vigilância eletrónica e oferecer o serviço aos condomínios, porque os moradores acham que os securitas contratados são coniventes com os criminosos*”.

Os fatores referidos acabam por constituir autênticas fraquezas, uma vez que sendo fechados por muros, não há movimentação de pessoas pelas ruas internas a esses espaços, ficam facilmente vulneráveis apesar da existência dos guardas que fiquem à entrada.

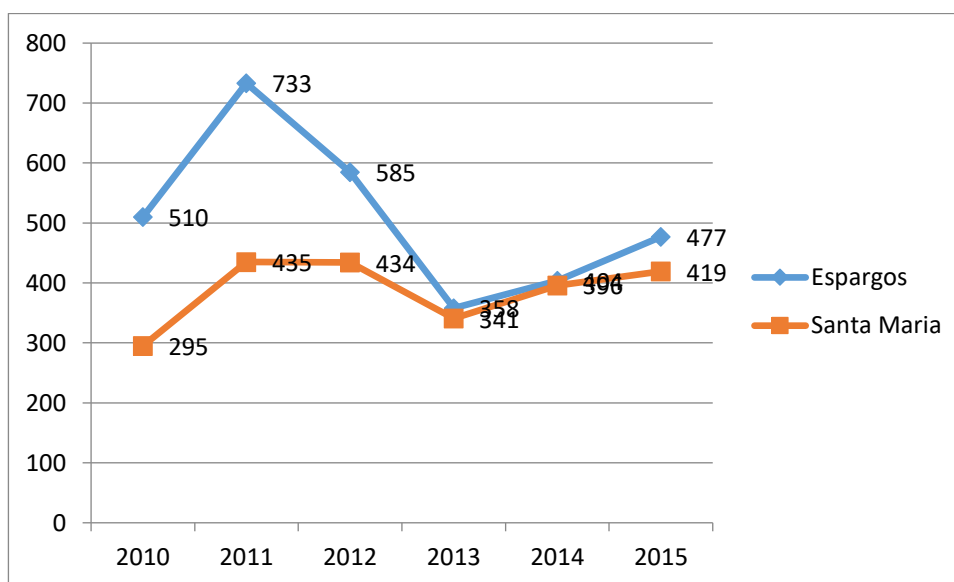
Pelo gráfico acima, pode-se constatar que, dentre os crimes contra o património, os cometidos nas residências estão entre os mais frequentes. Embora os agentes policiais entrevistados alegam que os crimes ocorram em propriedades dos turistas estrangeiros e porque são estes que mais adquirem imóveis situados nos condomínios fechados, presumem que são

nesses espaços que os crimes ocorrem. Todavia, não foi possível confirmar este fato pelos dados estatísticos disponibilizados.

Se os crimes mais frequentes na cidade de Santa Maria são roubos em residências, presume-se que ocorreram em condomínios fechados.

Por outro lado, as pessoas que vivem nesses espaços não desejam por perto a camada da população mais pobre, o que pode constituir um fator de segregação social e causador de desigualdades e frustrações, podem gerar tensões.

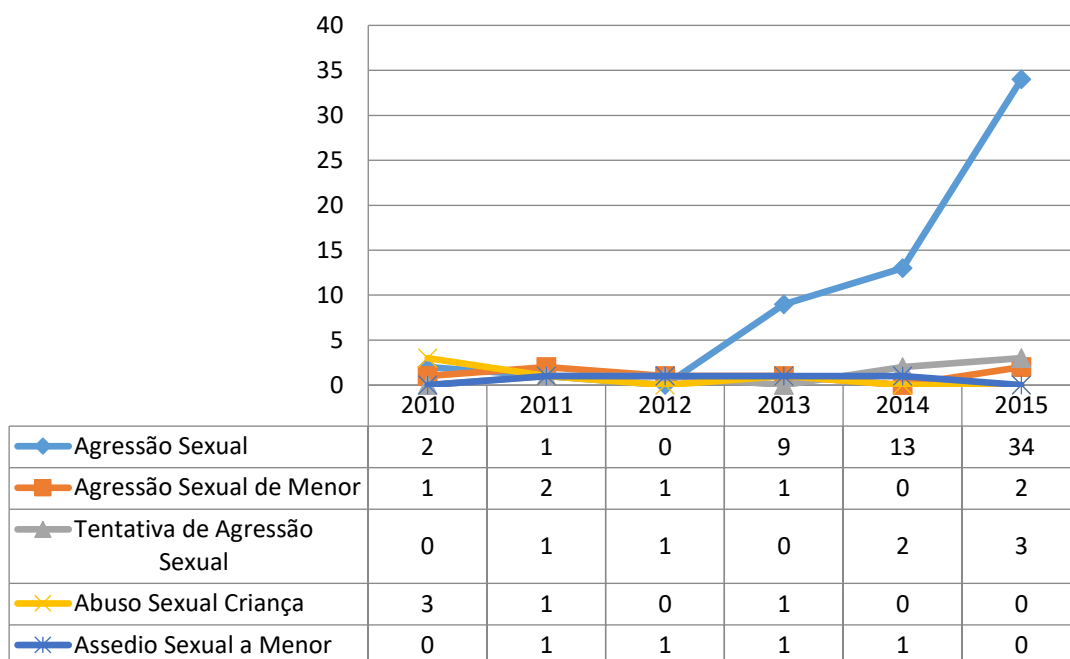
**Gráfico 5: Ocorrências da PN no período de 2010 a 2015, referentes a todos os tipos de crime.**



Fonte: Polícia Nacional (2017)

Apesar de Santa Maria ser a cidade mais turística e com maior movimentação de turistas pelas ruas, a maior percentagem de crimes ocorreu na cidade de Espargos, não só por sua área ser maior, mas também por concentrar maiores problemas sociais, que também são fatores propiciadores da criminalidade, conforme já referido no Capítulo IV do presente trabalho.

**Gráfico 6: ocorrências de crimes sexuais, registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015.**



Fonte: Polícia Nacional (2017).

### 5.1. - Perfil dos criminosos nos crimes sexuais

Conforme se pode ver pelos dados fornecidos pela PN representados pelo gráfico acima, as agressões sexuais ocorreram com maior frequência na localidade de Santa Maria. Todavia, não foram facultados dados que pudessem permitir esclarecer quais as nacionalidades dos autores, embora pelas entrevistas efetuadas a efetivos da esquadra da PN local, os crimes são cometidos maioritariamente por nacionais contra turistas de sexo feminino, ou seja, mulheres. Nos casos descritos, os denunciados cabo-verdianos geralmente são condutores de táxis, que aproveitam do frete com as mulheres quando sozinhas para as levar a lugares ermos e cometerem o crime.

Nas ocorrências, onde os denunciados são estrangeiros provenientes do continente africano, nomeadamente senegaleses, nigerianos e guineenses, segundo um agente policial,

*“estes são procurados pelas supostas vítimas e depois de os acompanharem às praias ou os levarem aos quartos dos hotéis, alegam terem sido forçadas a terem relações sexuais.”* Segundo relatos de algumas pessoas entrevistadas, quer policiais ou da população civil, as vítimas são maioritariamente britânicas que antes da chegada à ilha traziam os contactos telefónicos ou endereços eletrónicos dos “prostitutos”, que geralmente acusam de agressão ou abuso sexual.

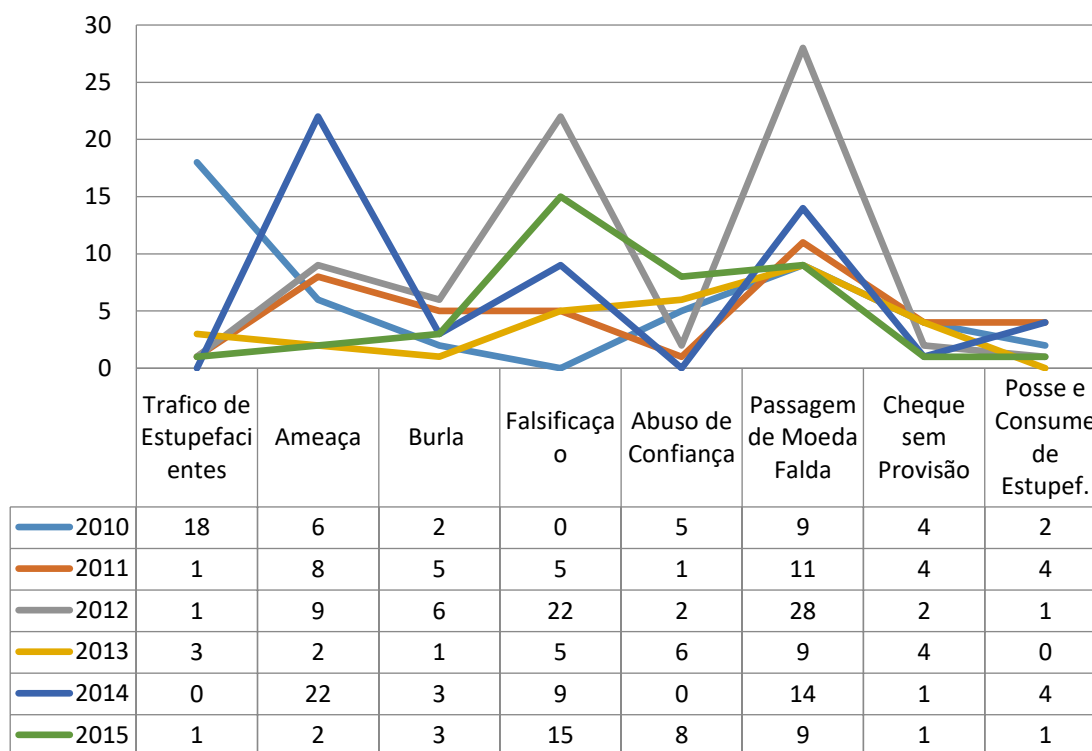
Conforme referiu uma entrevistada:

*[...] “ Geralmente as senhoras vêm ao Sal já com informação dos rapazes prostitutas, dada pelas turistas que visitaram a ilha anteriormente e passam às amigas os contactos telefónicos e de email dos rapazes prostitutas”[...]*

Conforme defende Ronald Glensor e Ken Peak, um dos riscos do tipo de turismo de massas, à semelhança do praticado na ilha do Sal, é o fato da frequência de “turistas desviantes”, ou seja, que somente visitam a ilha com o propósito de compra do sexo (GLENSOR e PEAK, 2004, p.5).

As autoridades apontam algumas dificuldades de investigação criminal encontradas durante a resolução dos casos ligados aos turistas. Algumas delas tem a ver com as vítimas que deixem o país, porque geralmente estão na ilha por duas semanas no máximo, depois torna-se difícil o reconhecimento dos criminosos, uma vez que na maior parte das vezes não respondem aos *emails* deixados. Naturalmente, durante a instrução dos processos-crime outra ferramenta para contactar e ouvir as vítimas é por meio de cartas rogatórias, mas trata-se de um mecanismo de cooperação internacional moroso.

**Gráfico 7: ocorrências de crimes tráfico de droga, burlas, falsificações e outros, registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015.**



Fonte: Polícia Nacional (2017)

Pela representação gráfica, verifica-se que as denúncias por tráfico de droga diminuíram, a burla manteve-se mais ou menos estável, mas a tendência dos crimes de falsificação e passagem de moeda falsa é o aumento, embora em 2012 houve mais denúncias que nos anos anteriores e seguintes.

Uma vez que os turistas são maioritariamente provenientes da Europa, especialmente da União Europeia, facilmente se compreende a razão do Euro ser a divisa que mais dá entrada na ilha do Sal. E essa pode ser uma das razões porque essa moeda circula no mercado local como se fosse uma moeda nacional. E daí também se entende a razão dessas notas serem contrafeitas e “passadas” com maior frequência no mercado.

Torna-se relevante referir que, a entrada em vigor do atual código penal cabo-verdiano, passou-se a designar a imitação completa da moeda como falsificação e não como contrafação

como era designado antigamente. Se antes a imitação parcial era designada de falsificação e a imitação total de contrafação, a atual legislação criminal passou a tratar os conceitos da mesma forma, ou seja, basta a designação de falsificação, conforme o artigo 233º do Código Penal.

Nos casos de fraude, tais como o uso de cartão de crédito e burlas que, geralmente, ocorram com maior frequência, as vítimas são maioritariamente turistas.

## **5.2. - Perfil dos delinquentes do tráfico de droga**

Pelas denúncias e pelos relatos dos policiais entrevistados, o perfil dos delinquentes que se dedicam ao tráfico de estupefacientes na ilha são cabo-verdianos e estrangeiros, estes maioritariamente oriundos da Nigéria. Atuam principalmente no chamado “pequeno tráfico”, ou seja, o fornecimento dos retalhistas ou a venda direta aos consumidores.

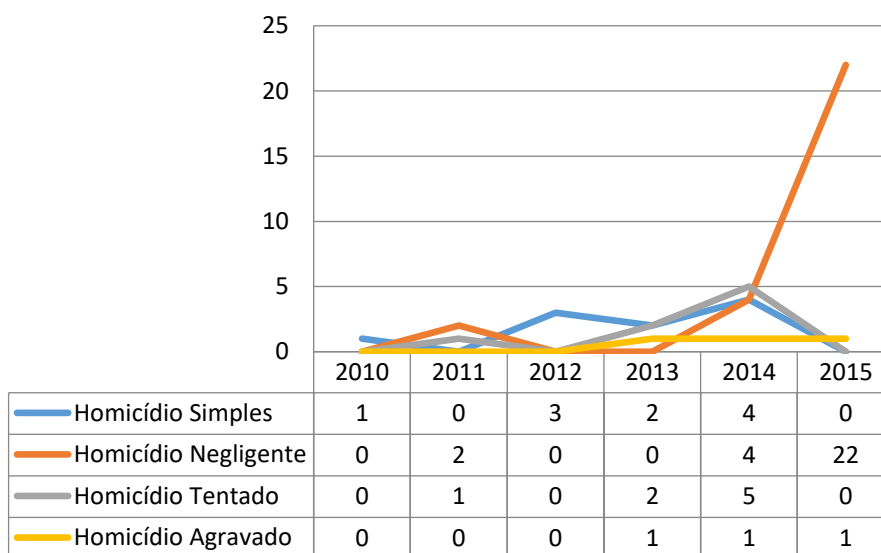
Quanto ao perfil dos consumidores, são jovens locais e turistas estrangeiros provenientes da Europa, nomeadamente de Portugal, Espanha, Alemanha, Holanda e Reino Unido. A droga tanto é passada na rua, nos estabelecimentos de lazer noturnos – *pubs*, bares e discotecas - como também em locais de venda apelidados de “boca de fumo”. A droga mais vendida aos europeus é a *padjinha (cannabis)*, o *crack* e a cocaína em forma de pó. Já aos usuários cabo-verdianos não só podem consumir todos os tipos de droga referidos, como também o *ectasy* (“MD”) que é vendido aos jovens locais.

## **5.3.- Perfil dos delinquentes nos crimes de burla**

Nos crimes de burla denunciados contra turistas, os delinquentes têm idades compreendidas entre 20 a 45 anos. São provenientes das ilhas de São Vicente e Santiago e muitos são naturais da ilha do Sal. Passam por guias excursionistas para enganar os turistas de forma a caírem no “conto do vigário”. Outro *modus operandi* é o uso de *website* de reserva *booking.com* com redirecionamento para uma página pessoal de alojamentos na ilha para sacar dinheiro adiantado às vítimas, e estas fazem o pagamento através de cartões de crédito ou por

transferência bancária. As vítimas esperam a pessoa no aeroporto que deveria ir buscá-las, mas o delinquente não comparece no local combinado, deixa de contactar os "clientes" e desaparece.

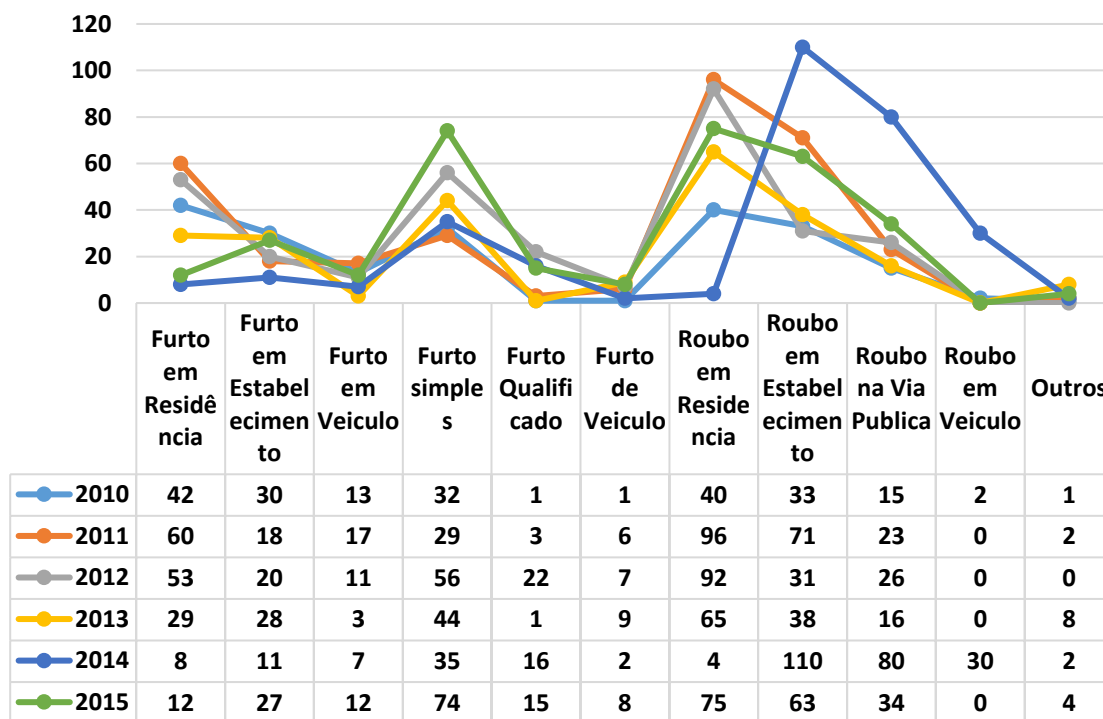
**Gráfico 8: ocorrências de homicídio registradas em Santa Maria, de 2010 a 2015**



Fonte: Polícia Nacional (2017)

Conforme se pode ver pelo gráfico as denúncias dos crimes de homicídio doloso aumentaram até 2014. No ano de 2015 foi denunciado somente uma ocorrência, e os crimes negligentes, na maior parte acidentes de viação aumentaram exageradamente de 2 em 2011 e 4 em 2014, para 22 em 2015. Seria pertinente saber qual o período em que ocorreram os acidentes para melhor se compreender a razão da sua verificação. Todavia, os dados disponibilizados pela PN não permitem chegar a essa conclusão.

**Gráfico 9: ocorrências por crimes contra o património, registadas em Santa Maria, de 2010 a 2015.**



**Fonte: Polícia Nacional (2017).**

Analisando os crimes contra o património, que são os mais frequentes, verifica-se que o roubo acontece predominantemente em residências e estabelecimentos e, logo a seguir, aparece o furto simples. O roubo na via pública também vem imediatamente a seguir aos outros tipos criminais, o que se conclui que as vítimas sejam turistas, pelo fato de serem em maior número na rua e são eles quem mais ostentam objetos de valor. As informações resultantes das entrevistas aos agentes policiais da PN e da PJ, corroboram esse facto. O roubo em veículo também é frequente, embora em menor número. São subtraídos, geralmente, objetos deixados dentro dos veículos pelos condutores e passageiros.

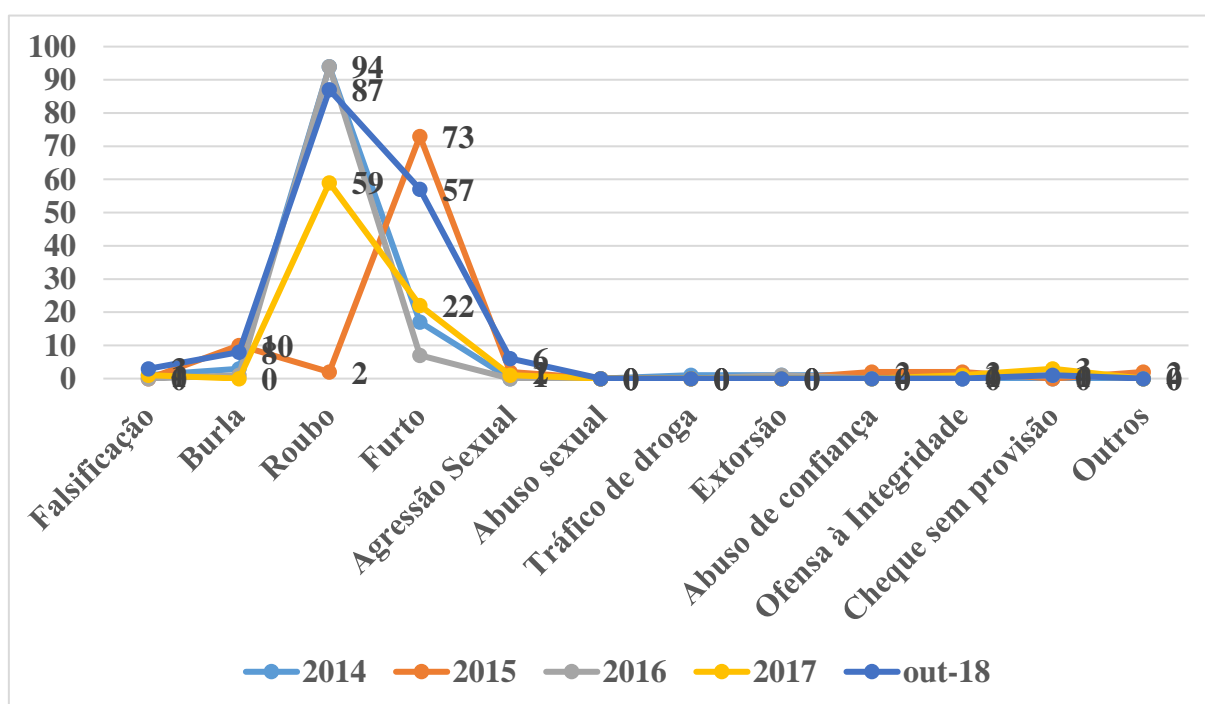
Os dados a seguir indicados são referentes a processos-crime delegados pelo Ministério Público ao Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária no Sal para investigação e instrução.

**Tabela 10: Processos-crime delegados à PJ do Sal para investigação, crimes cometidos contra turistas na ilha do Sal de 2014 a Outubro de 2018.**

<b>Tipo do crime</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>out-18</b>
Falsificação	1			1	3
Burla	3	10	1		8
Roubo	94	2	94	59	87
Furto	17	73	7	22	57
Agressão Sexual		2		1	6
Abuso sexual					
Tráfico de droga	1				
Extorsão	1		1		
Abuso de confiança	1	2			
Ofensa à Integridade		2		1	
Cheque sem provisão			1	3	1
Outros		2			
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>93</b>	<b>104</b>	<b>87</b>	<b>162</b>

**Fonte: Departamento de Investigação Criminal do Sal (2018)**

**Gráfico 10 : Representação gráfica de processos-crime delegados à PJ do Sal para investigação, crimes cometidos contra turistas na ilha do Sal de 2014 a Outubro de 2018.**



**Fonte: Departamento de Investigação Criminal do Sal (2018)**

#### **5.4. - Análise dos processos-crime cometidos contra e por turistas na ilha do Sal**

Pela análise do gráfico, verifica-se que os crimes mais frequentes cometidos contra turistas são os contra o património, isto é, de furto e roubo. Os crimes de furto são as subtrações de objetos nas praias ou durante as visitas a estabelecimentos ou pontos turísticos. Já os crimes de roubo são os assaltos, mas na maioria em apartamentos e moradias dos turistas, que se deslocam sazonalmente à ilha.

Os dados da PN também vão no mesmo sentido, uma vez que as denúncias recebidas por essa polícia são remetidas ao Ministério Público que as regista como processos-crime e posteriormente delegados à PJ para investigação.

Convém salientar que, o Código Penal de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto Legislativo N° 4/2015 de 11 de novembro, trouxe um novo conceito de violência. Por exemplo, a verificação do crime de roubo existe não só quando há violência ou ameaça contra pessoas, mas também quando há “violência sobre coisas” (Art. 200° do CP), ou seja, existe “*violência sobre coisas quando, na execução do facto, ocorra escalamento, arrombamento e utilização de chaves falsas para aceder ao local onde a coisa se encontre, independentemente de se tratar ou não de casa habitada*”.

Assim se compreende a razão do crime do roubo aparecer em maior quantidade do que o furto, todos os casos em que a subtração ocorra com violência passam a ser qualificadas como roubo. Porém, como se pode ver pelos dados da Polícia Nacional, referentes à cidade de Santa Maria, a mais turística da ilha, a denúncia dos crimes de furto é elevada, o que se compreende porque os crimes ocorreram mais por descuido das vítimas, não necessitando do exercício violência contra pessoas.

Salienta-se, ainda, que se a agressão sexual é considerada um crime muito violento quando cometido contra um adulto, é de maior gravidade ainda quando a vítima é uma criança. Da análise das denúncias na Polícia Judiciária e pelas informações recolhidas no ICCA - Instituto Cabo-Verdiano de Crianças e do Adolescente – bem como nas creches visitadas nos bairros carenciados e dos presos condenados existentes na cadeia da ilha, constata-se que os turistas também cometem agressão sexual contra crianças.

Todavia, os dados obtidos junto do estabelecimento prisional, não são suficientes para afirmar com certeza o número de presos condenados por crimes cometidos por turistas ou contra estes.

Conforme um funcionário da cadeia local,

[...] “os mandados de condução dos presos emitidos pelos tribunais não trazem uma descrição dos fatos mas somente a classificação do crime conforme o tipo previsto no código penal, torna-se difícil determinar essa informação”, ou seja se o preso era ou não turista.” [...]

Devido à designação de violência sobre coisas, estabelecido pelo atual código penal cabo-verdiano, a maior parte de ocorrências nas residências, em veículos, acaba por ser classificada como roubo, e daí a razão do número desse tipo de crime ser maior que o de furto.

Conforme foi já referenciado no Capítulo II, a violência manifesta de várias formas e podem ser de natureza diversa. E como também já visto no mesmo capítulo, onde o Estado se faz insuficiente, alguém há-de preencher o vazio (RAFFESTIN, 1993), e infelizmente têm sido os criminosos.

Todavia, cabe ao Estado, que tem a legitimidade do poder e a quem detém o papel de intervir como regulador das atividades políticas, culturais e socioeconómicas – políticas públicas - de forma a criar melhores condições de vida e bem-estar de toda a população, ou seja exercer o biopoder da melhor forma possível. Todavia, a imposição da força não deve ser ilegítima, *“e só em último ratio deve ser usado a violência contra aqueles que recusam o consenso da maioria”* (ARENDDT, 1970).

## **5.5.- Presos na Cadeia do Sal**

Convém referir que no universo da população prisional de **160** presos <sup>22</sup>, cinco cabo-verdianos foram condenados por crimes de roubo a turistas - assaltos em praias desérticas - e duas agressões sexuais com turistas como autores e vítimas cabo-verdianas. Quanto aos outros 153, não se conseguiu a informação exata sobre a sua situação. Apesar de solicitados aos

---

<sup>22</sup> Obs.: Os dados foram obtidos na Cadeia do Sal em 2018.

Serviços Penitenciários, não foi possível obter dados estatísticos que permitissem um melhor conhecimento da situação dos presos na Cadeia do Sal.

Assim, os dados sobre presos condenados, obtidos na cadeia do Sal, não permitem chegar a uma conclusão mais ou menos certa.

### **5.6.- Onde ocorrem os crimes de furto e roubo**

Uma questão pertinente é onde ocorrem com maior frequência os crimes de furto e roubo.

Pelas informações dos policiais, tanto da PJ como da PN, entrevistados,

[...] os assaltos ocorrem mais frequentemente nos locais desérticos, considerados pontos turísticos, nomeadamente nas zonas mais desérticas e orlas marítimas da ilha, como Buracona, Fontona em Palmeira, Fiura, Parda em Pedra de Lume, durante as excursões de grupos de turistas, geralmente de dois ou quatro indivíduos, e sem estarem acompanhados de guias turísticos, conduzindo as *motos quatro*. Estes grupos de excursão são assaltados por grupos de delinquentes armados com arma branca – faca – ou arma de fogo.[...]

Muitos dos assaltos ocorrem devido a conduta de risco dos próprios turistas que fazem essas deslocações, ostentando objetos de valor, como câmaras fotográficas profissionais, relógios caros, joias (braceletes e colares), apesar dos *briefings* que recebem à chegada nos *resorts*. Geralmente as vítimas são provenientes da Europa - Reino Unido, Portugal, Áustria, Alemanha, Polónia, República Checa, entre outros países. A frequência de discotecas com demasiadas pessoas favorecem os crimes chamados de *pickpocket* - furtos de carteiras e telemóveis. Para um agente da PN entrevistado, “*os turistas Ingleses e Franceses, principalmente os militares que fazem escala por um ou dois dias na ilha, quando ingerem bebidas alcoólicas agriem-se mutuamente e causam alguns danos*”.

Os jovens delinquentes aproveitam, ainda, a distração dos turistas para subtrair os objetos, principalmente quando os casos ocorrem nas praias.

## **5.7.- Perfil dos jovens delinquentes nos crimes contra o património**

Geralmente os jovens delinquentes estão dentro da faixa etária de 16 a 25 anos de idade, moradores dos assentamentos informais, como Alto de Santa Cruz, Alto de São João, Chã de Matias e Ribeira Funda. Os jovens delinquentes são maioritariamente da ilha de Santiago, São Vicente, alguns residentes com ligação com delinquentes dessas ilhas e não possuem qualquer ocupação.

Os jovens delinquentes não atuam no centro das cidades, com medo de serem reconhecidos, daí escolherem lugares *ermos*. As vítimas – turistas - maioritariamente apresentam denúncias porque têm os objetos segurados e precisam da declaração de queixa.

Os delinquentes podem atuar em grupo, de forma concertada, geralmente para assaltar os turistas durante as excursões em locais desérticos como já acima referido. Todavia, podem também atuar sozinhos quando as circunstâncias permitem, conforme defendem Lawrence Cohen e Marcus Felson (1979, p.588-608), sobre a teoria de atividades rotineiras ou de oportunidades.

As autoridades policiais apontam algumas dificuldades de atuação que encontram durante a investigação dos casos, designadamente porque os jovens delinquentes são moradores dos assentamentos informais referidos, cujas características já os favorecem. Ou seja, a deficiente iluminação das ruas, existência de becos sem saída e sem pavimentação que dificulta o trânsito, a inexistência de endereço certo das moradias, nome ou numeração de ruas ou numeração de portas. Aliado, ainda, ao problema das vítimas ausentarem-se rapidamente do país o que torna difícil o reconhecimento dos criminosos e alguns moradores dos assentamentos informais que não dão informações dos autores por medo de represálias e também por proteção dos próprios delinquentes quando se tratam de familiares ou amigos e, ainda, a deficiente articulação com os departamentos policiais das outras ilhas de onde são originários os delinquentes, as dificuldades tornam-se ainda maiores.

## **5.8. - Prostituição infantil em Palmeira**

Do contacto feito com efetivos das autoridades marítimas na cidade de Palmeira, confirmam denúncias de casos que sugerem existência de prostituição, nomeadamente com meninas na faixa etária dos 14 anos, que entram em veleiros e depois aparecem com alguma ostentação sem que os pais ou elas próprias possuem qualquer rendimento. Isto se verifica nas épocas consideradas altas – início de novembro a março - com a chegada dos veleiros trazendo turistas, nomeadamente dos países do continente europeu. Para um agente policial, *“os pais não denunciem as situações porque ganham algum rendimento com essas situações.”* As autoridades marítimas alegam falta de recursos humanos suficientes para levarem a cabo sua missão.

Verificamos pela análise das denúncias que não há processos em investigação sobre os casos referidos na Polícia Judiciária, o que pode sugerir duas coisas, ou que, na verdade, não há denúncias ou que não há informações suficientes para levar a cabo a abertura de processos-crime.

## **5.9.- As autoridades policiais, desafios e dificuldades**

A Polícia Nacional possui um “Gabinete de Turismo Seguro” criado no âmbito do programa “Turismo Seguro”, vocacionado para relacionamento com os turistas, nomeadamente para dar o devido tratamento às ocorrências na cidade de Santa Maria.

Para os policiais da PN entrevistados,

[...] “Trata-se de uma boa medida, uma vez que os agentes conhecem línguas estrangeiras, principalmente inglês e francês, e dado à sua experiência acumulada, acabam por ganhar maior conhecimento de forma a lidar melhor com os desafios dessa missão, tais como a falta de meios adequados de mobilidade, nomeadamente “motos 4” para deslocação nas praias arenosas e necessidade de mais efetivos. O serviço devia ser estendido a toda a ilha do Sal e não somente à cidade de Santa Maria, uma vez que grande parte dos agentes policiais não têm um bom conhecimento de língua estrangeira e nem estão devidamente preparados para lidarem com os turistas.[...]”

Outra dificuldade é o ordenamento do trânsito nas ruas da cidade de Santa Maria que foi sinalizada sem a devida articulação com a Polícia Nacional. Embora os agentes entrevistados acham que a iluminação é suficiente, mas da observação direta das diferentes artérias da cidade de Santa Maria, verifica-se que a iluminação é deficiente.

A Polícia Marítima e a Delegação do Instituto Marítimo Portuário apontam dificuldades relacionadas com as embarcações de recreio internacionais que devem dar entrada primeiramente no porto de Palmeira, mas acabam por entrar na baía de Santa Maria onde ficam fundeadas sem a devida autorização, acabando por dificultar mais o controlo dessas embarcações. Outro desafio é a comunicação em zonas desérticas muito frequentadas pelos turistas, como a Fiura onde a comunicação via telemóvel não existe.

A proliferação de Guias Turísticos ilegais também constitui mais um problema para os policiais e para os turistas que são vítimas de esquemas de burlas cometidas pelos próprios guias, casos ligados por exemplo a excursões, entre outros.

Para um investigador da Polícia Judiciária,

[...] “A iluminação das ruas e a pavimentação das estradas são deficientes por toda a ilha, o que favorece o não reconhecimento dos criminosos durante a investigação criminal e dificulta a atuação policial. A proliferação dos assentamentos informais também constitui um problema, uma vez que a forma como as casas estão dispostas, a existência de becos e estradas sem pavimentação, facilitam a fuga dos criminosos”. [...]

Para um funcionário da PJ, existem problemas de segurança pública nestas zonas, mas por ora a um nível aceitável, ou seja, ainda o Estado não perdeu o controlo desses bairros. Mas o que se verifica realmente é a territorialização desses espaços alguns grupos criminosos, dada a ausência do próprio Estado, ou seja, da desterritorialização por parte deste, como defende Raffestin.

Porém, a segurança pública não deixa de constituir uma ameaça, visto que os assentos informais albergam a população mais pobre da ilha, com todos os problemas sociais associados. Ambas as agências policiais são chamadas a intervir nesses bairros, mas naturalmente a PN desloca com maior frequência devido à natureza da sua competência, a ordem pública.

Aliados aos problemas de deficiente infraestruturção dos referidos bairros, outro problema é a origem dos delinquentes, sendo que a maioria é proveniente de outras ilhas como

São Vicente e Santiago, embora não excluindo naturalmente naturais da ilha. Todavia, há delinquentes estrangeiros, como nigerianos, senegaleses, entre outros.

Pode-se, ainda, considerar que alguns lugares considerados pontos turísticos, como Buracona, Monte Leão, Fiura, por serem locais desérticos e onde os turistas são alvos fáceis quando estão sozinhos ou em grupos muito pequenos, também constitui uma dificuldade para a atuação policial, uma vez que os acessos a esses locais são difíceis.

A deficiência de recursos humanos e materiais também é considerada um problema com que a PJ alega deparar-se durante a realização da sua missão na ilha.

O terrorismo recente na Europa e nos países da África do Norte e Ocidental tem sido alvo de preocupação das autoridades da ilha, principalmente porque muitos turistas que escolhem o Sal como destino são provenientes dos países Europeus.

Na opinião dos policiais entrevistados,

[...] “as forças nacionais e locais têm feito algum esforço no sentido de se estarem preparadas para dar respostas a incidentes terroristas em caso da sua ocorrência, nomeadamente com alocação de alguns meios humanos e de mobilidade, assim como na capacitação dos efetivos.” [...]

Todavia, alegam, que se deve fazer muito mais nesse sentido, uma vez que uma força especializada necessita de muito treino para que esteja muito bem preparada para as atuações reais.

Para os policiais entrevistados, os incidentes terroristas na Europa e África tiveram impacto nas agências policiais, visto que desde o mês de junho do ano 2018, houve uma maior presença de efetivos policiais no terreno, “*adotou-se um tipo de policiamento ostensivo em que se privilegiou a prevenção como um instrumento de combate ao crime*”. A PJ e a PN uniram esforços nesse sentido com a criação da Equipa Mista de Prevenção Criminal.

Para a prevenção duma eventual ocorrência de um ato terrorista no Sal, algumas medidas foram tomadas, nomeadamente o aumento da presença de Forças de Segurança no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, nos terminais de chegada e de partida de passageiros, realização de encontros periódicos entre as forças de aplicação da lei e a Agência de Segurança Aeroportuária, para avaliação dos riscos e criação de simulacros.

Todavia, para a PN, apesar da existência do Grupo Especial de Intervenção Tática, não existem equipas de negociadores para uma eventual ocorrência terrorista com tomada de reféns.

Segundo os policiais existe uma boa relação de cooperação entre as forças policiais na ilha do Sal.

Face às dificuldades apontadas pelas forças policiais, é necessário que o Estado tenha uma maior intervenção, criando condições adequadas para que possam cumprir suas missões. Os gastos sociais devem ser vistos como investimentos (DRAIBE, 2006).

O Sal, sendo uma ilha que recebe maior fluxo de turistas no país e que possui um peso muito grande na economia nacional, o investimento nas forças policiais é fundamental. Os recursos humanos devem ser suficientes e devidamente formados e preparados para a natureza de suas missões.

Conforme já referido no capítulo II, as políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos previstos na Constituição da República e demais leis, ou seja ações que visem garantir o bem-estar da população (FADIGAS, 2015).

Sem dúvida que a execução depende da articulação entre os três poderes do Estado, mas é principalmente do governo que tutela as forças policiais e de que depende em termos financeiros, sem desprimor de parcerias que podem dispor, nomeadamente com os municípios entre outras entidades. Mas é ao governo a quem cabe maiores responsabilidades no que se refere ao investimento nas forças policiais.

Como enfatiza Raffestin, onde o Estado se faz insuficiente, alguém há-de preencher o vazio (RAFFESTIN, 1993), e infelizmente tem sido os criminosos. Atualmente a realidade demonstra com uma certa clareza, os riscos e ameaças que provém da criminalidade organizada com objetivos bem definidos, que infiltram nas instituições públicas, corrompem funcionários e levam a cabo ações criminosas, pondo em causa própria imagem do Estado.

## CAPITULO VI. – CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

No presente trabalho foi possível concluir que, nos principais centros urbanos da ilha do Sal, se constata a proliferação de assentamentos informais, onde as populações vivem em condições pouco dignas e de pobreza, sem acesso à água, sem esgotos, com ruas sem iluminação e pavimentação.

Nota-se que a ação do Estado nesses bairros é menos evidente ou quase nula, designadamente no ordenamento territorial. Essa ação diferenciada provoca a segregação social e marginalização da camada mais pobre da população que vive confinada a esses bairros, não por imposição direta mas porque não há uma melhor opção, onde se pode também desfrutar das condições de vida das áreas urbanizadas, nomeadamente escolas, estabelecimentos de saúde, entre outras.

Naturalmente, a franja da população que mais sofre devido a essa situação é a juventude. Qual será o futuro dos jovens a sobreviver nessas condições? Verifica-se que a criminalidade violenta urbana tem como atores principais os jovens, através dos bandos. Embora como afirma um funcionário da Polícia Judiciária do Sal entrevistado, *“ainda o Estado não perdeu o controlo dos assentamentos informais e pode fazer, ainda, alguma coisa em termos sociais”*. Mas a verdade é que nas preferias dos principais centros urbanos da ilha, à semelhança do que acontece na cidade da Praia, os grupos criminosos não só exercem violência nesses bairros, como também esta se alastra para outros considerados de elite (CORREIA, CHAGAS e SOARES. 2015, p.327 e 331).

A criminalidade pode colocar em risco o setor do turismo que é o principal motor do desenvolvimento do país, se não houver investimento forte do Estado em políticas sociais. Como referiu Sónia Draibe, os gastos sociais devem ser vistos como um investimento no sector económico (DRAIBE, 2006), ou seja, os gastos efetuados nos jovens não devem ser considerados despesas mas sim investimentos, porque uma atitude preventiva no presente será menos custosa do que reagir quando o mal já for causado.

Conforme se pode constatar pelos dados estatísticos do fluxo de turistas para a ilha do Sal, a hipótese de que o aumento da criminalidade põe em risco o turismo não é confirmada, aliás os dados demonstram o contrário, pois apesar do aumento da criminalidade, o fluxo de turistas tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

Porém, há que realçar que o que coloca em causa o desenvolvimento do turismo são determinadas tipologias do crime, designadamente os mais violentos, como homicídio, agressões sexuais ou o terrorismo. Como exemplo, pode-se citar os casos de terrorismo nas cidades turísticas do norte de África e na região ocidental do continente, caso de Costa do Marfim, Burkina Faso, Niger, etc.

Todavia, isso não quer significar que os crimes contra o património e os outros em geral não podem afugentar os turistas. Mas no caso da ilha do Sal, pelas entrevistas com os policiais tanto da PJ como da PN, verifica-se que os turistas maioritariamente têm segurado os seus pertences - objetos de valor - porque pedem, na maior parte das vezes, uma declaração de queixa para mostrar às seguradoras e quando regressam aos respetivos países, geralmente no intervalo de duas semanas, nem sequer respondem aos *e-mails* enviados pelas autoridades policiais durante a instrução dos processos-crime.

Muito importante, como foi demonstrado neste estudo, tanto a ocorrência de um evento negativo e a falta de honestidade ou omissão de informação da situação real do local de destino pode pôr em causa o turismo. Por exemplo, deixar de dar a informação estatística correta da criminalidade, impede os turistas de terem consciência do que vão encontrar no destino e não tomem as decisões conscientes.

Sem dúvida que se tem verificado um aumento da criminalidade de ano para ano, mas o fato é que o crescimento do turismo também é uma realidade. Mas a violência, conforme a intensidade aquando do cometimento do crime, aliado, ainda, à falta de honestidade na divulgação do destino turístico, ou seja, que não alerta os turistas para a real situação criminal do país, pode colocar em causa o próprio turismo. O turista quando tem a percepção real da situação do destino turístico, isto é, quando tem conhecimento realmente dos perigos que pode enfrentar e dos cuidados que poderá ter nesse destino, tem duas alternativas, ou evita ou aceita deslocar ao destino, mas tomará as devidas precauções e a sua decisão é consciente. Não tendo conhecimento real da situação e depois constata que tomou uma decisão com base em informação falsa, portanto inconsciente, por isso não tenha tomado os cuidados necessários e é vítima de crime, os efeitos serão nefastos para desenvolvimento do turismo no determinado destino (KOZAK, CROTTS e LAW, 2007). Daí que se torne importante e necessário que as propagandas turísticas sejam honestas de forma a não defraudar os turistas, pois a divulgação negativa “*boca-boca*” pode ter a força da própria ocorrência duma catástrofe.

Muito importante também é a criação de políticas públicas claras e fortes vocacionadas para o investimento nos jovens e na reabilitação dos bairros informais, porque os gastos nas ações sociais não devem ser considerados despesas, mas sim investimento, como defende Sónia Draibe, não investindo nas crianças e jovens de hoje o que serão dos adultos do amanhã?

Conclui-se que a hipótese “4.2.1. – *A conduta facilitadora do turista na ilha do Sal constitui uma oportunidade de ocorrência do crime e propicia o aumento da criminalidade.*”, ficou confirmada. Das entrevistas efetuadas às autoridades da ilha, como os agentes policiais da Polícia Nacional e Judiciária, as autoridades marítimas e portuárias, assim como membros da sociedade civil, a negligência dos turistas também contribui para a ocorrência dos crimes, porque não tomem os cuidados mínimos, designadamente não ostentam objetos de valor que podem motivar nos criminosos a vontade de os subtrair.

Quanto à segunda hipótese subsidiária, “4.2.3. - *O turismo de massas praticado na ilha do Sal contribui para o aumento das desigualdades sociais e conseqüentemente a criminalidade.*” Não se pode confirmar que tem diretamente a ver com o aumento do crime. Naturalmente o aumento de pessoas na rua aumenta o risco de assaltos, mas o que se verifica no Sal é que a maior parte dos turistas fica nos *resorts*. É verdade que muitos saem dos hotéis para conhecer a ilha, mas geralmente através de excursões devidamente organizadas. E durante o estudo, confirmou-se que os crimes acontecem mais nos locais desérticos quando os turistas estão geralmente sozinhos em *tours* não organizados pelos hotéis e sem guias. Portanto, não é o tipo de turismo o fator causador, mas sim, entre outros, os vários fatores sociais estudados, conforme se constata no capítulo IV, nomeadamente os problemas sociais, as dificuldades apontadas pelos policiais, o ordenamento do território, entre outros.

O turismo sem dúvidas traz vantagens, gerando mais empregos, mas o que se verifica na ilha do Sal é uma situação laboral precária onde o risco de perda de emprego é uma constante e o trabalhador não possui condições dignas de vida face ao custo elevado de vida consequência do desenvolvimento do turismo, obrigando os trabalhadores dos hotéis a viver nos bairros informais, o que cria situações de desigualdades e contradições que podem contribuir para o aumento da criminalidade local. E é aí que o Estado deve intervir como autêntico controlador social, regulando e aplicando a lei quando necessária, impondo desta forma a justiça social e que é afinal a finalidade do direito do trabalho de forma a proporcionar ao trabalhador as condições mínimas de lazer, poder aquisitivo, férias entre outros direitos, para salvaguarda da dignidade da pessoa humana (DA CUNHA, 2009, p.34-37).

Conforme já foi sobejamente mencionado neste trabalho, vários estudos foram efetuados por autores cabo-verdianos e estrangeiros sobre o tema da criminalidade onde os fatores causadores da prática dos crimes têm semelhante origem e onde são sugeridas medidas da mesma natureza que exige uma forte intervenção do Estado em investimentos sociais, nomeadamente, no ordenamento do território e políticas públicas fortes.

Seria pertinente efetuar mais estudos semelhantes nas outras ilhas de Cabo Verde, designadamente Boa Vista, no sentido de conhecer se os fatores apontados são os mesmos ou outros, que propiciem a criminalidade nestas ilhas e como poderão ou não pôr em causa o desenvolvimento turístico nessa ilha ou mesmo em Cabo Verde, como destino turístico.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Germano (2014, p.34), **Viagem pela história de S. Vicente**: São Vicente, Ed. Ilhéu, Maio 2014.
  
- ARENDDT, Hannah (1970), Da violência. Disponível em:  
<<http://revistasapereade.org/SharedFiles/Download.aspx?pageid=156&mid=204&fileid=235>  
, Acesso em: Dez.2018.
  
- BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott (2009). **Modernização reflexível: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. Ed. Unesp. 2009.
  
- BOURDIEU, Pierre (1989), **O poder simbólico**: Tradução de Fernando Tomaz. Editora DIFEL, Lisboa.
  
- BRITO, Brígida Rocha:1999. **O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável**: artigo científico, Lisboa, Julho de 1999
  
- CABO VERDE, **Constituição da República** (2010). Lei Constitucional nº 1/VII/2010 de 3 de Maio. Boletim Oficial nº. 17 I Série, 3 Mai. 2010
  
- \_\_\_\_\_. 2004, Lei 44/VI/2004 de 12 de Julho, publicada no Boletim Oficial nº. 20, I série de 12 de Julho de 2004, da República de Cabo Verde, 12 Jul. 2004.
  
- \_\_\_\_\_. 2007, Decreto-Legislativo nº 2/2007 de 19 de Julho, Boletim Oficial nº 26, I série da República de Cabo Verde, 19 Jul 2007.
  
- CARDOSO, Ana e PERISTA, Heloísa (1994). **A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados de Lisboa**: disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1020/1/7.pdf>>, Acesso em: Dez. 2018.
  
- CECCARELLI , Paulo Roberto (2008), **Prostituição, Corpo como mercadoria: in: Mente & Cérebro – Sexo**, v. 4 (edição especial), Dez. 2008.
  
- CHAGAS, Clay Anderson (2014), **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de belém**. Boletim Amazônico de geografia, Belém, nº.1, v. 01, p. 186-204, Jan./Jun. 2014.

- COHEN, Lawrence e FELSON, Marcus (1979). *Social change and crime rate trends: a routine activity approach*. *American Sociological Review*, vol.44. Universidade de Illinois, 1979, p.588-608: disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/2094589.pdf?refreqid=excelsior%3Af349ae8b44c2c9ead4aa45c64447b00>>, Acesso em: Dez. 2018, às 17:30.

- CORREIA, Artur (2015). **Praia e ilhas turísticas constituem “maior preocupação” na dinâmica da transmissão do vih-sida**. Inforpress. Disponível em: <<http://lifestyle.sapo.cv/saude/saude-e-medicina/artigos/concelho-da-praia-e-ilhas-turisticas-constituem-maior-preocupacao-na-dinamica-da-transmissao-do-vih-sida>> Acesso em: 02 Out. 2015, às 15:50

- CORREIA, Gilson Bento, CHAGAS, Clay e SOARES, Lucélia (2015). **Desordenamento territorial e a sua relação com a criminalidade: o caso da cidade da praia**. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/2/34.pdf>>, Acesso em: Dez. 2018, às 17:45.

- CORREIA, Gilson Bento, e TAVARES, Carlos (2016). **Produção do espaço, ordenamento do território e criminalidade: o caso da cidade da Praia, Cabo-Verde** Universidade Federal do Pará – UFPA E-mail: . Carlos Tavares Universidade de Cabo Verde, disponível em: <<http://www.periodicos.unimontes.br/cerrados/article/view/96/204>>, Acesso em: Dez. 2018, às 18:00.

- CORREIA E SILVA, António (2014), **Dilema do poder**: Ed. Rosa de Porcelana: Lisboa, 2014

- CRUZ, José Neves (2017). **O papel do sistema de justiça numa sociedade em anomia: constrangimentos e desafios em Portugal**, revista eletrónica de direito, fevereiro 2018, Nº.1 (V.15), 2017.

- CUNHA, Licínio (2006). **Economia e Política do Turismo**. Editora Verbo.

- \_\_\_\_\_, 2007. **Introdução ao Turismo**. 3 ° Edição, Editora Verbo.

- DA CUNHA, Paulo Ferreira (2009). **Pensar o Estado**. Ed. Quid juris, Sociedade: Lisboa, 2009

- DRAIBE, Sónia (2006), **O Estado de bem-estar, desenvolvimento e cidadania**: algumas lições de literatura contemporânea.

- DELLASOPPA, Bercovich Alicia M. e ARRIAGA, Eduardo. **Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da área metropolitana do rio de janeiro**, revista brasileira de ciências sociais - vol. 14 nº 39, 1999.
  
- DE BARROS, José Manuel da Veiga (2007), **Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da ilha do Sal**. 2007. Dissertação (Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo) – Universidade de Aveiro , 2007.
  
- FADIGAS, Leonel (2015). **Urbanismo e território: as políticas públicas**. Ed.Sílabo, Lisboa, 2015. Disponível em:< [http://www.silabo.pt/Conteudos/7974\\_PDF.pdf](http://www.silabo.pt/Conteudos/7974_PDF.pdf)>, Acesso em: 28/12/18 às 10:20.
  
- FOUCAULT, Michel (1973). **Microfísica do poder**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
  
- \_\_\_\_\_ (1978), **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
  
- GEORGE, Richard & BOOYENS, Irma (2014). *Township tourism demand: tourists' perceptions of safety and security. South Africa*, 2014. Disponível em:<[www.cops.usdoj.gov](http://www.cops.usdoj.gov)>. Acesso em: 21 Mar. 2016
  
- GLENSOR, Ronald e Ken PEAK, (2004, p.3). *Crimes against tourists. Guide n°. 26, problem-oriented guides for police problem-specific guides series*. 2004
  
- GOULD, Eric D., WEINBERG, Bruce A. E MUSTARD, David B. (2002). *Crime rates and local labor market opportunities in the united states: 1979-1997*. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/>>, publicado pela: *The MIT Press Stable*. Acesso em: 21 Mar. 2016, as 13:42.
  
- KOZAK Metin, CROTTS John C. e LAW, Rob (2007). *The impact of the perception of risk on international travelers*. *Wiley Interscience*, 2007.
  
- JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade: **Agentes, redes e territorial e cidades urbanas** : Revista território, 1998.
  
- LEROY, André-Louis (1985): **Locke**. Ed.70, Biblioteca Básica de Filosofia, Lisboa, 1985.

- LIMA, Jair Araújo (2017), **Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares**. Semina: ciências sociais e humanas, Londrina, v.38 n.2, 2017: disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/30998>>. Acesso em 27 Jan. 2017.
- LIMA, Redy Wilson (2007), Delinquência juvenil na cidade da Praia: uma abordagem diacrônica. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/38681537.pdf>>, Acesso em: 28 Dez 2017.
- MATOS, Rossana (2011). **Expansão, urbana, segregação e violência: um estudo sobre a região metropolitana da Grande Vitória**. Vitória, Editora Edufes, 2011.
- MAWBY, R. (2000). “*Tourist’s perceptions of security: The risk-fear*”, *Tourism Economics*, (pp. 109-121).
- NETTO, Alexandre Panosso e TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (2009): **Cenários do turismo brasileiro**. Copyright © Aleph, 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2014). Disponível em:<[www.unwto.org](http://www.unwto.org)> Acesso em: 02 Abr. 2016.
- PIZAM, Abraham, (2002, p.126). *Tourism and terrorism: a quantitative analysis of major terrorist acts and their impact on tourism destinations*. Disponível em: <<http://docserver.ingentaconnect.com/deliver/connect/ip/13548166/v6n2/s3.pdf?expires=1461106081&id=86723298&titleid=891&acname=Guest+User&checksum=E0D944A9B31E0A7C9D1038FD7610C560>> . Acesso em: 19 Abr. 2016.
- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2017-2021). Ministério das Finanças – Direção do Planeamento, Governo de Cabo Verde, 1ª. Edição, 2018.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- RAMOS, Antónia Baptista Mósso (2011), **O turismo e a percepção dos seus impactes pela comunidade local: o caso da ilha do sal, cabo verde**. Dissertação (Mestrado em cidadania ambiental e participação). Portugal, 2011
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1995). **Emílio ou da Educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Editora Bertrand, Rio de Janeiro, Brasil, 1995.

- \_\_\_\_\_, (2002). **Do contrato social**. Tradução de Rolando Roque da Silva. Edição Eletrónica:Ed. Ridendo Castigat Mores, Brasil: disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>>, acesso em: em Dez. 2018, às 16:00.

- SOUSA, Nardi (2013), **A outra face do janus cabo-verdiano: uma análise crítica da violência juvenil em Cabo Verde**. Revista cabo-verdiana das ciências sociais, ano 1, nº 1, jan-dez, 2013.: disponível em: [https://www.academia.edu/7301277/A\\_Outra\\_Face\\_do\\_Janus\\_Cabo-verdiano\\_An%C3%A1lise\\_Cr%C3%ADtica\\_da\\_Viol%C3%Aancia\\_Juvenil\\_em\\_Cabo\\_Verde](https://www.academia.edu/7301277/A_Outra_Face_do_Janus_Cabo-verdiano_An%C3%A1lise_Cr%C3%ADtica_da_Viol%C3%Aancia_Juvenil_em_Cabo_Verde), Acesso em: Dez.2018.

- WACQUANT, Loic (1999), **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles (2004), Editora Sabotagem, 2004.

-WEBER, Max.(1864-1920), **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

- UNESCO (1997). **Culture, Tourisme, Développement: Les Enjeux du XXIème Siècle, Table Ronde d'experts organisée à Paris**. UNESCO/AIEST, Annals of Tourism Research, Paris, 1997.

#### **Páginas da Internet consultadas:**

-ASA (Aeroportos e Segurança Aérea). Disponível em: <<http://www.asa.cv/aeroportos/aeroporto-internacional-amilcar-cabral/o-aeroporto/historia/>> Acesso em: 27 Set. 2015.

- A VOZ...2015, de Sexta-feira 10 de Julho de 2015 p.2.

- **BENSEMRA, Zohra (2015)**. Tunísia prevê prejuízo de US\$ 515 milhões no setor do turismo após atentado. **RFI. Disponível em:** <<http://br.rfi.fr/mundo/20150630-apos-atentado-tunisia-preve-um-prejuizo-de-us-515-milhoes-no-setor-do-turismo>> . Acesso em: 10 Abr. 2016 às 12:08.

- CAMARA DE COMERCIO INDUSTRIA E TURISMO DE PORTUGAL E CABO VERDE. disponível em:<

[http://www.portugalcaboverde.com/item2\\_detail.php?lang=1&id\\_channel=24&id\\_page=130&id=128](http://www.portugalcaboverde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=24&id_page=130&id=128)>. Acesso em: 29 Nov. 2015.

- DE FREITAS, Eduardo, em **Geopolítica**, disponível em:<<http://www.mundoeducacao.com/geografia/poder-territorio-nacao.htm>> Acesso em: 17 Out. 2015 às 3:11.

- FREDERICO, Sílvia (2015). **Sexo em alto mar Prostituição de luxo na zona portuária da Palmeira**. A voz nº 36, 25 Set. 2015. Disponível em:< <http://www.avoz.cv/reportagem/sexo-em-alto-mar-prostituicao-de-luxo-na-zona-portuaria-da-palmeira/>>. Acesso em: 25 Set. 2015.

- INE, Censo 2010. Página web da INE <<http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=1>>, . Acesso em: 27 Set. 2015.

- \_\_\_\_\_, (2015): Disponível em:< [www.ine.cv](http://www.ine.cv) >. Acesso em: 16 Abr. 2016.

- \_\_\_\_\_, disponível em:< [www.ine.cv](http://www.ine.cv) >. Acesso em: 29 Set. 2015.

- ISDR (2009). Disponível em: <http://www.unisdr.org/we/inform/publications/7817>. Acesso em: 19 Abr. 2016.

- LIRA, Roberto. **Direito penal científico e criminologia**. Rio de Janeiro: José Konfino, 1974.

- NAÇÕES UNIDAS, 2010. Disponível em:< <http://www.un.cv/sobrecv.php> >. Acesso em: 29 Nov. 2015.

- “NÓS GUENTI”. Disponível em:< <http://www.nosgenti.com/?p=2638>>. Acesso em: 29 Nov. 2015.

- NOTÍCIAS DO NORTE. Disponível em:< <http://noticiasdonorte.publ.cv/34761/sal-municipes-libertam-a-praia-vedada-por-um-investidor/>>,. Acesso em: 2 Jun. 2015.

- NRV. Disponível em: <<http://www.nrv-norvia.com/pt/projetos/page/2?type=&country=65&year=&order=>>, acesso em: Dez.2018.

- OAC (2015). Conferência internacional: arquitetura bioclimática. Disponível em:<<https://www.unicv.edu.cv/component/spsimpleportfolio/item/36-atas-conferencia-internacional-e-uma-mesa-redonda-sobre>>. Acesso em Dez. 2018.

- OMT, 2014. Disponível em: <<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/staticunwto/Statistics/Glossary+of+terms.pdf>>. Acesso em: 10 Abr. 2016.
  
- PENA, Rodolfo F. Alves (2015). Disponível em <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/diferencas-entre-estado-pais-nacao-territorio.htm>>. Acesso em: 17 Out. 2015 às 3:09.
  
- RIBEIRO, Nuno (2015), jornal o Público, disponível em : <<https://www.publico.pt/politica/noticia/terrorismo-no-norte-de-africa-e-sahel-ameaca-portugal-espanha-e-italia-1681311>>, Acesso em: 18 Mar. 2016 às 11:39.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 GUIÃO APLICADO AOS FUNCIONÁRIOS DA PN, NA PESQUISA SOBRE O TURISMO E A CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL

Guião nº. 1

Data da entrevista:

Entrevistador:

Curso: Mestrado em Segurança Pública (gestão de Defesa Social, De Informação e Mediação de conflitos)

Bom Dia/Boa Tarde. Sou Natal PRADO, Aluno do Mestrado em Segurança Pública (Gestão de Defesa Social, de Informação e Mediação de Conflitos) na UNICV. Esta entrevista tem por objetivo de conhecer o relacionamento entre o turismo e a criminalidade na ilha do Sal.

#### Dados do entrevistado

**OCUPAÇÃO:**

Residente? Sim  Desde quanto?

Não

#### **A.- Implementação do turismo**

1. Como tem sido implementado o turismo no Sal desde há cinco anos até ao presente?
2. A ampliação dos problemas sociais na ilha sempre acompanhou essa implementação? Justifique.
3. Que tipo de turismo é aplicado na ilha?
4. No seu entendimento é o mais adequado? Justifique.
5. Traz benefícios à população? Porquê?

## **B. - Transporte:**

6. A infraestrutura de Transporte (público, aluguer, aéreo, marítimo interilhas), é suficiente? Consoante a resposta sim ou não, justifique.

7. A mão-de-obra local é suficiente? Justifique. E se Não, recorre-se a quem?

## **C. - Medidas de política:**

8. As medidas políticas são suficientes para acabar com as desigualdades sociais, (que podem causar frustrações da população mais desfavorecida e dos jovens com perspetivas de um futuro promissor e desta forma procurar a via do crime)? Justifique.

9. O que as autoridades políticas têm feito na ilha para diminuir o desemprego, principalmente dos jovens? Justifique sua resposta.

10. O que as autoridades políticas têm feito na ilha para ocupação do tempo livre dos jovens? Comente a sua resposta.

## **D. Terrorismo: ameaça**

11. O terrorismo na Europa, na África do Norte e Ocidental terá desviado boa parte dos turistas para Cabo Verde. Dado à proveniência dos turistas, isso preocupa as autoridades nacionais? Justifique.

12. As forças de aplicação da lei estão preparadas para dar respostas a incidentes terroristas em caso de ocorrência na ilha? Justifique.

13. Houve impacto das ocorrências, nas agências de aplicação da lei no Sal? Justifique.

14. Houve mudanças a nível estratégico? Como, quais?

15. Que medidas foram tomadas para prevenção da ocorrência de um incidente terrorista?

16. Que medidas foram tomadas em relação as fronteiras aéreas e marítimas?

## **E. - Infraestruturas da ilha**

17. Há deficiências de infraestruturas na ilha do Sal? Justifique.

18. Comente a situação da saúde pública, fornecimento de energia e água, comunicação, pavimentação de estradas, iluminação pública e segurança pública, na ilha do Sal.

#### **F. - Território**

19. Tem conhecimento da existência do plano do ordenamento do território do Sal?

20. O ordenamento do sentido das ruas e estradas quanto ao trânsito é feito em articulação com a Polícia Nacional (secção do trânsito)? Justifique?

21. É o mais adequado atendendo à segurança pública e de escoamento do tráfego? Justifique.

22. Existência de assentamentos ilegais: existem problemas de segurança pública nesses bairros? Quais?

23. A PN é chamada frequentemente para resolver os conflitos nesses bairros? Quais?

24. Criminalidade e medidas levadas a cabo pelas agências policiais: o que tem sido feito ao nível dos bairros clandestinos, os mais desfavorecidos?

25. Existe produção estatística sobre essas ocorrências? Pode ser obtida?

26. Quais são os bairros mais “problemáticos”, onde se presume esconder os criminosos?

#### **L. - Situação dos bairros**

27. Fatores que dificultam mais a atuação da Polícia nos bairros considerados mais problemáticos. Iluminação é suficiente? Se não, dificulta a vossa atuação? Porquê?

28. Pavimentação das ruas existe? Se não, prejudica ou não a vossa atuação e como?

29. A forma como esses bairros estão organizados (“desorganizados”) facilita a fuga dos criminosos? Como?

30. Os bairros funcionam como esconderijos dos criminosos? Se sim, como?

31. Os criminosos são da ilha do Sal? São provenientes maioritariamente de onde? Apontar nacionalidades.

32. Outros fatores que achar pertinente mencionar?

33. O que o Estado tem feito nesses bairros para melhorar a segurança? Justifique.

34. No seu entendimento o Estado tem algum controlo nesses bairros ou são territórios dominados criminosos? Se sim ou não, porquê?
35. Há ocorrências nos condomínios fechados? Se sim de que tipo?
36. No seu entendimento o condomínio fechado é uma boa medida de segurança? Justifique.

#### **G. - Plano estratégico do turismo**

37. Existe um plano? Não  Sim  O mais atual é de quando?
38. Qual é o papel da PN nesse plano?

#### **H. - Fatores negativos: Identificar o relacionamento da criminalidade com o turismo:**

39. Houve aumento da criminalidade no Sal desde há cinco anos? Não  Sim
40. Quais os fatores que propiciem o aumento da criminalidade?
41. A conduta dos turistas favorece a criminalidade? Justifique.
42. Quais os lugares mais frequentados pelos turistas na ilha do Sal?
43. Esses lugares podem favorecer a criminalidade? Porquê?
44. Há turistas que usam bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas?
45. Isso favorece a criminalidade? Justifique.

#### **I. - A prostituição:**

46. Há turistas que deslocam ao Sal com o objetivo de procurar a prostituição? Comente.
47. Onde está localizado essa prática na ilha (onde ocorre)?
48. Como ocorre a prostituição (tipo)?
49. Quem são os atores (Clientes e autores)?
50. Há uma secção, por exemplo, especialmente vocacionada para relacionar com os turistas?
51. Os agentes estão preparados para relacionar com os turistas? Conhecem línguas estrangeiras mais usuais, geralmente o inglês e o Francês?
52. Quais os tipos de crime denunciados contra os turistas?

53. Os meios existentes são suficientes para dar resposta às ocorrências e a segurança em geral na ilha? Justifique.

#### **J. - Comunicação social**

54. Sobre o papel da comunicação social nessa dinâmica, da divulgação turística, acha que promove o destino Sal como paraíso sexual? Justifique.

55. A forma como as notícias veiculadas pela comunicação social da ilha sobre a criminalidade, é a mais positiva? Porquê?

#### **K. - Parece existir tensão entre os agentes territoriais, que pode contribuir para o aumento da criminalidade.**

56. Existe tensão entre os locais e os operadores turísticos, nomeadamente os estrangeiros? Justifique.

57. De que nacionalidade são os estrangeiros envolvidos?

58. Existe conflitos gerados pela frequência de locais aos empreendimentos turísticos? Comente sua resposta.

59. Alguns espaços de utilidade turística, mas que em princípio deveriam ser públicos, como praias, são vedados o acesso de locais, é verdade? Se sim, como?

60. É chamada a PN para intervir ou são os seguranças dos locais a atuar? Qual é a causa das tensões se existe?

61. Se a tensão existente incomoda os turistas? Justifique.

#### **L. - Criminalidade: prevenção e resposta**

62. Sobre as medidas levadas a cabo pelas agências policiais, existe um plano de ação para o tratamento dos casos relacionados com turistas? Se sim descreve-o.

63. Os meios existentes são suficientes para levar a cabo vossa missão na ilha? Justifique.

64. Quais são os bairros considerados mais problemáticos, onde se presume esconder os criminosos?

65. Quais os tipos de crime frequentemente cometidos contra os turistas na ilha?

## **APÊNDICE 2: GUIÃO APLICADO AOS FUNCIONÁRIOS DA PJ, NA PESQUISA SOBRE O TURISMO E A CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL.**

Guião n.º 2

Data da entrevista:

Entrevistador:

Curso: Mestrado em Segurança Pública (gestão de Defesa Social, De Informação e Mediação de conflitos)

Bom Dia/Boa Tarde. Sou Natal PRADO, Aluno do Mestrado em Segurança Pública (Gestão de Defesa Social, de Informação e Mediação de Conflitos) na UNICV. Esta entrevista tem por objetivo de conhecer o relacionamento entre o turismo e a criminalidade na ilha do Sal.

### **Polícia Judiciária**

#### **Dados do entrevistado**

**OCUPAÇÃO:**

**Residente? Sim**  **Desde quanto?**

**Não**

#### **A.- Implementação do turismo**

1. Como tem sido implementado o turismo no Sal desde há cinco anos até ao presente?
2. A ampliação dos problemas sociais na ilha sempre acompanhou essa implementação? Se sim justifique.
3. Que tipo de turismo é aplicado na ilha?
4. No seu entendimento é o mais adequado? Justifique.
5. Traz benefícios à população? Porquê?

#### **B. - Transporte:**

6. A infraestrutura de Transporte (público, aluguer, aéreo, marítimo inter-ilhas), é suficiente? Justifique.

7. A mão-de-obra local é suficiente? Se Não, recorre-se a quem?

### **C. - Medidas de política:**

8. As medidas políticas são suficientes para acabar com as desigualdades sociais, (que podem causar frustrações da população mais desfavorecida e dos jovens com perspetivas de um futuro promissor e desta forma procurar a via do crime)? Justifique.

9. O que as autoridades políticas têm feito na ilha para diminuir o desemprego, principalmente dos jovens?

10. O que as autoridades políticas têm feito na ilha para ocupação do tempo livre dos jovens? Justifique.

### **D. Terrorismo: ameaça**

11. O terrorismo na Europa, na África do Norte e Ocidental terá desviado boa parte dos turistas para Cabo Verde. Dado à proveniência dos turistas, isso preocupa as autoridades nacionais? Justifique, conforme a resposta.

12. As forças de aplicação da lei estão preparadas para dar respostas a incidentes terroristas em caso de ocorrência na ilha? Justifique.

13. Houve impacto das ocorrências, nas agências de aplicação da lei no Sal? Justifique.

14. Houve mudanças a nível estratégico? Se sim quais?

15. Que medidas foram tomadas para a prevenção de eventual ocorrência de um incidente terrorista na ilha?

16. Que medidas foram tomadas em relação as fronteiras aéreas e marítimas?

### **E. - Infraestruturas da ilha**

17. Há deficiências de infraestruturas na ilha do Sal? Justifique.

18. Comente a situação de: Saúde Pública Fornecimento de energia e água. Comunicação Pavimentação de estradas, iluminação e segurança pública

#### **F. - Território**

19. Conhece algum plano do ordenamento do território da ilha? Comente.

20. Quanto ao ordenamento do Trânsito. O ordenamento do sentido das ruas e estradas quanto ao trânsito é feito em articulação com a Polícia Judiciária? Justifique.

21. O ordenamento como está feito é o mais adequado, atendendo à segurança pública? Porquê?

22. Existem problemas de segurança pública nesses bairros informais? Justifique.

23. A PJ (ou a PN) é chamada frequentemente para resolver os conflitos nesses bairros? Justifique.

24. Sobre criminalidade e medidas levadas a cabo pelas agências policiais. O que tem sido feito ao nível dos bairros clandestinos, os mais desfavorecidos?

25. Existe produção estatística sobre essas ocorrências? Pode ser obtida?

26. Quais são os bairros considerados mais “problemáticos”, onde se presume esconder os criminosos?

#### **L. - Situação dos bairros**

27. Fatores que dificultam mais a atuação da Polícia nos bairros considerados mais “problemáticos”. Iluminação é suficiente? Se não, dificulta a vossa atuação? Como?

28. Pavimentação das ruas existe? Se não, prejudica a vossa atuação? Justifique.

29. A forma como esses bairros estão organizados (“desorganizados”) facilita a fuga dos criminosos? Porquê?

30. Os bairros funcionam como esconderijos dos criminosos? Justifique.

31. Os criminosos são da ilha do Sal? São provenientes maioritariamente de onde? Apontar nacionalidades.

32. Outros fatores que achar pertinente mencionar?

33. O que o Estado tem feito nesses bairros para melhorar a segurança?

34. No seu entendimento o Estado tem controlo desses bairros ou são territórios dominados pelos criminosos? Justifique.

35. Há ocorrências nos condomínios fechados? Se sim de que tipo?

36. No seu entendimento o condomínio fechado é uma boa medida de segurança? Justifique.

#### **G. - Plano estratégico do turismo**

37. Existe um plano? Não  Sim  O mais atual é de quando?

38. Qual é o papel da PJ nesse plano?

#### **H. - Fatores negativos: Identificar o relacionamento da criminalidade com o turismo:**

39. Houve aumento da criminalidade no Sal desde há cinco anos? Justifique.

40. Quais os fatores que propiciem o aumento da criminalidade?

41. A conduta dos turistas favorece a criminalidade? Como?

42. Quais os lugares mais frequentados pelos turistas na ilha do Sal?

43. Esses lugares podem favorecer a criminalidade? Como?

44. Há turistas que usam de bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas? Se sim, isso favorece a criminalidade? Justifique.

#### **I. - A prostituição:**

45. Há turistas que deslocam ao Sal com o objetivo de procurar a prostituição? Se sim, como?

46. Onde está localizado essa prática na ilha (onde ocorre)?

47. Como ocorre a prostituição (tipo)?

48. Quem são os atores (Clientes e autores)?

49. Há uma secção, por exemplo, especialmente vocacionada para relacionar com os turistas? Como funciona?

50. Os agentes estão preparados para relacionar com os turistas? Conhecem línguas estrangeiras mais usuais, geralmente o inglês e o Francês?

51. Quais os tipos de crime denunciados contra os turistas?

52. Os meios existentes são suficientes para dar resposta às ocorrências e a segurança em geral na ilha? Justifique.

### **J. - Comunicação social**

53. O papel da comunicação social nessa dinâmica, da divulgação turística. Promove o destino Sal como paraíso sexual? Se sim como?

54. A forma como as notícias veiculadas pela comunicação social da ilha sobre a criminalidade é a mais positiva? Justifique.

### **K. - Parece existir tensão entre os agentes territoriais, que pode contribuir para o aumento da criminalidade.**

55. Existe tensão entre os locais e os operadores turísticos, nomeadamente os estrangeiros?  
Não  Não Sabe  Sim  Porquê (descrever),

56. De que nacionalidade são os estrangeiros envolvidos?

57. Existe conflitos gerados pela frequência de locais aos empreendimentos turísticos?  
Descrever se positivo.

58. Alguns espaços de utilidade turística, mas que em princípio deveriam ser públicos, como praias, são vedados o acesso de locais, é verdade? A PJ alguma vez foi chamada para intervir?

59. A tensão existente incomoda os turistas? Se sim, como?

### **L. - Criminalidade: prevenção e resposta**

60. Medidas levadas a cabo pelas agências policiais. Existe um plano de ação para o tratamento dos casos relacionados com turistas? Se sim pode descrevê-lo?

61. Os meios (humanos e materiais) existentes são suficientes para levar a cabo vossa missão na ilha? Justifique.

62. Quais são os bairros mais “problemáticos”, onde se presume esconder os criminosos?  
Porquê?

63. Quais os tipos de crime frequentemente cometidos contra os turistas na ilha?

### **APÊNDICE 3: GUIÃO APLICADO A OUTROS AGENTES TERRITORIAIS, NA PESQUISA SOBRE O TURISMO E A CRIMINALIDADE NA ILHA DO SAL**

Guião n.º 3

Data da entrevista:

Entrevistador:

Curso: Mestrado em Segurança Pública (gestão de Defesa Social, De Informação e Mediação de conflitos)

Bom Dia/Boa Tarde. Sou Natal PRADO, Aluno do Mestrado em Segurança Pública (Gestão de Defesa Social, de Informação e Mediação de Conflitos) na UNICV. Esta entrevista tem por objetivo de conhecer o relacionamento entre o turismo e a criminalidade na ilha do Sal.

#### **Dados do entrevistado**

**OCUPAÇÃO:**

**Residente? Sim**

**Desde quanto?**

**Não**

#### **Outros Agentes territoriais**

##### **A.- Implementação do turismo**

2. Como tem sido implementado o turismo no Sal desde há cinco anos até ao presente?
3. A ampliação dos problemas sociais na ilha sempre acompanhou essa implementação? Justifique.
4. Que tipo de turismo é aplicado na ilha?
5. No seu entendimento é o mais adequado? Porquê?
6. O tipo de turismo implantado traz benefícios à população? Justifique.

##### **B. Medidas políticas**

**7. O Governo de Cabo Verde tem como objetivo chegar a um milhão de turistas.**

Sendo a ilha do Sal quem mais turistas recebe, acha que está preparado para receber um número maior do que já é habitual? Justifique.

8. A infraestrutura de saúde na ilha é suficiente para dar cobertura à população e a um fluxo de turistas elevado? Justifique.

9. As farmácias existentes são suficientes? Existem medicamentos básicos suficientes? Justifique.

10. O mercado nacional dá cobertura aos hotéis ou o abastecimento requer importação de víveres básicos? Justifique.

11. O abastecimento de água e energia é suficiente? Justifique.

12. A infraestrutura de Transporte (público, aluguer, aéreo, marítimo interilhas), é suficiente? Justifique a sua resposta.

13. A mão-de-obra local é suficiente? Justifique.

14. As medidas políticas são suficientes para acabar com as desigualdades sociais? Porquê?

15. O que as autoridades políticas têm feito na ilha para diminuir o **desemprego**, principalmente dos jovens? Justifique sua resposta.

16. O que as autoridades políticas têm feito na ilha para **ocupação do tempo livre dos jovens**? Justifique a sua resposta.

**C. Terrorismo: ameaça**

17. O terrorismo na Europa, na África do Norte e Ocidental terá desviado boa parte dos turistas para Cabo Verde. Dado à proveniência dos turistas, isso preocupa a população e as autoridades nacionais? Justifique.

18. No seu entendimento, as forças de aplicação da lei estão preparadas para dar respostas a incidentes terroristas em caso de ocorrência na ilha? Porquê?

19. Que medidas foram tomadas para a prevenção duma eventual ocorrência de um incidente terrorista?

20. Que medidas foram tomadas em relação às fronteiras aéreas e marítimas?

#### **D. - Infraestruturas da ilha**

21. Há deficiências de infraestruturas na ilha do Sal? Justifique.
22. Comente a situação da saúde pública, fornecimento de água e energia, comunicação, pavimentação de estradas e Iluminação pública, na ilha do Sal.

#### **E. - Território**

23. Existe um plano do ordenamento do território da ilha? Pode descrevê-lo?
24. Existência de assentamentos ilegais, quais os fatores para a sua existência?
25. Existe um plano para resolver a situação? Se sim qual?

#### **F. - Plano estratégico do turismo**

26. Existe um plano? Não  Sim  O mais atual é de quando?   
Pode ser obtido? Não  Sim
27. Quais os fatores positivos que o turismo traz para a população da ilha do Sal?
28. Existe um fundo para o financiamento do turismo? Sim  Não  Como funciona?
29. Esse fundo resulta de quê (da taxa turística ou outro)? Não  Sim  A Ilha do Sal é beneficiada com este fundo? Como?

#### **G. - Fatores negativos: (*Identificar o relacionamento da criminalidade com o turismo*):**

30. Na sua opinião, houve aumento da criminalidade no Sal desde há cinco anos? Justifique.
31. Quais os fatores que propiciem o aumento da criminalidade na ilha? Justifique.
32. A conduta dos turistas favorece a criminalidade? Porquê?
33. Quais os lugares mais frequentados pelos turistas na ilha do Sal?
34. Esses lugares podem favorecer a criminalidade? Porquê?
35. Há turistas que usam bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas? Onde e como?
36. Acha que isso favorece a ocorrência de crimes? Justifique.

#### **H. - A prostituição:**

37. Acha que há turistas que deslocam ao Sal com o objetivo de procurar a prostituição?

Justifique.

38. Onde está localizado essa prática na ilha (onde ocorre)?

39. Como ocorre a prostituição (tipo)?

40. Quem são os atores (Clientes e autores)?

#### **I. - Comunicação social**

41. Sobre o papel da comunicação social nessa dinâmica, da divulgação turística, acha que promove o destino Sal como paraíso sexual? Porquê?

42. O que acha da forma como as notícias veiculadas pela comunicação social da ilha sobre a criminalidade?

#### **J. - Parece existir tensão entre os agentes territoriais, que pode contribuir para o aumento da criminalidade.**

43. Existe tensão entre os locais e os operadores turísticos, nomeadamente os estrangeiros? Justifique.

44. De que nacionalidade são os estrangeiros envolvidos?

45. Alguns espaços de utilidade turística, mas que em princípio deveriam ser públicos, como praias, são vedados o acesso de locais, é verdade? Se sim como?

#### **K. - Criminalidade: prevenção e resposta**

46. No seu entendimento as polícias têm meios suficientes para dar resposta às ocorrências e a segurança em geral na ilha? Justifique.

47. Quais os tipos de crime denunciados contra os turistas?

**Outros comentários que entende serem pertinentes.**